



# Relatórios das Comissões sobre a Revisão do Plano Diretor Estratégico.

Relatório sobre a Revisão do PDE - CCJ

Relatório sobre a Revisão do PDE - Comissão de Administração Pública

Relatório sobre a Revisão do PDE - Comissão de Educação, Cultura e Esportes

Relatório sobre a Revisão do PDE - Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher

Relatório sobre a Revisão do PDE - Comissão de Trânsito, Transporte e Legislação Participativa



---

**Gabinete do vereador Fernando Holiday**

São Paulo, 16 de maio de 2023.

**À**

**Exma. Pres. da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa  
Câmara Municipal de São Paulo (CCJLP – CMSP)  
Ver. Sandra Santana (PSDB)**

Ref.: Relatório de Audiências Públicas – Revisão do Plano Diretor Estratégico.

Senhora Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, na qualidade de sub-relator designado por esta d. Comissão, informo que acompanhei pessoalmente ou por meio de representante todas as audiências públicas convocadas para estimular os debates relativos à Revisão do Plano Diretor, para, então, apresentar o incluso Relatório, que ora submeto para V. análise e dos demais colegas.

Aproveito o ensejo para apresentar os protestos da mais elevada estima e consideração.

**FERNANDO HOLIDAY**  
**Sub-relator da CCJLP na revisão do Plano Diretor Estratégico**




---

**Gabinete do vereador Fernando Holiday**

**RELATÓRIO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR  
ESTRATÉGICO**

|                                                           |           |
|-----------------------------------------------------------|-----------|
| <b>I- DO PLANO DIRETOR</b>                                | <b>3</b>  |
| <b>II - DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS</b>                       | <b>4</b>  |
| II.i - Audiência Pública Regional – Parelheiros           | 4         |
| A) Das presenças                                          | 4         |
| B) Participações do Público                               | 5         |
| C) Conclusão da audiência pública                         | 9         |
| II.ii - Audiência Pública Regional - Itaquera             | 10        |
| A) Das presenças                                          | 10        |
| B) Participações do Público                               | 10        |
| C) Conclusão da Audiência Pública                         | 15        |
| <b>II.iii - Audiência Pública Regional - Brasilândia</b>  | <b>16</b> |
| A) Das presenças                                          | 16        |
| B) Participações do Público                               | 16        |
| C) Conclusão da Audiência Pública                         | 19        |
| <b>II.iii - Audiência Pública Regional - Jd. Paulo VI</b> | <b>19</b> |
| A) DAS PRESENCAS                                          | 19        |
| B) PARTICIPAÇÕES DO PÚBLICO                               | 19        |
| C) CONCLUSÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA                         | 21        |
| <b>III - CONCLUSÃO DO RELATÓRIO</b>                       | <b>23</b> |



---

## Gabinete do vereador Fernando Holiday

### I- DO PLANO DIRETOR

Antes de adentrar no assunto específico deste relatório, faz-se necessário explanar da necessidade da revisão do Plano Diretor Estratégico, e ainda, o que é o Plano Diretor Estratégico. Para tanto, vejamos:

O Plano Diretor Estratégico (PDE) é um documento que define as diretrizes e objetivos para o desenvolvimento urbano e socioeconômico de um município. Ele estabelece as regras para o uso do solo, o transporte, a habitação, o meio ambiente, entre outros aspectos importantes para a qualidade de vida da população.

Esta revisão intermediária foi determinada pelo próprio PDE para ocorrer 7 (sete) anos após sua promulgação, tendo sido o respectivo prazo prorrogado em razão de imprevistos supervenientes, em especial, das diversas medidas de proteção da saúde pública decorrentes da Pandemia do COVID-19 e de algumas ações judiciais que resultaram na suspensão de etapas do processo.

Conforme descrito na própria justificativa do Projeto de Lei 127/2023: *“Em breve síntese, a política urbana estabelecida pela Lei nº 16.050, de 2014, com vigência programada até 2029, orienta que o desenvolvimento e a expansão urbana devem se concentrar no território da Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, especialmente, nas suas Macroáreas de Estruturação Metropolitana (MEM) e de Urbanização Consolidada (MUC), inclusive, para viabilizar a contenção do espraiamento da mancha urbana no território da macrozona de caráter ambiental.*

*Não sendo possível, por um lado, impedir o crescimento da cidade, e, sendo, por outro, preservar a qualidade ambiental de seu território, a política vigente determina que o citado crescimento seja acomodado nas áreas dotadas de infraestrutura, notadamente, no entorno da rede de transporte coletivo de alta e média capacidade, opção que atua em prol da redução da necessidade de deslocamentos e mitigar suas consequências sobre o meio ambiente, com redução de emissões e economia de investimentos na expansão das redes de infraestrutura urbana.”*

A justificar, portanto, a necessidade de sua revisão.



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

## II - DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As Audiências Públicas foram realizadas em horário que permitiu a participação da maior parte da população e ocorreram nas mais diversas regiões da cidade, sendo em:

- Audiência Pública regional – Parelheiros, data: 29/4 – 15h, local: CEU Parelheiros
- Audiência Pública regional – Itaquera, data: 2/5 - 19h, local: Subprefeitura de Itaquera
- Audiência Pública regional - Brasilândia, data: 8/5 - 19h, local: Centro Esportivo Brasilândia Oswaldo Brandão
- Audiência Pública regional - Jd. Paulo VI: 13/5 - 14h, local: CEU Uirapuru - R. Nazir Miguel, 849

### II.i - Audiência Pública Regional – Parelheiros

#### *A) Das presenças*

A Audiência Pública iniciou às 15:30 com a apresentação de um vídeo institucional da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL. No entanto, a autoridade responsável pela Pasta **NÃO COMPARECEU À AUDIÊNCIA**, assim, alguns secretários cuja as Pastas têm assuntos e responsabilidades diretamente relacionadas ao tema e aos problemas que serão tratados posteriormente neste relatório.

#### **NÃO COMPARECERAM À AUDIÊNCIA PÚBLICA, SENDO ELES:**

**O Sr. Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento - Marcos Duque Gadelho;**

**O Sr. Secretário do Verde e do Meio Ambiente - Eduardo de Castro; e**

**O Sr. Secretário Municipal de Habitação - João Siqueira de Farias**

Além disso, é importante também ressaltar a presença do nobre vereador Marcelo Messias, da Secretária Executiva de Áreas Mananciais, Sra Elisabete França e do Coordenador de Governo Local da Subprefeitura de Parelheiros, Sr, Jefferson dos Santos Moraes.



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

#### *B) Participações do Público*

##### 1. Oitiva do Senhor Osmar

Morador da região de Parelheiros tratou da falta de iluminação pública e dificuldade no fornecimento de eletricidade, apontou que, às vezes, a região chega a ficar três dias sem iluminação alguma.

##### 2. Oitiva da senhora Bernardelli

Moradora do bairro Jardim Oriental, representante da Associação Comunitária Jd. Oriental, trouxe um grave problema enfrentado pela região, que é a falta de escolas, creches e UBS, fazendo com que a população tenha que ir para outro município (Embu-Guaçu) para receber o atendimento.

##### 3. Oitiva do senhor Marcelo Ferreira

Tratou dos problemas referentes à mobilidade na região. As avenidas de Parelheiros sofreram pouquíssimas modificações desde 1960. A ausência de modificações nas avenidas fez com que o trânsito se intensificasse na região. Afinal de contas, houve um aumento de quase 10 vezes no número de carros em circulação na cidade de São Paulo. Na década de 60, havia, em média, 180 mil carros em circulação, enquanto hoje há cerca de 10 milhões de carros em circulação.

Tratou também da necessidade do alargamento das vias e da extensão dos corredores de ônibus, além da necessidade de mais pontos de ônibus na região, existem poucos pontos de ônibus na região de Parelheiros, região com aproximadamente 20 bairros circunscritos e mais de 300km<sup>2</sup> de extensão territorial.

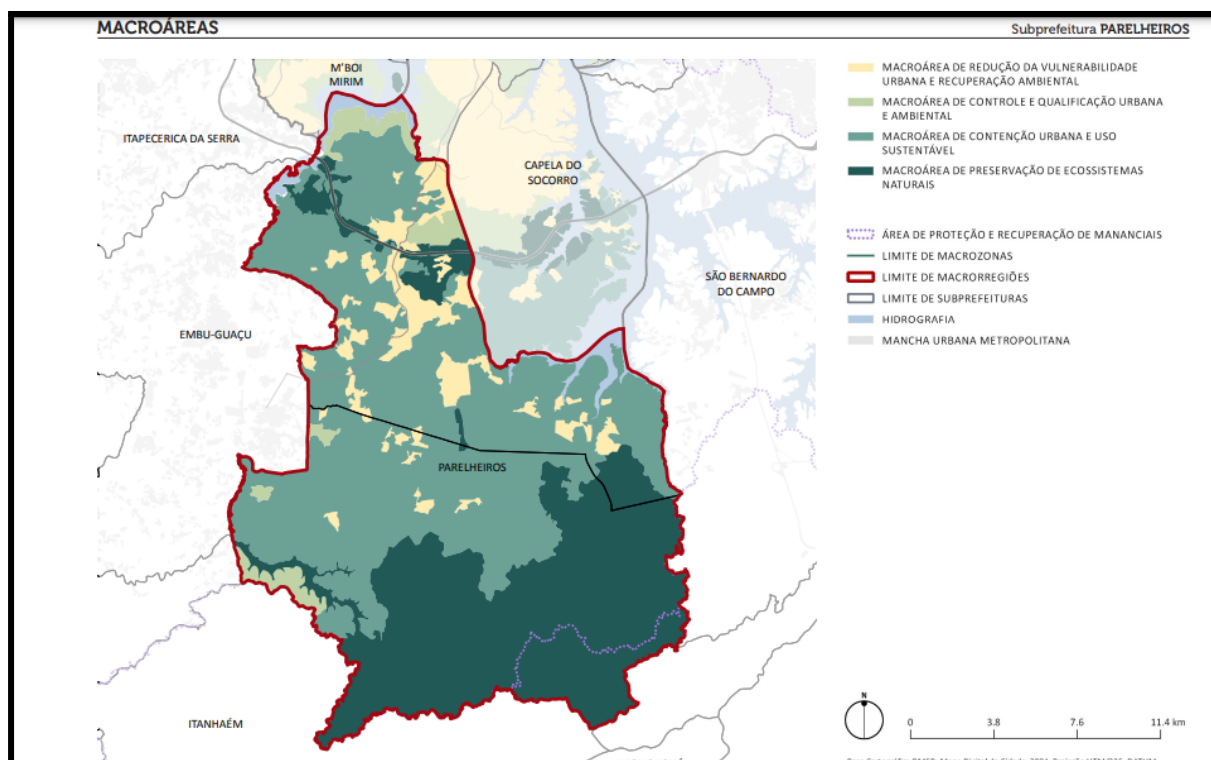
##### 4. Oitiva do senhor Alex

Colocou a necessidade de aumentar os investimentos em esporte infantil, na verdade o esporte é uma ferramenta poderosa para melhorar a qualidade de vida, desenvolver habilidades como trabalho em equipe, disciplina, além de fomentar a inclusão social, transformando vidas e comunidades.

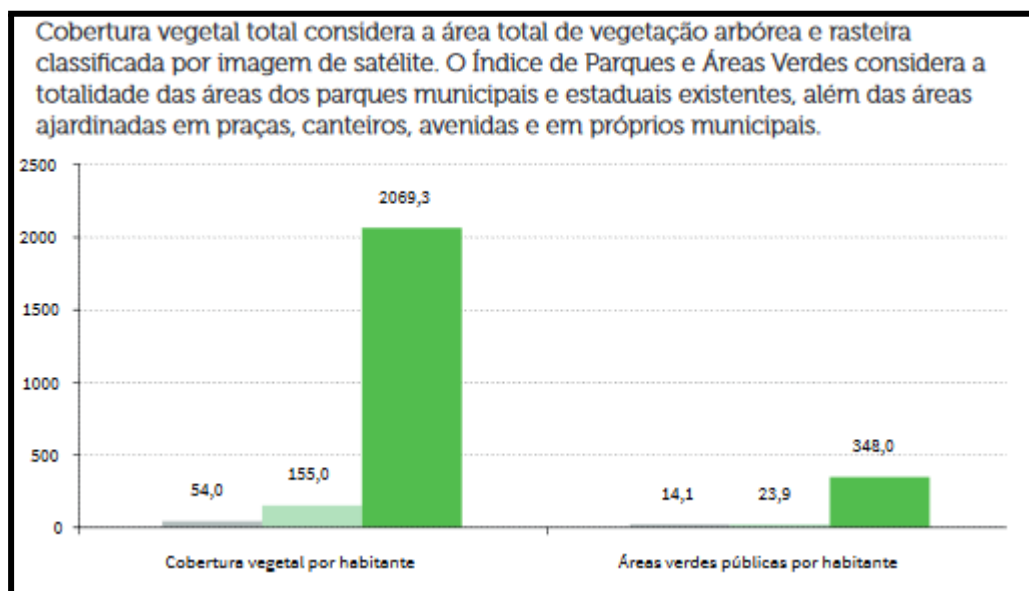


## Gabinete do vereador Fernando Holiday

Tratou da necessidade da atualização e modernização das viaturas dos Guardas Civis Municipais na região, pontuando da necessidade de viaturas da Proteção Ambiental/Guarda Ambiental, ora, a região possui uma enorme área verde, inclusive de preservação ambiental.



Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras



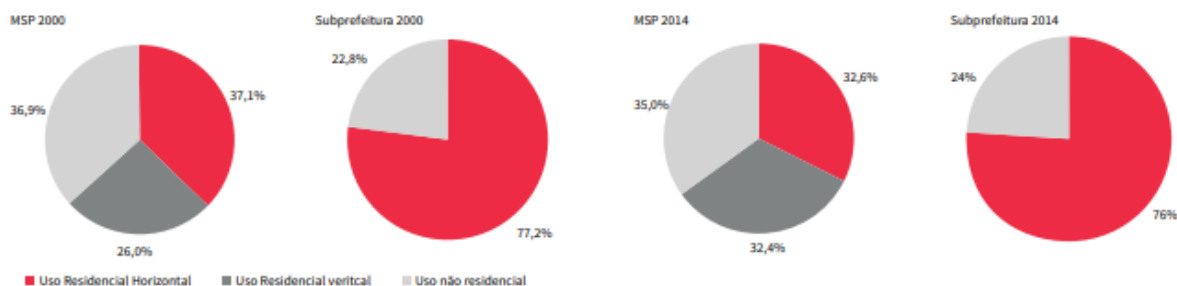


## Gabinete do vereador Fernando Holiday

### 5. Oitiva do Professor Salvador

Foi relatado o avanço do desmatamento na região, tal desmatamento seria justificado com o aumento base avanço das áreas construídas, afinal, as pessoas necessitam de moradia. Para tanto foi levantado a questão: “Por que insistir no crescimento horizontal, se este é mais difícil de fiscalizar, causa maior desmatamento e ocupa maior espaço? Por que não construir na vertical”, a afirmativa a respeito da construção na horizontal é verdadeira, vejamos:

Percentual de área construída do uso em relação a área construída total. Município de SP e Subprefeitura Parelheiros, 2000 e 2014



Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico/TPCL

É nítido a diferença da construção na horizontal e da vertical, sendo que as construções verticalizadas são de aproximadamente 1/3 das horizontais. Em resposta, a Secretária Executiva de Áreas Mananciais colocou que o impedimento vem do chamado “potencial construtivo”, o que faz com que, para construção verticalizada seja pago a outorga onerosa, o que dificulta a construção.

### 6. Oitiva do senhor José Evandro

Morador da região da Barragem pontuou que há diversas áreas públicas municipais sem utilização, sugeriu, portanto, que esses espaços fossem utilizados para servir a população que sofre com a falta de moradia.

### 7. Oitiva do senhor André

André pontuou a falta de investimentos na região, propôs ainda a seguinte divisão:

- 15% da verba do FUNDURB deveria ser alocada na regularização das moradias
- 30% da verba da secretaria de habitação deveria ir para urbanização

Apontou ainda que cerca de 700 mil pessoas estão em moradias não regularizadas.



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

---

#### 8. Oitiva da senhora Alciete

Apontou que boa parte dos bairros de Parelheiros encontram-se irregulares, alguns desses bairros existem desde 1980. Isso ocorre pois são em áreas de manancial, o que dificulta ainda mais a regularização daquelas moradias.

Colocou também um grave problema enfrentado pela população, a falta de água potável. Esse problema foi compartilhado por vários munícipes na Audiência Pública, todos relataram que boa parte da população não consegue acesso a água potável, e não só isso, mas convivem com a triste situação de viver com **esgoto a céu aberto**.

Foi explanado na comunidade da 25, por exemplo, a água de esgoto passa, literalmente, na porta dos moradores.

#### 9. Oitiva do senhor Vagner

Apontou a necessidade de encontrar alternativas para a população ribeirinha que vive às margens da Represa Billings, a situação já foi divulgada pela mídia <sup>1</sup>, e até agora, nenhuma medida foi tomada.

Atualmente, cerca de 2 milhões de pessoas moram em áreas de manancial que atingem as Represas Billings e Guarapiranga, que abastecem 30% da Região Metropolitana de São Paulo, onde estão 38 municípios, além da capital.

Solicitou atenção aos arts. 48 e 50 do Plano Diretor Estratégico, para que fosse instaurado um Conselho Gestor de ZEIs.

Além das oitivas supracitadas, foram ouvidos diversos outros municípios, e, dentre os pedidos, foi recorrente a solicitação de um plano de investimentos em ecoturismo na região. Citaram, por exemplo, a região da Ilha do Bororé, um local de grande valor histórico, cultural e ambiental para a cidade. Conhecida por sua beleza natural e pelos vários atrativos que oferece aos visitantes. Entre as principais atrações, podemos citar a Praia do Sol, a Praia do Julião e a Praia do Arpoador, que são locais ideais para a prática de esportes aquáticos, como a pesca, o caiaque e o stand-up paddle.

---

<sup>1</sup> <https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/s-o-s-agua/>



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

Apelidada por muitos como “refúgio verde”, a ilha é um ponto de grande potencial turístico, entretanto, verifica-se a falta de zeladoria na região. Embora tenham mais de 10 mil bicicletas, não há ciclovias; as calçadas são esburacadas e praticamente não chegam serviços básicos como de saúde e segurança.

#### *C) Conclusão da audiência pública*

Ao final da audiência, as autoridades presentes discursaram respondendo às questões levantadas pelos munícipes, e em tom uníssono, TODOS colocaram a revolta quanto a ausência de outras autoridades e figuras públicas que deveriam ter total interesse nos assuntos tratados.

Pode-se concluir alguns pontos de principais carências e necessidades da região:

- Falta de escolas, creches e UBS na região;
- Necessidade de viaturas da Guarda Civil Metropolitana, observando a necessidade da região;
- Necessidade de desburocratização na legislação, favorecendo a expansão verticalizada;
- Regularização fundiária, fazendo a reanálise do Plano Municipal de Habitação;
- Destinação de recursos para solucionar a demanda por saneamento básico;
- Instituir o Conselho Gestor de ZEI's para fiscalização das implantações necessárias;
- Construção de Centros Comunitários do Adolescente (CCA), com incentivo para prática de esportes;

#### II.ii - Audiência Pública Regional - Itaquera

##### *A) Das presenças*



### Gabinete do vereador Fernando Holiday

A Audiência Pública iniciou às 19h com uma apresentação institucional da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, a mesma apresentação que foi enviada na Audiência Pública de Parelheiros, entretanto, diferentemente da Audiência de Parelheiros, dessa vez a reunião contou com o Cleiton, representando a secretaria. É importante ressaltar que alguns secretários cujas pastas têm assuntos e responsabilidades diretamente relacionadas ao tema e aos problemas que serão tratados posteriormente neste relatório, **NÃO COMPARECERAM A AUDIÊNCIA PÚBLICA.**

Além disso, é importante também ressaltar a presença do nobre vereador Alessandro Guedes, Vereadora Sandra Tadeu, representantes dos gabinetes dos vereadores: Major Palumbo, Elaine do Quilombo Periférico, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, a sra. Subprefeita Silvia Regina de Almeida.

#### *B) Participações do Público*

##### 1. Oitiva da senhora Vânia Lúcia

A primeira oitiva selecionada para constar no presente relatório trata do depoimento da senhora Vânia, moradora do Jardim Pedra Branca que trouxe um apontamento que confirmou-se como recorrente.

Falou também que o número de pessoas morando na região aumentou desproporcionalmente em comparação com os equipamentos públicos, ou seja, tem mais pessoas morando na região do que a Administração Pública consegue acompanhar.

##### 2. Oitiva do senhor Luiz Maranhão

Tratou da existência de terrenos ociosos, que poderiam ser utilizados para atendimento da população, como por exemplo com a construção de casas, Unidades Básicas de Saúde

O número populacional da região de Itaquera aumentou geometricamente, enquanto os equipamentos públicos aumentaram aritmética, ou seja, não acompanhou o crescimento populacional. Isso fez com que as escolas, creches, UBS e UPAs ficassem superlotadas.

Ressaltou que o trânsito é um problema muito sério na região, colocou como solução a abertura da Av. Mar Vermelho, e explicou:

*“Acaba-se com o problema também do congestionamento que há na Avenida Itaquera, na Avenida Aricanduva e na Sampaio e Sousa, ligando essa avenida, ela junta com a nova Vilanova*



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

*Artigas, que sai lá da Sapopemba em linha reta até aqui em Itaquera. Olha que maravilha seria a gente fazer todo esse cruzamento”*

#### 3. Oitiva do senhor Júlio César Andrade

Colocou a falta de investimentos na região e a falta de planejamento urbano para acabar com as enchentes, apontou inclusive que a CGE apresentou informações dissonantes com a realidade da população.

Apresentou que a vereadora Elaine do Quilombo Periférico lançou um aplicativo que coleta denúncias (com foto e endereço) de enchentes na região, e a coleta de informações do aplicativo comprovou que os pontos de alagamentos que a CGE apresenta são dissonantes dos pontos de alagamentos que a população vem apresentando.

#### 4. Oitiva do senhor Josival Felício

Também tratou dos problemas causados por enchentes, pontuou inclusive que na rua Carolina Fonseca, em que fica a Faculdade Castelo, nunca havia tido problemas com enchentes, entretanto, recentemente teve lojas e carros destruídos por conta das chuvas.

Trouxe para tanto como solução a construção do piscinão Itaquera. Aqui cumpre-se ressaltar que o pedido para construção de um piscinão foi reiterada posteriormente por seis municípios.

#### 5. Oitiva do senhor Mateus Ramos

Reforçando a necessidade de um piscinão Itaquera, apontou a problemática de falar na construção de outro piscinão, mas na região da Arena Paraíba.

Coloca que existe mais de duas mil famílias na região do campo da Arena Paraíba, questionou:

*“E por onde entraria essa água? Vai tirar as casas? E os moradores, vão para onde?”*

*Vão ganhar auxílio aluguel de 400 reais? Não é isso que nós queremos para nossa população.*

*Há pessoas lá que moram naquele local há mais de 30 anos, vão mudar para onde? Por isso*



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

*temos de indagar essas questões, porque o piscinão na Arena Paraíba não é viável hoje por conta disso”*

Falou também do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), colocou que não a população não tem acesso aos conselheiros tutelares, que apesar de existir o CRAS Cidade Líder, a população do bairro não tem acesso ao sistema.

#### 6. Oitiva do senhor G Black

Questionou quanto ao cronograma de desenvolvimento da melhora de saúde do distrito de Itaquera, tratou da necessidade da construção de novos postos de saúde.

Denunciou que os postos de saúde não têm médicos, pois estes não vão trabalhar devido ao risco da região, fazendo-se necessário reforço da GCM no local, apontou também a ausência de médicos especializados e do pouco espaço disponível nas salas dos postos.

#### 7. Oitiva da senhora Leda Magnólia

Reforçou quanto a questão dos piscinões, sendo um projeto que a população apresentou de 1997 e até agora nada foi feito.

Em seguida entrou na pauta da saúde, apontando que a UPA Itaquera teria capacidade para atender 300 pessoas por dia, entretanto atendeu cerca de mil pessoas, atuando como um hospital, pontuou que os hospitais foram fechados, que tem urgência na construção de UPA, AMA e UBS.

#### 8. Oitiva da senhora Heliana

Pediu que fosse proposto um programa similar ao Casa da Mulher Brasileira na região de Itaquera, apontou que na região do Cambuci, a Casa da Mulher Brasileira fez um atendimento de 162 mil mulheres em situação de violência.

A Casa da Mulher Brasileira é uma política pública criada para fornecer um ambiente seguro e acolhedor para mulheres vítimas de violência doméstica. É um espaço que concentra em um único local diversos serviços especializados, como atendimento psicossocial,



### Gabinete do vereador Fernando Holiday

orientação jurídica, delegacia e juizado especializados, Ministério Público e Defensoria Pública, acolhimento de mulheres em situação de risco, entre outros.

#### 9. Oitiva do senhor Ivo

Pontuou também sobre a ausência da UBS, trouxe um estudo da OMS que define que a cada 30 mil habitantes tenha uma unidade de saúde, para tanto, deveria haver um estudo que demonstre QUANTIDADE DE HABITANTES X UBS.

Destacou, portanto, a necessidade de EIA/Rima, ou seja, estudo de impacto ambiental e relatório de impacto.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) desempenham um papel crucial na tomada de decisões relacionadas a projetos que possam afetar o meio ambiente.

Por meio da análise técnica e científica, o EIA identifica e avalia os possíveis impactos ambientais decorrentes da implementação de um empreendimento. Já o RIMA é uma ferramenta de comunicação, apresentando de forma clara e acessível as informações essenciais do EIA para a sociedade em geral.

Esses instrumentos asseguram a participação pública, a transparência e a consideração dos aspectos ambientais na tomada de decisões, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção dos recursos naturais, justificando sua necessidade.

Ademais, foi entregue um documento à mesa com alguns questionamentos e sugestões vejamos:

#### FORUM REGIONAL DO DIREITO DA PESSOA IDOSA (D.P.I.) DE ITAQUERA

De acordo com as discussões do Fórum ao longo do ano de 2022 e início do ano de 2023, seguem as propostas para serem apresentadas na Audiência Pública da Subprefeitura PLOA:

- 1- UBS Vila Verde - 20 anos e não sai do papel ( muitos idosos ficam sem atendimento devido a distancia da unidade de referência que é a UBS Vila Santana).
- 2- Instalação da URSI AE Carvalho num prédio maior e de fácil acesso para os idosos.
- 3- Ampliação do Programa Acompanhante do Idoso para os Distritos de Itaquera, Cidade Líder e José Bonifácio.
- 4- Ampliação dos serviços de NCI (Núcleo de Convivência do Idoso) para os distritos de Itaquera em especial Aguia de Haia e Parque do Carmo.
- 5- Retorno dos carros para as equipes dos NCI's permitindo que os idosos que não deambulam possam ser atendidos.



## Gabinete do vereador Fernando Holiday

### **FÓRUM REGIONAL DO DIREITO DA PESSOA IDOSA (D.P.I.) DE ITAQUERA**

*De acordo com as discussões do Fórum ao longo do ano de 2022 e início do ano de 2023, seguem as propostas para serem apresentadas na Audiência Pública da Subprefeitura PLOA:*

- 1-UBS Vila Verde - 20 anos e não sai do papel ( muitos idosos ficam sem atendimento devido a distância da unidade de referência que é a UBS Vila Santana).*
- 2- Instalação da URSI AE Carvalho num prédio maior e de fácil acesso para os idosos.*
- 3- Ampliação do Programa Acompanhante do Idoso para os Distritos de Itaquera, Cidade Líder e José Bonifácio.*
- 4- Ampliação dos serviços de NCI (Núcleo de Convivência do Idoso) para os distritos de Itaquera em especial Águia de Haia e Parque do Carmo.*
- 5- Retorno dos carros para as equipes dos NCI 's permitindo que os idosos que não deambulam recebem visita domiciliar por parte da equipe.*
- 6- Serviços públicos de Inclusão Digital para Pessoa Idosa.*
- 7-Implantar no distrito de Itaquera, mais precisamente no Conjunto Habitacional Águia de Haia um CLUBE ESCOLA para democratizar de forma justa o acesso da nossa comunidade a Políticas Públicas de Esporte e Lazer de forma a promover o acesso a todos, bem como a nossa população idosa uma vida ativa e saudável.*

Foi entregue também um documento pelo Senhor Antônio:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/oucr\\_rv\\_tr\\_130875998.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/oucr_rv_tr_130875998.pdf)  
 OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA RIO VERDE-JACU TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS URBANÍSTICOS E ESTUDOS COMPLEMENTARES DE SUBSÍDIO PARA ATUALIZAÇÃO DA LEI Nº 13.872/04 OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA RIO VERDE-JACU 2 TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS URBANÍSTICOS E ESTUDOS COMPLEMENTARES DE SUBSÍDIO PARA ATUALIZAÇÃO DA LEI Nº 13.872/04 - OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA RIO VERDE-JACU  
 A Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu foi criada pela Lei nº 13.872, de 12 de julho de 2004, como parte de um programa que propõe a mudança da região pelo desenvolvimento econômico e social, visando à melhoria das condições gerais da região e da população residente. Articulada ao Programa de Desenvolvimento da Zona Leste, tem por objetivo criar condições para a atração de investimentos: geração de emprego e renda e incentivar a instalação de atividades industriais e de prestação de serviços na região, especialmente os destinados à formação e capacitação profissional.  
 Sob o ponto de vista de legislação urbanística, deve ser mencionada a Lei n. 13.885, de 25 de agosto de 2004, que complementou as disposições do Plano Diretor Estratégico, tratando a nova regulação de uso e ocupação do solo e os Planos Regionais Estratégicos, além de prever expressamente a revisão da Operação Urbana Rio Verde-Jacu (art. 63)  
 Projeto SP 2040: "a cidade que queremos"  
 Livro: Machado Fioravanti Mesquita em Geografia Humana - USP  
 Em última de campanha das eleições municipais, os debates sobre os considerados problemas urbanos: parecem ressurgir com mais fervor nos discursos políticos ou na imprensa.  
 Como a causa de muitos desses problemas (como trânsito, poluição, falta de acesso à educação, moradia, lazer...), está, segundo uma ideologia fortemente impregnada em grande parte dos habitantes das metrópoles e difundida pelo poder público e por certos acadêmicos, na falta de um



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

#### *C) Conclusão da Audiência Pública*

Ao final da audiência, as autoridades presentes discursaram respondendo às questões levantadas pelos munícipes, importante ressaltar também que, apesar das recorrentes reclamações dos munícipes, todas de interesse de diversas secretarias, relatou-se novamente a ausência de diversas autoridades.

Pôde-se concluir alguns pontos de principais carências e necessidades da região:

- Falta de escolas, creches e UBS na região;
- Necessidade de viaturas da Guarda Civil Metropolitana, principalmente em frente às Unidades Básicas de Saúde;
- Realização de um Estudo de Impacto ambiental;
- Construção de Casa da Mulher Brasileiro na região;
- Construção de um piscinão Itaquera;
- Plano de diagnóstico de enchentes e alagamentos.

#### **II.iii - Audiência Pública Regional - Brasilândia**

##### *A) Das presenças*

A Audiência Pública iniciou às 19h30min, importante ressaltar que apesar de diversas secretarias terem relacionamento direto com os temas a serem abordados no presente tópico,



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

**NENHUM SECRETÁRIO COMPARECEU À AUDIÊNCIA.** Demonstrando total descaso e falta de interesse nos assuntos da população da Brasilândia.

Além disso, é importante também ressaltar a presença da nobre vereadora Sandra Tadeu e do Subprefeito, Sr. Sérgio.

#### *B) Participações do Público*

##### 1. Oitiva do senhor Gilberto

Trouxe um problema de segurança enfrentado pelos moradores do bairro: os moradores de bolsões residenciais (ruas isoladas, que não cruzam com avenidas e, portanto, pouco influenciam no trânsito), reclamam de assaltos nas ruas, e pediram que fechassem tais ruas, a fim de garantir mais segurança

##### 2. Oitiva da senhora Marilene

Pontuou quanto a falta de zeladoria na região do Pirituba, por exemplo a Av. Prof. José Lourenço está esburacada causando acidentes. Além disso, tratou da necessidade do alargamento das vias de terminais de ônibus.

Colocou que no ponto final da linha Vila das Artes só cabem 3 ônibus e 4 peruas, além de não ter banheiro para o motorista e cobrador.

##### 3. Oitiva do senhor Diego “Paquito” de Melo

Trouxe uma questão intrinsecamente ligada ao Plano Diretor, apontou que a comunidade da Capadócía é muito grande, pode até mesmo ser considerado um bairro, entretanto, está mal classificada.

Pediu, portanto, que ocorra a troca de ZEPAM para ZEI.

##### 4. Oitiva da senhora Cida Honório

Se apresentou como representante do Movimento de Cidadania e Luta da Cidade de São Paulo e entregou um manifesto com algumas reivindicações, dentre as solicitações constavam questões relacionadas à área de moradia, transporte e infraestrutura.

- Pediu que as linhas de ônibus da Brasilândia aumentassem o trecho e a frota;
- Mais GCMs nas escolas, além de projetos que envolvam a inclusão dos familiares no processo educacional;



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

- Pediu mais médicos e medicamentos nos postos de saúde.

Além disso, pontuou quanto a necessidade de uma pesquisa e cruzamento de dados com a quantidade de pessoas atendidas pelo equipamento de saúde.

#### 5. Oitiva do senhor "Cacá do social"

Reivindicou maior atenção da segurança pública nas áreas da Brasilândia, Pirituba, Freguesia do Ó e Jaraguá. Pontuou que as áreas estão perigosas.

Pontuou a necessidade de atenção aos setores do esporte, principalmente voltado para as crianças, ora, o esporte incentiva as crianças a olhar em equipe e a desenvolver habilidades motoras, fundamentais para seu crescimento e bem-estar.

O esporte também contribui para a formação de valores como fair play, inclusão e superação, além de promover a socialização e a integração entre os alunos

Para tanto, sugeriu que se tornasse obrigatório que os CDCs atuassem na parte da manhã nos finais de semana, a se dedicar ao esporte para crianças e adolescentes.

#### 6. Oitiva do senhor Denis Ambrosio

Denunciou a situação do Hospital Municipal da Brasilândia, médicos que não recebem seus salários e atuam em condições péssimas, além de que, embora os equipamentos sejam de primeira linha, há uma ausência de médicos, o que torna o atendimento precário e demorado.

Relatou o caso de um rapaz que ficou dois dias aguardando para fazer um procedimento de risco e urgente, e que só conseguiu realizar tal procedimento em outro hospital mais distante de sua casa.

#### 7. Oitiva do senhor Willian Galo

Colocou a necessidade de intensificar a construção de Habitação de Interesse Social visto que a nossa região tem uma dificuldade enorme de habitação popular. E pediu que fosse feito um estudo junto da subprefeitura para apurar a quantidade de Habitações de Interesse Sociais.

#### 8. Oitiva de senhora Etelvina Maria de Freitas

Etelvina, conselheira da UBS Brasilândia, relatou que a UBS Brasilândia não tem mais condições de ficar onde está, os médicos não têm mais como trabalhar devido ao espaço físico.



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

Apontou que é muito pequena para uma UBS que atende 30 mil pessoas mensalmente, tendo a necessidade de mudar de local.

#### 9. Oitiva do senhor Abdias Carvalho

Trouxe a problemática da mobilidade na região, apontou a necessidade de estudar uma possibilidade de desafogar a Rua Parapuã, a Estrada Lázaro Amâncio de Barro e Rua Domingos Veiga.

Pontuou que a implementação do metrô só seria uma ajuda de fato se as ruas e avenidas supracitadas tivessem uma melhora no trânsito.

#### 10. Oitiva do senhor José Luiz

Tratou também dos problemas de sinalização como por exemplo falta de lombadas e sinalização nas proximidades de escolas.

Citou os problemas de invasão na região, colocou o fim da avenida João Paulo, próximo ao córrego e mais ainda no Parque Morro Grande, deve-se, portanto, intensificar as rondas das Guardas Civis Municipais Ambientais.

### *C) Conclusão da Audiência Pública*

Ao final da audiência, as autoridades presentes discursaram respondendo às questões levantadas pelos munícipes, cumpre-se ressaltar que **NENHUM SECRETÁRIO ESTEVE PRESENTE NA AUDIÊNCIA.**

Pôde-se concluir alguns pontos de principais carências e necessidades da região:

- Falta de Unidades Básicas de Saúde;
- Necessidade de viaturas da Guarda Civil Metropolitana nas escolas;
- Realização de um Estudo sobre Habitação;
- Projeto estratégico de mobilidade urbana, visando à redução do congestionamento viário
- Revisão do ordenamento urbano de uso do solo (ZEIs e ZEPAM)



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

#### II.iii - Audiência Pública Regional - Jd. Paulo VI

##### *A) DAS PRESENÇAS*

A Audiência Pública iniciou às 14h. De início cumpre ressaltar que estavam presentes: Vereador Thammy Miranda e a Senhora Subprefeita Joseane Possidonio, ademais, é importante registrar que **nenhum secretário compareceu a audiência**.

Entretanto, foi enviado um vídeo institucional da SMUL.

##### *B) PARTICIPAÇÕES DO PÚBLICO*

###### 1. Oitiva da senhora Maria de Lourdes

Separou o comentário em 3 pontos que necessita de atenção a região:

- Saúde
- Educação
- Habitação

Pontuou principalmente que é necessário que lute por melhores condições e programas de habitação, ou ainda pela expansão de programas de habitação. Trouxe ainda a necessidade de regularização fundiária na região da vila nova esperança.

Falou que há necessidade de incentivo na preservação ambiental naquela região.

###### 2. Oitiva do senhor Cristiano de Faria

Cristiano alegou que Audiência Pública foi pouco divulgada nas 113 comunidades da região e nos cinco distritos que compõem o Butantã, fazendo com que poucas pessoas comparecessem.

Pontuou também que a região virou palanque imobiliário, por conta da especulação imobiliária, e falou da necessidade de investimentos na saúde e educação.

Pediu que a Subprefeitura desse espaço para líderes da região trabalharem na subprefeitura do Butantã, alegando que é difícil ter contato com a subprefeita.

###### 3. Oitiva da senhora Sonia Regina



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

Sonia, delegada de Saúde Estadual da região da Vila Dalva, aponta omissão nos investimentos de saúde na região. Faltam recursos para as Unidades Básicas de Saúde. Colocou que até mesmo no Hospital Bandeirantes no Butantã carece de investimentos, a falta de recursos é grande, apontou que faltam ambulâncias no hospital.

Sonia também colocou que a subprefeita não a recebe para dialogar, sentido-se por vezes, abandonada e isolada para resolver os problemas e anseios da região.

#### 4. Oitiva da Maria da Penha

Novamente a questão abordada tratava da falta de investimentos na área da saúde, senhora Maria pontuou que a UBS Vila Borges encontra-se em situação trágica, com falta de remédios e sem seguranças

Pediu que colocassem GCMs próximos a UBS, e pediu também que a subprefeita desse mais atenção aos moradores da região, reafirmou que é difícil dialogar com ela.

#### 5. Oitiva do senhor Marcelo

Marcelo, representante da ONG João vinte, veio questionar quanto a qualidade dos transportes da região, pediu que as linhas fossem maiores e que houvesse mais investimentos no setor de mobilidade. Os ônibus são antigos e as frotas são pequenas, causando dificuldade para a população.

Além disso, reforçou a ideia de que faltam investimentos na saúde, colocou que os serviços de atendimento estão sempre lotados e pediu que novos hospitais fossem instalados na região, ou ao menos novos equipamentos públicos de atendimento, como por exemplo mais UBS, UPA, entre outros.

#### 6. Oitiva do senhor Oscar

Abordou a dificuldade das pessoas com deficiências, falta acessibilidade na região, como por exemplo a instalação de um CER - Centro Especializado de Recuperação a Pessoa com Deficiência

O Centro Especializado em Reabilitação (CER) desempenha um papel fundamental na prestação de assistência às pessoas com deficiência. Ele é reconhecido como um ponto de referência para atendimento ambulatorial, oferecendo uma ampla gama de serviços que incluem diagnóstico, tratamento, fornecimento, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva.



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

#### 7. Oitiva da senhora Sandra Regina

A senhora Sandra Regina iniciou sua fala abordando a falta de divulgação para esta audiência, colocou que se tivesse sido realizada com a devida divulgação, o auditório estaria lotado. Em seguida abordou a questão dos investimentos na área saúde, trouxe que nas periferias da região os equipamentos públicos não chegam como deveriam.

Ademais, tratou da falta de profissionais nos CEUs, incluindo professores e profissionais da limpeza, inclusive no CEU em que foi realizada a audiência pública.

#### *C) CONCLUSÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA*

Cumpré ressaltar que outros municípios também relataram a necessidade de maior investimentos na área da saúde, além de requisitarem mais atenção da subprefeita para tratar da zeladoria da região, incluindo tapa-buraco, recapeamento, iluminação, entre outros.

A necessidade da construção de novos hospitais foi abordada por vários participantes, bem como a ausência de diálogo com a subprefeitura.

Ademais, as autoridades ali presentes responderam alguns questionamentos levantados pela população, a subprefeita respondia os apontamentos intercalando com a fala de cada participante da audiência.

Diante o exposto foi possível observar alguns principais anseios da população, sendo eles:

- Falta de investimento na área de saúde;
- Falta de comunicação com a subprefeita da região;
- Necessidade da instalação de um Centro Especializado de Reabilitação;
- Maior atenção com a zeladoria da região.



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

### III - CONCLUSÃO DO RELATÓRIO

Diante do exposto, podemos concluir quanto a necessidade da Revisão do Plano Diretor Estratégico, e mais, fica explícito a vontade do povo em participar de um processo legislativo tão importante.

A participação popular nos processos legislativos é um aspecto fundamental da democracia e do Estado de Direito. A inclusão dos cidadãos no processo de tomada de decisões governamentais não só fortalece a legitimidade das leis e políticas, como também permite que os interesses dos indivíduos e das comunidades sejam considerados e representados adequadamente.

Acerca do tema, é clara a importância da participação popular, desde 300 A.C fala-se de tal importância, como nos ensinou Aristóteles:

*“Se o homem de bem merece mandar por ser melhor poder ser melhor, e se dois homens de bem valem mais que um só, fica provado, por consequência, não ser justo que o poder fique nas mãos de um só”  
(Aristóteles, "Política", Livro III, Capítulo 11)*



### Gabinete do vereador Fernando Holiday

Portanto, deve ser direito do cidadão comum deliberar e ocupar-se de todos esses assuntos

É notório que a população participa da democracia através de seus representantes, que foram eleitos através de seus votos. Entretanto, essa participação indireta não limita as possibilidades e, talvez deveres, da participação popular, ora, o representante eleito não detém propriedade do cargo que lhe foi concedido pelo voto, mas sim a confiança dos que o colocaram lá.

Somente com a participação ativa e o engajamento na esfera pública que pode se conquistar a liberdade política, como nos ensinou Hannah Arendt:

*O princípio político fundamental do homem é a liberdade política, isto é, a possibilidade de participar em atos de fundação e de decidir sobre assuntos públicos. E somente quando, ativamente engajados nesses assuntos, eles tomam para si próprios a responsabilidade pelo mundo que compartilham com outros e se revelam capazes de opinião e julgamento, somente então eles podem ser chamados de cidadãos no sentido político da palavra (Hannah Arendt, "The Human Condition").*

As Audiências Públicas realizadas nas regiões de Parelheiros, Itaquera e Brasilândia proporcionaram um importante espaço de participação da população, permitindo que seus anseios e preocupações fossem expressos.

Apesar da ausência de algumas autoridades, como de secretários e figuras públicas relevantes, as audiências contaram com a presença de representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, vereadores, secretários executivos e subprefeitos, demonstrando o interesse em discutir os problemas enfrentados nessas regiões da cidade.

Fundamental para notarmos as diferentes necessidades das populações em cada região da cidade, durante as oitivas, diversos temas foram abordados, revelando carências e necessidades específicas de cada região.

Em Parelheiros, foram destacados problemas como a falta de iluminação pública, dificuldades no fornecimento de eletricidade, ausência de escolas, creches e unidades básicas de saúde, questões relacionadas à mobilidade, necessidade de investimentos em esporte infantil, falta de água potável e saneamento básico, além da ocupação irregular de áreas de



---

### Gabinete do vereador Fernando Holiday

mananciais. Problemas como falta de água potável e saneamento básico são completamente inadmissíveis na capital cujo lema é “*non dycor dvco*”, ora, o que pode se conduzir quando encontramos situações tão trágicas?!

Já em Itaquera, foram levantadas questões como o descompasso entre o crescimento populacional e a infraestrutura pública, a existência de terrenos ociosos, problemas de trânsito, enchentes e a falta de estudos e planos da cidade para a região. Mostrou-se ser necessário a construção de piscinões e a elaboração de um plano de combate às enchentes.

Na região do Butantã, as principais questões abordadas foram focadas na falta de investimentos em equipamentos públicos, como falta de medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde, ambulâncias em hospitais, falta de professores nas escolas.

Trouxeram também o problema de habitação na região, que necessita da urgente regularização fundiária, e de atenção para as áreas de preservação ambiental.

Diante das demandas apresentadas, algumas conclusões podem ser tiradas: há a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura nas regiões, como:

- A construção de escolas e creches, citadas no art.65 do Projeto de Lei.
- Melhor redistribuição das Unidades Básicas de Saúde.
- A atualização da legislação para possibilitar a expansão verticalizada e o aproveitamento de terrenos ociosos.
- A inclusão de um plano para levar saneamento básico para áreas periféricas da cidade.
- A ampliação do programa Casa da Mulher Brasileira.
- A inclusão da criação de um conselho gestor de ZEI's, no Capítulo II, Seção III da Lei 16.050 de 2014.
- A inclusão de um plano de combate a enchentes, que incluía a construção de piscinões.

Sem mais a tratar. Assim conclui-se o relatório.

**FERNANDO HOLIDAY**

**Sub-relator da CCJLP na revisão do Plano Diretor Estratégico**



## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI 127/2023, REVISÃO DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO, COM BASE NAS AUDIÊNCIA PÚBLICAS REALIZADAS PELA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2023

fls. 66

Matéria RDS 866/2023. Documento assinado digitalmente por RUBENS ALBERTO GATTI NUNES em 30/05/2023 e juntado ao RDS 866/2023 por Anderson Rogério de Souza. Sua validade pode ser conferida em <https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbriuDocumento?plD=457553>.



## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



**GILSON BARRETO**  
Presidente



**ELI CORRÊA**  
Vice-Presidente e Sub-Relator



**JANAÍNA LIMA**  
Membro



**BETO DO SOCIAL**  
Membro



**JOÃO ANANIAS**  
Membro



**ELY TERUEL**  
Membro



**JUSSARA BASSO**  
Membro



Este relatório apresenta as propostas da sociedade provenientes de audiências públicas para discussões do Projeto de Lei 127/2023 do Executivo que trata da revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, contido na Lei 16.050, de 31 de julho de 2014.

Conforme prevê o artigo 1º, a revisão consiste nos ajustes e adequações dos instrumentos da Política de Desenvolvimento Urbano regulados, visando ao alcance de seus objetivos até o ano de 2029.

São muitos os pontos de atenção com relação a esta revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. Para nortear este relatório, é necessário ter em vista, a todo tempo, as disposições constitucionais - não apenas no sentido formal, como também, e especialmente, no sentido material. O desenvolvimento da cidade é importante, mas esse desenvolvimento deve se dar de maneira sustentável - não apenas do ponto de vista ambiental, mas entendendo o conceito de sustentabilidade de maneira mais ampla, envolvendo também a questão social. Afinal, a cidade é para as pessoas.

Dentre os pontos de atenção, destaca-se a preocupação com o adensamento desenfreado. É preciso dar atenção ao impacto deste adensamento no cotidiano da cidade, em especial à oferta de serviços públicos, que deve ser capaz de atender à demanda criada pelo adensamento nas diversas regiões da cidade. O incentivo ou permissão de que o adensamento ocorra em cada região deve ter em consideração essa oferta. Como exemplo, menciona-se a saúde. É sabido que, em muitos casos, a unidade de saúde de referência local pode estar perto de sua capacidade máxima de atendimento, de maneira que as consultas e atendimentos tenham prazo de espera longo, possivelmente de semanas ou meses. Com o adensamento, a procura aumentará. É preciso que as capacidades de atendimento dessas unidades sejam ampliadas proporcionalmente, ou que sejam implementadas novas unidades de saúde, de modo a dar conta da demanda a ser criada pela verticalização. O mesmo acontece com a educação, com a assistência social, com a cultura e com os esportes, bem como com os demais serviços públicos.

Outro ponto de atenção diz respeito à preservação ambiental. Temos áreas de biomas nativos, em especial a Mata Atlântica, que deve ser preservada. Ainda, a atenção à questão ambiental está diretamente relacionada não apenas com a saúde e qualidade de vida dos munícipes, como também à dignidade da pessoa humana, no caso de áreas sujeitas a enchentes. Daí a importância de conferir especial atenção à preservação de mananciais de rios e à manutenção e promoção de áreas de permeabilidade do solo.



É necessário também preservar as nascentes de rios, e impedir a flexibilização das regras de tombamento, uma vez que a preservação do patrimônio histórico, cultural e natural da cidade é importante não apenas para o presente, mas também para as gerações futuras.

A canalização de rios e outros corpos d'água deve ser tida como medida de último caso, e sempre levando em conta os estudos de impacto ambiental pertinentes, uma vez que tais medidas podem ocasionar graves prejuízos ao meio ambiente e permitir que desastres urbanos aconteçam, em especial enchentes.

É preciso também observar as características históricas e culturais da cidade, buscando a preservação e o desenvolvimento cultural da cidade. Há bairros e regiões que possuem características tradicionais, criadas ao longo da história. É o caso de pinheiros, com miolo de bairro marcado por casas e prédios baixos. É importante preservar a memória da cidade através da preservação de características peculiares de determinados bairros, o que pode ser detrimental ao adensamento nessas regiões, mas pode ter impacto positivo no desenvolvimento cultural, econômico e turístico da cidade.

Ainda, é necessário pensar sobre o transporte na cidade. Até o momento, têm-se privilegiado o uso de veículos automotores individuais. Pensando na qualidade de vida dos munícipes, o incentivo ao uso de outros modais tem impacto relevante, com a promoção da saúde através do incentivo ao transporte a pé ou de bicicleta. Por outro lado, o transporte coletivo deve ser privilegiado, com relação aos carros, permitindo não apenas que pessoas de baixa renda tenham maior mobilidade no território da cidade, como diminuindo o tempo de deslocamento entre os diversos pontos da cidade. Lembra-se aqui de artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo este ano que mencionava os exemplos de Paris e Lisboa, que buscam criar "a cidade de 15 minutos", em que os deslocamentos necessários de cada munícipe não levem mais do que 15 minutos: para a escola, o hospital ou o trabalho. Talvez 15 minutos constitua um objetivo demasiadamente ambicioso no contexto atual, mas vale como objetivo a ser perseguido, que possa nortear o desenvolvimento urbano do município.

O transporte a pé e de bicicleta demanda não apenas segurança viária como também segurança com relação à criminalidade. Além de vias adequadas, iluminação pública e circulação de pessoas - a faixada ativa e o incentivo ao comércio é importante, além de calçadas adequadas ao transporte a pé. Destaca-se aqui que a cidade deve ser também inclusiva, de forma a permitir a circulação segura também de pessoas idosas e de pessoas com deficiência.

Finalmente, mas não menos importante, destaca-se a necessidade de que as atenções sejam voltadas à população em situação de maior vulnerabilidade da cidade. É preciso estabelecer mecanismos que permitam a essa população o acesso à



habitação digna e adequada. É sabido que a habitação social possui uma fila considerável de munícipes em busca de um lar. Assim, a habitação de interesse social deve ser oferecida de maneira acessível às diversas faixas de renda entre as diferentes faixas de renda, contemplando desde a população em altíssima vulnerabilidade, na qual se inclui a população em situação de rua, até a classe média menos privilegiada, e todos aqueles que se encontrem neste intervalo. Não basta desenvolver habitação apenas para a classe média, e permitir o investimento privado em habitação apenas, ou prioritariamente, para as classes mais altas. É preciso instituir mecanismos que efetivamente contemplem a demanda identificada de habitação da população mais vulnerável da cidade.

Além disso, visando incrementar a qualidade de vida da população, bem como combater as enchentes na Cidade de São Paulo, além das solicitações dos cidadãos, propomos o aumento da instalação de Parques Municipais nas regiões periféricas, sendo eles:

1. PARQUE LINEAR SANTA ADÉLIA (Lei Municipal n.º 16.686/2017)

Localização: entre as Av. Roberto Pires Maciel e Av. Pedro Cardoso do Prado

2. PARQUE MUNICIPAL COTONIFÍCIO GUILHERME GIORGI

Localização: área de jurisdição da Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão, localizada na confluência da Avenida Guilherme Giorgi (Cadlog nº 35.211-0), Rua do Córrego (Cadlog nº 05.354-6), Rua Lutécia (Cadlog nº 12.381-1) e Rua Ranieri Giovanni Baptista Pitorri (Cadlog nº 43.612-7) – conforme mapa anexo.

3. PARQUE LINEAR SÃO RAFAEL

Localização: entre a Rua Santo André Avelino e o Córrego Oratório, divisa com Mauá-SP



A Comissão de Administração Pública buscou colher manifestações dos paulistanos nas audiências públicas externas ocorridas nos dias 15/04/2023, na Universidade Brasil, em Itaquera; no dia 27/04/2023, no SENAI Theobaldo de Nigris, na Mooca; no dia 29/04/2023, no CEU Campo Limpo; no dia 06/05/2023, na Subprefeitura de São Mateus; e no dia 12/05/2023, na Associação Comercial de Santo Amaro – Distrital Sul e **totalizaram 52 propostas** ao longo das discussões.

A redação da Revisão do PDE reitera que o PDE tem como base os fundamentos expressos na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e na Lei Orgânica do Município de São Paulo de modo que considere o disposto nos planos e leis nacionais e estaduais relacionadas às políticas de desenvolvimento urbano, incluindo saneamento básico, habitação, mobilidade e ordenamento territorial, e à política de meio ambiente. Todavia, é oportuno informar que a “Revisão do PDE” adiciona redação visando determinar que a aplicação da norma será orientada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como pelas ações para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em conformidade com acordos internacionais.

Além disso, cabe citar que o “PDE”, atualmente responsável pelo papel de orientar o planejamento urbano municipal respeitando o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e o Plano de Metas, a partir de sua revisão, prevê a participação adicional do “Plano de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030” nessa estrutura orientadora.

Nesse sentido, ao artigo 4º é incluído o parágrafo 3º onde: A aplicação desta lei será orientada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como pelas ações para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em conformidade com acordos internacionais.” (NR). Determina assim expressamente no texto da lei os 17 ODS da Agenda 2030 e as ações para o enfrentamento das mudanças climáticas como orientadores da aplicação da lei do Plano Diretor Estratégico.

Diante da importância que os ODS passam a embasar as diretrizes das políticas públicas. Cabe citar os ODS a fim de trazer clareza sobre os seus objetivos

ODS 1 – Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;



ODS 3 - Saúde e bem-estar. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos e em todas as idades;

ODS 4 – Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

ODS 6 - Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos;

ODS 7 – Energia limpa e acessível: garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos;

ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;

ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura: construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação;

ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

ODS 12 – Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;

ODS 14 - Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

ODS 15 – Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade;



ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

ODS 17 – Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

No artigo nº 89 referente aos instrumentos de política urbana e gestão ambiental que serão utilizados para a efetivação dos princípios e objetivos deste Plano Diretor Estratégico, fica criado o parágrafo 2º: A utilização dos instrumentos de política urbana e gestão ambiental deverá evitar o uso de soluções que causem desequilíbrio nos ecossistemas naturais levando a um ponto de não retorno e adotar medidas de não arrependimento, em consonância com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima.” (NR); sendo a justificativa: O Plano Municipal de Mudanças climáticas, que se orientou, dentre outros, pelo Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, trata da diretriz de não se atingir pontos de não retorno (limiar crítico onde não será mais possível reverter os danos causados pelas mudanças climáticas) e da adoção de medidas de não arrependimento (medidas de adaptação urbana às mudanças climáticas). A alteração tem objetivo de reforçar essas diretrizes, por meio de sua inclusão na Lei do Plano Diretor, abordando expressamente as soluções decorrentes da aplicação dos instrumentos de política urbana e gestão ambiental.

Cabe citar também o artigo 174, que diz respeito à Política de Desenvolvimento Urbano do Município, que reúne diversas<sup>1</sup> políticas e sistemas urbanos e ambientais que se relacionam direta ou indiretamente com questões de ordenamento territorial. A aplicação das políticas setoriais, a partir da aprovação da Revisão do PDE “deverá considerar os ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como as diretrizes e as ações para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em conformidade com acordos internacionais e com os planos municipais decorrentes”.

Destacamos também a alteração da redação do artigo 305 do PDE, que passa a adicionar no rol dos objetivos do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais a

---

<sup>1</sup> Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável; Política e Sistema de Mobilidade; Política e Sistema Ambiental; Política e Sistema de Saneamento Ambiental; Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres; Desenvolvimento Social e Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais; Política de Habitação Social; Política de Proteção ao Patrimônio Arquitetônico e Urbano; e Sistema de Infraestrutura.



proteção aos indígenas, que antes estendia a proteção integral à família e à pessoa, com prioridade de atendimento às famílias e grupos sociais mais vulneráveis, em especial crianças, jovens, mulheres, idosos, negros e pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua.

O resumo das alterações propostas na revisão intermediária do PDE inclui:

1. ZEIS: regulamentação dos Conselhos Gestores das ZEIS 1 e 3, incentivo à implantação de EZEIS e revisão dos procedimentos referentes ao plano de urbanização de ZEIS-1 e projetos de intervenção em ZEIS-3.
2. HIS: aperfeiçoamento da caracterização das tipologias de habitação de interesse social (HIS) e do mercado popular (HMP) e estabelecimento de obrigações ao promotor privado de HIS e HMP.
3. ZEPEC: inclusão da proteção específica para áreas indígenas demarcadas e lugares históricos e culturais da população
4. Eixos de Estruturação da Transformação Urbana: ajustes em função de adequações de implantação e inserção da possibilidade de superação da cota parte por unidade habitacional.
5. Instrumentos de política urbana e gestão ambiental: inclusão de conceitos do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima.
6. Instrumentos indutores da função social da propriedade: possibilidade de desapropriação por hasta pública e ampliação do rol de áreas passíveis de aplicação dos instrumentos (PEUC).
7. Consórcio Imobiliário: aprimoramento da regulação e esclarecimento sobre o pagamento ao proprietário que transferir seu imóvel.
8. Cota de Solidariedade: ajustes na regulação da exigência e detalhamento do cumprimento alternativo.
9. Outorga Onerosa do Direito de Construir: ajustes decorrentes da revisão de perímetros de incentivo e regulação da atualização anual do Cadastro de Valor de Terreno.
10. Transferência do Direito de Construir: ajustes nos procedimentos, aplicação em áreas de parques, avaliação da conveniência de doações e graduação de incentivos.
11. Instrumentos de Ordenamento e Reestruturação Urbana: inclusão do "Reordenamento Urbano
12. Operações Urbanas Consorciadas e Áreas de Intervenção Urbana: aumento do percentual mínimo de recursos para Habitação de Interesse Social de 25% para 30%.



13. Instrumentos de Gestão Ambiental: lei específica para EIV-RIV em terras indígenas e Estudo Ambiental Simplificado para projetos de baixo impacto ambiental.
14. Instrumentos de Regularização Fundiária: inclusão da remissão ao marco legal da REURB.
15. Política de Desenvolvimento Econômico e Sustentável: inclusão da sustentabilidade urbana e remissão ao marco legal das startups e empreendedorismo inovador.
16. Sistema de Infraestrutura: complementação dos critérios para admissão de equipamentos de infraestrutura.
17. Política e Sistema de Saneamento Ambiental: remissão ao marco legal do saneamento básico e Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas.
18. Política e Sistema de Mobilidade: inclusão da elaboração do Plano Municipal de Rotas Acessíveis e Plano Municipal de Transporte Hidroviário.
19. Ações prioritárias no SAPAVEL: atualização da redação.



O Projeto de Lei 127/2023 traz várias modificações ao Plano Diretor Estratégico de São Paulo. Seguem os resumos das principais alterações propostas pelos artigos do projeto de lei:

**Artigo 1º:** Este artigo introduz a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico, visando ajustar e adequar os instrumentos da Política de Desenvolvimento Urbano para alcançar seus objetivos até 2029.

**Artigo 2º e Parágrafo único:** Mantém os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Urbano, mas agora orientados pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e por ações para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em consonância com acordos internacionais.

**Artigo 3º e Parágrafo único:** Mantém as estratégias de ordenação territorial, mas introduz uma correção terminológica: onde se lê "Projeto de Intervenção Urbana -PIU", lê-se agora "Plano de Intervenção Urbana -PIU".

**Artigo 4º:** Acrescenta um parágrafo ao art. 2º da Lei nº 16.050, de 2014, reforçando a orientação da lei pelos ODS e ações para o enfrentamento das Mudanças Climáticas.

**Artigo 5º:** Altera o inciso I do art. 3º da Lei nº 16.050, de 2014, adicionando o Plano de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030 às ferramentas de planejamento da cidade.

**Artigo 6º:** Modifica a alínea "c" do inciso II do art. 9º da Lei nº 16.050, de 2014, expandindo a definição da rede hídrica e ambiental do município, ressaltando seu papel para a sustentabilidade urbana.

**Artigo 7º:** Altera a descrição da rede hídrica ambiental no art. 24 da Lei nº 16.050, de 2014.

**Artigo 8º:** Modifica o art. 25 da Lei nº 16.050, de 2014, visando ampliar a rede de parques, adotar soluções baseadas na natureza nas intervenções de saneamento, promover a implantação sustentável do sistema hidrovial e implementar um Programa de Recuperação dos Fundos de Vale.

**Artigo 9º** (modifica o Art. 46 da Lei nº 16.050, de 2014): Define as tipologias habitacionais Habitação de Interesse Social - HIS e Habitação de Mercado Popular - HMP, especificando os limites de renda familiar para cada uma (HIS 1, HIS 2 e HMP). Também descreve os promotores de HIS e HMP como aqueles que aderem ao regimento específico regulado pela lei.

**Artigo 10º** (modifica o Art. 47 da Lei nº 16.050, de 2014): Estabelece a produção privada de unidades de HIS 1, HIS 2 e HMP utilizando os benefícios urbanísticos e fiscais previstos na lei. Define as obrigações para adesão a este regime jurídico e as penalidades em caso de não cumprimento.

**Artigo 11º** (modifica o Art. 48 da Lei nº 16.050, de 2014): Determina que a instalação do Conselho Gestor deve preceder a elaboração do Plano de Ação Integrada e que o Executivo deve regulamentar o funcionamento dos conselhos gestores de ZEIS.



**Artigo 12º** (modifica o Art. 50 da Lei nº 16.050, de 2014): Detalha os processos e condições para a elaboração dos Planos de Ação Integrada em ZEIS 1 ou ZEIS 3, incluindo a necessidade de participação dos moradores e conselhos gestores.

**Artigo 13º** (modifica o Art. 51 da Lei nº 16.050, de 2014): Descreve os requisitos e etapas necessárias para a realização e aprovação dos Planos de Ação Integrada em ZEIS 1 ou ZEIS 3. Inclui critérios para planos urbanísticos e de massas, assim como diretrizes para a regularização fundiária da área e soluções para regularização de usos não residenciais já instalados. Além disso, estabelece condições para a demolição ou reforma de edificações em ZEIS 3 e a produção de EHIS. Em resumo, as modificações propostas se focam em esclarecer e aprimorar os procedimentos para a produção e gestão de habitação de interesse social e habitação de mercado popular, bem como a atuação dos conselhos gestores e a elaboração e implementação de Planos de Ação Integrada em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

**Artigo 14:** Este artigo altera o Art. 57 da Lei nº 16.050 de 2014, estabelecendo novos parágrafos (§ 5º, 6º, 7º, 8º) que dizem respeito às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS 2 e 5). Permite um acréscimo de 50% no coeficiente de aproveitamento máximo nas ZEIS 2 e 5 em certas áreas, exceto em casos de sobreposição com áreas de interesse de preservação cultural ou ambiental e áreas localizadas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental.

**Artigo 15:** Modifica o Art. 62 da mesma lei, acrescentando diretrizes para a proteção das áreas indígenas demarcadas e a preservação dos espaços históricos e culturais da população negra.

**Artigo 16:** Altera o Art. 76, com impacto sobre as Zonas Especiais de Interesse Social e a estruturação metropolitana, incluindo o planejamento do Arco Tietê e do Arco Leste.

**Artigo 17:** Introduce o Art. 77-A na Lei nº 16.050, de 2014, tratando da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) e a delimitação de Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana.

**Artigo 18:** Acrescenta o Art. 77-B à Lei nº 16.050, de 2014, abordando as hipóteses de alteração na implantação dos elementos de transporte público.

**Artigo 19:** Modifica o Art. 79, permitindo que a cota máxima de terreno por unidade habitacional seja superada nas áreas de influência dos eixos.

**Artigo 20:** Altera o Art. 80, definindo regras para a disponibilidade de vagas de estacionamento e incentivos para empreendimentos sem vagas de estacionamento.

**Artigo 21:** Acrescenta parágrafos 3º e 4º ao Art. 83, discutindo a ativação de quadras nas Zonas de Estruturação Urbana Previstos.

**Artigo 22:** Modifica o Art. 89, adicionando um parágrafo sobre o uso de instrumentos de política urbana e gestão ambiental, enfatizando a necessidade de evitar soluções que causem desequilíbrio nos ecossistemas naturais e a adoção de medidas de não arrendimento.



**Artigo 23:** Altera o Art. 90 da Lei nº 16.050, de 2014, expandindo as medidas que podem ser tomadas em relação a propriedades urbanas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas que não estejam sendo adequadamente aproveitadas. Inclui novas possibilidades como consórcio imobiliário, desapropriação amigável e regularização fundiária urbana.

**Artigo 24:** Modifica o Art. 91 da mesma lei, adicionando novas áreas onde os instrumentos indutores da função social da propriedade podem ser aplicados. Além disso, prevê a elaboração de um Plano Estratégico de Gestão e Destinação para propriedades que não estejam cumprindo sua função social.

**Artigo 25:** Altera os Art. 93 e 95 da Lei nº 16.050, de 2014, definindo novos critérios para considerar imóveis como subutilizados ou não utilizados.

**Artigo 26:** Acrescenta um novo parágrafo ao Art. 97, permitindo que o proprietário cancele a notificação de que seu imóvel não está cumprindo a função social, desde que apresente documentação comprobatória de adequado aproveitamento.

**Artigo 27:** Introduce o Art. 99-A na Lei nº 16.050, de 2014, permitindo a desapropriação por hasta pública de imóveis notificados por descumprimento da função social da propriedade, desde que tenha sido averbada a notificação no Cartório de Registro de Imóveis.

**Artigo 28:** Modifica o Art. 102, permitindo a realização de consórcios imobiliários como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel, tanto no caso de imóveis sujeitos ao parcelamento, edificação e utilização compulsória, quanto no caso de áreas objeto de regularização fundiária urbana.

**Artigo 29:** Altera o § 2º do art. 112 da Lei nº 16.050, de 2014. Este artigo aborda as condições para a produção de Empreendimentos de Habitação de Interesse Social. As alterações incluem:

Exige a produção de empreendimentos de habitação social com a mesma área construída exigida no artigo original em outro terreno, desde que esteja situado na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, excluindo certos subsetores.

Permite a doação de terrenos equivalentes a 20% do valor da área total do terreno do empreendimento, desde que estejam situados na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, excluindo certos subsetores.

Permite o depósito de 20% do valor da área total do terreno no Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB), destinado à aquisição de terrenos ou subsídios para a produção de Habitação de Interesse Social (HIS), preferencialmente em ZEIS 3.

**Artigo 30:** Altera o inciso II do § 2º do art. 116 da Lei nº 16.050, de 2014. Este artigo regula o coeficiente de aproveitamento máximo estabelecido para as áreas de influência dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana.

**Artigo 31:** Altera o "caput" e o § 1º do art. 118 da Lei nº 16.050, de 2014. Este artigo determina que o Cadastro de Valor de Terreno para fins de Outorga Onerosa



seja atualizado anualmente pelo Executivo. A atualização deve levar em conta a variação do IPCA e a variação positiva real do PIB.

**Artigo 32:** Altera os incisos III e IV do "caput" art. 123 da Lei nº 16.050, de 2014. Este artigo aborda a implantação de parques propostos na zona urbana e a preservação de áreas de propriedade particular de interesse ambiental.

**Artigo 33:** Altera o inciso II do "caput" do art. 124 da Lei nº 16.050, de 2014. Este artigo regula a transferência do potencial construtivo básico para imóveis enquadrados como ZEPAM, localizados na zona urbana.

**Artigo 34:** Altera o inciso IV do "caput" e o § 1º do art. 126 da Lei nº 16.050, de 2014. Este artigo trata da implantação de parques propostos na zona urbana e estabelece condições para a doação de áreas para fins urbanos.

**Artigo 35** - Este artigo altera o inciso IV e adiciona o inciso V ao § 1º do art. 127 do Plano Diretor Estratégico. A alteração no inciso IV e a adição do inciso V referem-se à alteração dos coeficientes de aproveitamento do terreno para a implantação de parques, que agora dependem do valor do terreno.

No inciso IV, o coeficiente de aproveitamento será de 1,4 para a implantação de parques em terrenos com valor inferior ou igual a R\$ 2.000/m², de acordo com o Quadro 14, com possíveis atualizações subsequentes.

No novo inciso V, o coeficiente de aproveitamento será de 1 para a implantação de parques em terrenos com valor superior a R\$ 2.000/m², de acordo com o Quadro 14, também observando as atualizações subsequentes.

**Artigo 36** - Este artigo altera o "caput" e o § 1º do art. 129 do Plano Diretor Estratégico. A mudança estabelece que a emissão da Certidão de Transferência de Potencial Construtivo de imóveis classificados como ZEPEC-BIR estará condicionada à comprovação do bom estado de preservação e conservação do imóvel cedente, que será determinado pelos critérios do órgão municipal de patrimônio cultural. Além disso, se o imóvel cedente estiver em um estado de conservação e preservação inadequado ou insatisfatório, o proprietário será obrigado a adotar medidas de restauração ou conservação.

**Artigo 37** - Este artigo do projeto de lei modifica o artigo 134 do Plano Diretor Estratégico. A mudança estabelece e define os instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana que podem ser utilizados pelo Poder Público Municipal para promover a organização e reestruturação de áreas subutilizadas ou com potencial de transformação. Os instrumentos mencionados incluem Operações Urbanas Consorciadas, Concessão Urbanística, Áreas de Intervenção Urbana, Áreas de Estruturação Local e Reordenamento Urbanístico Integrado. Além disso, o projeto de lei especifica o procedimento para a implementação desses instrumentos através de Planos de Intervenção Urbana (PIU).

**Artigo 38** - Este artigo acrescenta o artigo 134-A ao Plano Diretor Estratégico. Ele estabelece que o Executivo Municipal pode elaborar ou autorizar a elaboração de Planos de Intervenção Urbana a pedido dos proprietários, por meio de



manifestação de interesse privado ou por manifestação de outros entes federativos. O Executivo Municipal deve avaliar o interesse público, orientar a elaboração de estudos técnicos, promover a participação social e consolidar as propostas em regulamentação específica.

**Artigo 39** - Este artigo modifica o artigo 136 do Plano Diretor Estratégico. Ele estabelece que os Planos de Intervenção Urbana visam apresentar estudos técnicos para a transformação e qualificação urbanística, econômica e ambiental de territórios estratégicos para o desenvolvimento urbano do município. Esses estudos ajudarão a definir os instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana mais adequados para implementar as intervenções propostas. O artigo também detalha os aspectos que devem ser abordados pelos estudos técnicos, como estudo do perímetro, intervenções urbanas propostas, condições urbanas e ambientais, necessidades habitacionais e sociais, soluções para áreas de risco e solos contaminados, viabilidade econômica das intervenções propostas, entre outros.

**Artigo 40:** Insere o artigo 136-A no Plano Diretor Estratégico, que estabelece os objetivos dos estudos técnicos que compõem os PIUs de Zonas de Ocupação Especial (ZOE).

**Artigo 41:** Altera o artigo 141 do Plano Diretor Estratégico, modificando o inciso VII e acrescentando o inciso XVII, além de incluir os parágrafos 1º e 2º. As mudanças estão relacionadas à Operação Urbana Consorciada e ao reassentamento das famílias afetadas.

**Artigo 42:** Modifica o § 1º do artigo 142 do Plano Diretor Estratégico, estabelecendo que pelo menos 30% dos recursos arrecadados em Operações Urbanas Consorciadas devem ser aplicados em Habitação de Interesse Social.

**Artigo 43:** Altera o parágrafo único do artigo 146 do Plano Diretor Estratégico, também determinando que no mínimo 30% dos recursos arrecadados em Áreas de Intervenção Urbana (AIU) sejam aplicados em Habitação de Interesse Social.

**Artigo 44:** Acrescenta o § 10 ao artigo 151 do Plano Diretor Estratégico, que estabelece a necessidade de uma lei específica para detalhar os critérios de avaliação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV) para empreendimentos próximos a terras indígenas.

**Artigo 45:** Modifica o "caput" do artigo 152 do Plano Diretor Estratégico, relacionado à exigência de estudo de viabilidade ambiental em processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com médio potencial de degradação ambiental.

**Artigo 46:** Insere o artigo 152-A no Plano Diretor Estratégico, que estabelece a possibilidade de exigir um Estudo Ambiental Simplificado (EAS) em processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com baixo potencial de degradação ambiental.



**Artigo 47:** Acrescenta o § 2º ao artigo 164 do Plano Diretor Estratégico, mencionando a necessidade de observar a legislação municipal específica sobre Regularização Fundiária Urbana (REURB).

**Artigo. 48:** Acrescenta o § 2º ao artigo 174 do Plano Diretor Estratégico, relacionando a aplicação das políticas setoriais aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e às ações para enfrentamento das Mudanças Climáticas.

**Artigo 49:** Modifica o "caput" do artigo 175 do Plano Diretor Estratégico, alterando os objetivos da Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

**Artigo 50:** Insere o artigo 175-A no Plano Diretor Estratégico, que determina que a Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável observe o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador. Também permite a criação de novas subcategorias de uso industrial e a revisão da relação entre usos permitidos e zonas de uso.

**Artigo 51:** Modifica o artigo 178 do Plano Diretor Estratégico, introduzindo um novo parágrafo que permite a elaboração de um Plano de Intervenção Urbana de Ordenamento e Reestruturação Territorial para cada Polo Estratégico de Desenvolvimento Econômico.

**Artigo 52:** Acrescenta o artigo 179-A ao Plano Diretor Estratégico, determinando que as áreas dos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico são regidas pelos Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico correspondentes.

**Artigo 53:** Insere os artigos 181-A, 181-B, 181-C e 181-D no Plano Diretor Estratégico, estabelecendo novas centralidades polares e lineares e permitindo a criação de outros perímetros de centralidades através de lei específica.

**Artigo 54:** Altera o artigo 196 do Plano Diretor Estratégico, modificando seu parágrafo único e acrescentando novos parágrafos que estabelecem regras para a instalação de infraestruturas de utilidade pública.

**Artigo 55:** Insere o artigo 199-A no Plano Diretor Estratégico, estabelecendo que a Política de Saneamento Ambiental deve ser orientada pelo marco legal do saneamento básico e pela Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas.

**Artigo 56:** Acrescenta o artigo 236-A ao Plano Diretor Estratégico, determinando que o Executivo elabore um Plano Municipal de Rotas Acessíveis, com foco na acessibilidade e integração dos sistemas de transporte público.

**Artigo 57:** Modifica o inciso VI do artigo 257 do Plano Diretor Estratégico, requerendo a elaboração participativa de um Plano Municipal Hidroviário compatível com outros planos municipais existentes.

**Artigo 58:** Altera o art. 274 da Lei nº 16.050, de 2014, estabelecendo que parques urbanos, de conservação, orla e naturais, existentes e propostos, e áreas verdes públicas, fazem parte do Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes



e Espaços Livres. Acrescenta também que os parques lineares propostos serão incluídos no sistema quando forem implantados.

**Artigo 59:** Modifica o art. 289 da mesma lei, criando o Fundo Municipal de Parques para viabilizar a implantação, operação e gestão dos parques propostos. Este fundo será regulamentado pelo Executivo e trabalhará em conjunto com o Fundo Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA). Define também as possíveis fontes de recursos para o fundo e cria o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Parques.

**Artigo 60:** Altera o inciso I do art. 303 da Lei nº 16.050, ampliando a proteção integral à família e à pessoa, com prioridade de atendimento a grupos sociais mais vulneráveis.

**Artigo 61:** Modifica o art. 305 da mesma lei, ampliando os planos setoriais de diferentes áreas, a rede de assistência social, e propõe a implementação de Núcleos Olímpicos Regionais, Casas de Agricultura Ecológica (CAE), hortas urbanas em áreas públicas e Escolas de Agroecologia.

**Artigo 62:** Altera a alínea "n" do inciso II do § 1º do art. 327 da Lei nº 16.050, incluindo um membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

**Artigo 63:** Modifica o art. 347 da mesma lei, definindo que os Planos de Bairro devem ser considerados na revisão dos Planos Regionais das Subprefeituras e estabelece que deve haver procedimento para a elaboração dos Planos de Bairros.

**Artigo 64:** Altera o art. 375 da Lei nº 16.050, referente a parques urbanos e naturais.

**Artigo 65:** Modifica o art. 376 da mesma lei, estabelecendo que os parques naturais existentes e demais unidades de conservação de proteção integral existentes sejam enquadrados como ZEP.

**Artigo 66:** Estabelece que a revisão da Lei nº 16.402, de 2016, pode rever os limites das áreas de ZEU, ZEUa, ZEUP, ZEUPa, ZEM e ZEMP.

**Artigo 67 -** Altera o inciso XXXII do art. 27 para incentivar a criação de sistemas de cogeração de energia e o compartilhamento de energia elétrica, eólica e solar, principalmente em empreendimentos de grande porte.

**Artigo 68 -** Altera o inciso XIII do art. 228 para incentivar a renovação ou adaptação da frota do transporte público e privado urbano, visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa, poluição sonora e gastos com combustíveis, através da utilização de veículos movidos por fontes de energia renováveis ou combustíveis menos poluentes.

**Artigo 69 -** Altera o inciso XIV do art. 292 para incentivar a adoção de tecnologias socioambientais, especialmente relacionadas ao uso de energia solar, manejo de água e resíduos sólidos, e agricultura urbana, na produção de Habitação de Interesse Social e na urbanização de assentamentos precários.



**Artigo 70** - Estabelece que os planos setoriais previstos na Lei 16.050, de 2014, devem ser concluídos até 2025.

**Artigos 71 e 72** - Substituem e acrescentam novos quadros e mapas à Lei nº 16.050, de 2014.

**Artigo 73** - Estabelece que os mapas anexos a esta lei correspondem aos arquivos digitais da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, que serão disponibilizados pelo Executivo no Portal da Prefeitura do Município de São Paulo na Internet.

**Artigo 74** - Revoga os arts. 52, 148, 362 a 366 e o inciso IV do § 2º do art. 326 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014.

**Artigo 75** - Determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### **Audiência Pública da Revisão Plano Diretor Estratégico, Itaquera -15/04/23**

Objetiva o presente relatório trazer informações sobre a audiência pública que possam facilitar o entendimento das principais demandas apresentadas por aqueles que dela participaram. Com essa finalidade, dividiu-se o trabalho em 3 (três) partes. Na primeira, apresenta-se um breve resumo dos principais temas debatidos. Em seguida, confecciona-se uma breve síntese das falas dos participantes da audiência. E para finalizar, a demonstração em formatado de tabelas da incidência de alguns dados relacionados aos principais assuntos tratados e às principais palavras-chave.

#### **Breve Resumo da Audiência**

A cidade de São Paulo, em busca de um desenvolvimento mais sustentável e equitativo, vem realizando audiências públicas para discutir a revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE). Em 15 de abril de 2023, a Comissão de Administração Pública, da Câmara Municipal de São Paulo, realizou uma audiência pública na região de Itaquera, onde Vereadores, representantes do Poder Executivo Municipal, de organizações da sociedade civil, moradores e especialistas debateram temas relevantes para a revisão do PDE.

Durante a audiência, foram apresentadas críticas ao plano passado e discutida a importância da necessidade dessa revisão intermediária do atual PDE, bem como a criação de planos regionais estratégicos para cada subprefeitura.

Entre os principais temas abordados na audiência, destacaram-se os problemas de infraestrutura em Itaquera, como trânsito, falta de postos de saúde e aumento da população sem acompanhamento da infraestrutura adequada. A verticalização excessiva e a especulação imobiliária também foram apontadas como preocupações, já que podem levar à falta de contrapartidas de infraestrutura necessária e à ocupação desordenada.

A necessidade de políticas públicas emergentes para Itaquera também foi destacada, ressaltando a importância de um planejamento urbano que acompanhe o crescimento do bairro e a adoção de uma abordagem integrada para solucionar os problemas na região. Além disso, questões socioeconômicas, como a geração de empregos e a garantia de moradia digna, foram mencionadas pelos participantes.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

O tema Enchentes também foi destaque, os moradores de Itaquera e de São Mateus relataram os problemas recorrentes e a necessidade de construção de um piscinão para minimizar os impactos. A preservação dos rios afluentes e a garantia de um saneamento básico adequado igualmente foram apontados como fundamentais para a qualidade de vida na região.

Os participantes ressaltaram a importância da participação popular no processo de revisão do PDE e na discussão e solução dos problemas locais, asseverando que a comunidade deve ser ouvida e suas demandas consideradas na elaboração das políticas públicas.

Outras demandas levantadas foram a necessidade de melhorias no Parque do Carmo, a preocupação com o impacto ambiental e o desordenamento urbano, a falta de investimento público em serviços como saúde e regularização fundiária e a preocupação com as populações mais vulneráveis da região, como os moradores do Fundão e de Santa Terezinha.

Para finalizar, destacou-se que a revisão do PDE é uma oportunidade para corrigir erros e garantir uma cidade mais humana, justa e saudável, mas que, para tanto, é fundamental que as demandas locais e os anseios da população sejam considerados no processo de elaboração das políticas urbanas, garantindo um desenvolvimento sustentável e equilibrado para todos os cidadãos paulistanos.

### **Resumo das falas dos participantes**

#### **Vereadores participantes:**

- Vereador Gilson Barreto (Presidente da Comissão de Administração Pública);
- Vereador João Ananias;
- Vereador Alessandro Guedes

#### **Convidados:**

1. Marcos Duque Gadelho (Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representado por Tadeu Lara e Ricardo Nagliate);
2. Eduardo de Castro - Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente;
3. Marcos Monteiro - Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras (representado por Sérgio Ferreira);
4. Alexandre de Modenesi - Secretário Municipal das Subprefeituras;
5. Aline Torres - Secretária Municipal de Cultura;



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

6. Ricardo Teixeira - Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito;
7. Dr. Kátia de Cássia - Assessora Técnica;
8. João Siqueira de Faria - Secretaria de Habitação;
9. Carlos Alberto Bezerra - Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
10. Aline Pereira Cardoso - Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;
11. Os Subprefeitos das regiões de Aricanduva, Formosa, Carrão, Mooca, Penha, Vila Prudente, Sapopemba, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Itaim Paulista e Itaquera;
12. Dr. Marcos Vinícius Monteiro dos Santos - Promotor e Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo;
13. Dr. Florisvaldo Fiorentino - Defensor Público Geral;
14. Francisco Rondan Pereira - Presidente da Associação dos Moradores, Comerciantes e Empresários de Itaquera;
15. Marcos Vinícius Valério - Subprefeito da Mooca
16. Joel Bonfim - Prefeito de Ermelino Matarazzo
17. Décio Lima - Chefe de gabinete do vereador Sansão Pereira

O primeiro a discursar foi o **Vereador Gilson Barreto**, que, em resumo, destacou a importância da região de Itaquera para a realização da primeira audiência pública da Comissão de Administração Pública sobre o Plano Diretor da cidade de São Paulo. Ele menciona que a cidade cresce principalmente na direção da zona leste e que o Plano Diretor fornece diretrizes para o desenvolvimento urbano. Ressalta a necessidade de ouvir a população e considerar os interesses de todos os envolvidos, incluindo melhorias, ampliação de ruas, desenvolvimento de bairros, regularização fundiária e mudança de zoneamento. Ele enfatiza que a audiência é uma reunião oficial da comissão e não apenas uma reunião individual dos vereadores, pedindo que todos os participantes registrem seus nomes e interesses para que sejam considerados.

Na sequência, falou o representante do Sr. Marcos Duque Gadelho (Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento), **Tadeu Lara** que, em síntese, explicou o que é o Plano Diretor e como ocorreu o processo de revisão intermediária que, também, é o documento básico da política urbana de uma cidade, que define objetivos, diretrizes e instrumentos para o crescimento e desenvolvimento urbano. O atual Plano Diretor de São Paulo foi aprovado em 2014 e estabeleceu metas até 2029, mas previa uma revisão intermediária em 2021.

Na sua exposição ressaltou os seguintes assuntos:



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- Diretrizes gerais do Plano Diretor atual, como aproximar emprego e moradia, prover habitação de interesse social e utilizar melhor a infraestrutura existente;
- Revisão intermediária do Plano Diretor, prevista para ocorrer em 2021, visando ajustes e correções de rotas, sem necessariamente alterar objetivos e diretrizes gerais;
- Processo participativo e etapas que ocorreram no Executivo, incluindo diagnóstico da aplicação do Plano Diretor, definição do escopo da revisão, consulta pública e elaboração da minuta do projeto de lei;
- Encaminhamento do projeto de lei à Câmara para análise e discussão.

Após a fala do representante do Executivo, participantes da Mesa e outras pessoas convidadas e inscritas pronunciaram-se. Abaixo seguem suas falas sumarizadas:

**Vereador João Ananias:** destacou a importância do Plano Diretor de 2014 para a cidade e para a população carente, focando no transporte público de qualidade e na necessidade de democratizar o conhecimento sobre o plano. Comentou sobre o impacto ambiental e áreas verdes, mencionando a necessidade de mais audiências públicas para discutir o crescimento da cidade.

**Vereador Alessandro Guedes:** falou sobre a verticalização em Itaquera e a falta de estrutura para receber mais moradores. Ressalta a importância do Parque do Carmo e critica o abandono do local. Faz um apelo por mais audiências públicas e destaca a **necessidade de um piscinão em Itaquera para lidar com enchentes**.

**Joel** (Subprefeito de Ermelino Matarazzo): destacou a importância do poder legislativo no processo de revisão do plano diretor e a necessidade de um olhar apurado sobre as características específicas de cada região. Ele enfatiza a responsabilidade dos vereadores em garantir uma boa revisão do plano diretor para melhorar a qualidade de vida dos paulistanos.

**Marcos Vinícius** (Subprefeito da Mooca): ressaltou a importância da gestão participativa e a oportunidade única para a comunidade opinar sobre questões importantes para o direcionamento das políticas públicas na região. Ele parabeniza os vereadores pela iniciativa e encoraja os cidadãos a aproveitar a oportunidade para dialogar com o legislativo.

**Antônio Gomes dos Santos** (Representante do Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste): enfatizou a necessidade de maior comunicação entre a comunidade e os técnicos para garantir soluções eficientes



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

e duradouras. **Ele também aborda a importância de garantir moradia digna para todos os cidadãos e a responsabilidade do poder público nesse sentido.**

**Daniel Rosa** (Arquiteto e coordenador de governo local da Subprefeitura de São Mateus): destacou a necessidade da revisão do plano diretor para ajustar problemas existentes e a importância de **criar um plano regional estratégico para cada Subprefeitura, considerando suas características e necessidades específicas.**

**José Carlos Medeiros** (Grupo Casa Rosada Itaquera): falou sobre a necessidade de **melhorar o emprego na região de Itaquera, interagir com o governo estadual e federal e ampliar oportunidades de trabalho.** Também discutiu a problemática dos prédios na região e a falta de abertura de viários, resultando em problemas de trânsito e insegurança para os moradores.

**Jorge Macedo** (Associação de Moradores de Santa Terezinha): discutiu a **situação dos rios afluentes e a falta de atenção às pessoas afetadas pelas inundações.** Citou problemas no trânsito e a falta de infraestrutura nas áreas mais afastadas da região. Pediu mais atenção dos vereadores e autoridades para solucionar esses problemas.

**João Bosco da Costa** (Associação "Ridiu" e Bloco Carnavalesco Viva Paz): abordou o problema das enchentes em Itaquera e pediu mais comprometimento dos vereadores para melhorar a drenagem e a habitação na região. Ressaltou a importância de ter qualidade de vida em Itaquera.

**Mateus da Silva Ramos** (Líder Comunitário da Cidade Líder): falou sobre a necessidade de um piscinão para evitar inundações e os problemas nas vias da Cidade Líder, onde falta recapeamento e acessibilidade. Pediu mais atenção às questões do Conselho Tutelar e às escolas da região.

**Karina Juvêncio** (Instituto Paulistano de Educação): falou sobre a importância das políticas públicas, garantias fundamentais e o olhar para o Direito Constitucional. Ressaltou a necessidade de políticas voltadas à educação e saúde, e a participação da população na tomada de decisões.

**Oriovaldo Pereira** (Advogado, Corretor e Avaliador Imobiliário): abordou a problemática do descarte inadequado de resíduos da construção civil em São Paulo, afirmando que a cidade deveria adotar uma usina de reciclagem para lidar com o problema. Ele mencionou que a legislação atual está travada e defendeu a busca por parcerias com a iniciativa privada. O orador citou exemplos de como o lixo da construção civil pode ser reutilizado, como na fabricação de guias, sarjetas e asfalto.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

**Décio José de Lima** (Morador de São Mateus): falou sobre a importância de corrigir erros cometidos no Plano Diretor Estratégico de 2014, especialmente em relação às macrozonas e ao planejamento urbano inadequado. Ele mencionou problemas de enchentes em áreas de Itaquera e São Mateus e defendeu a necessidade de um planejamento adequado para evitar a expansão desordenada da cidade.

**Joyce** (Liderança política e formada em Gestão Pública e Política Social): expressou preocupação com a falta de moradia, problemas de saúde e condições precárias enfrentadas pela população nas periferias. Ela mencionou a falta de investimento público em áreas mais carentes e pediu que os vereadores fossem às comunidades para ver a realidade de perto. Joyce também sugeriu que as audiências públicas fossem realizadas nas próprias regiões para ouvir as demandas da população local.

**João Timóteo** (Associação dos Moradores Fazenda do Carmo): expressou preocupação com o rápido crescimento demográfico de Itaquera, destacando problemas como falta de regularização fundiária, falta de fiscalização de construtoras, ausência de investimento público em serviços e infraestrutura. Ele pede por soluções para corrigir as falhas existentes e melhorar a qualidade de vida dos moradores.

**Antônio Primus** (Professor Municipal e Produtor Cultural): mencionou o aumento da verticalização em Itaquera, que está resultando em perda de qualidade de vida devido ao trânsito e à falta de infraestrutura para atender à crescente população. Ele enfatiza a necessidade de planejamento urbano adequado e questiona os critérios municipais para aprovação de novos empreendimentos. Primus pede aos vereadores e autoridades presentes para controlar o crescimento desenfreado da construção na região.

**Josivaldo Felício** (Morador de Itaquera e formado em Serviço Social): abordou a falta de planejamento urbano em Itaquera, mencionando enchentes recorrentes e a necessidade de um piscinão na área. Ele critica a rapidez com que as construções são aprovadas, enquanto políticas públicas emergenciais são lentas para serem implementadas. O orador pede por políticas públicas que acompanhem o crescimento urbano e a especulação imobiliária na região.

**Chinito** (Presidente da SEMEA, Sociedade dos Moradores e Empresários de Itaquera): agradeceu a presença de todos, destacou a importância de unir quem resolve com quem precisa, e elogiou os vereadores de Itaquera, Gilson e Alessandro Guedes, por seu trabalho em prol do bairro. Ele



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

destacou a importância da reunião e a necessidade de continuar lutando pelos interesses da comunidade, cobrando das autoridades locais.

**Bartô** (Representante da Universidade Unicastelo): agradeceu a presença de todos e mencionou os agradecimentos da irmã Rosane, presidente do Instituto Santa Marcelina, e do diretor José Carlos Niero da Universidade Unicastelo. Ele também mencionou a futura construção de um hospital e a implementação do curso de medicina na universidade.

**Sérgio Gim** (Representante do Secretário de Obras da Cidade de São Paulo): expressou sua alegria em participar da discussão e enfatizou a importância da participação popular para melhorar o bairro. Ele mencionou a necessidade de olhar para o futuro e afirmou que a cidade está em movimento, com muitas obras em andamento. Ele também destacou a importância do Plano Diretor Estratégico para garantir uma cidade mais eficiente, justa e humana.

### Considerações Finais:

Após o término das falas dos participantes, o Vereador Gilson Barreto abriu espaço para as considerações finais dos Vereadores presentes:

**Vereador Alessandro Guedes:** ressaltou a importância de ouvir a opinião de todos os envolvidos, como o Sr. Sergio Gin e a participação popular. Ele também mencionou que anotou muitas das sugestões discutidas para trabalhar em conjunto com a Câmara Municipal e as Secretarias Municipais envolvidas.

**Vereador João Ananias:** destacou a importância da participação popular para melhorar a cidade e os investimentos nos bairros. Agradeceu a presença de todos e a Universidade por fornecer o espaço para discussão. Mencionou que, como Sérgio Gin disse, uma cidade que não cuida do seu povo nasce doente e, portanto, é essencial planejar um futuro mais justo, igualitário e saudável.

### Fala de encerramento

Para finalizar a reunião, o **Vereador Gilson Barreto** fez algumas considerações sobre a audiência pública e a importância da participação popular e da organização da comunidade. Lançou um alerta acerca da administração do sistema de tapa-buracos, que, diferentemente do que ocorre, deveria ser responsabilidade das subprefeituras, e elogiou o Plano Diretor. Ele também



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

destacou o trabalho do Secretário Monteiro e do Prefeito Ricardo Nunes sobre a canalização do fundo de vale e do gerenciamento das áreas de risco.

### Principais temas tratados:

#### Temas:

Enchentes e Construção de Piscinões

Infraestrutura

Verticalização e Especulação Imobiliária

Habitação de Interesse Social e Moradia popular

Investimentos Públicos

Impacto Ambiental

Ocupação Territorial

Preocupações Socioeconômicas

Parques e Áreas Verdes

Saneamento Básico

### Resumo das solicitações

|   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | Professor Claudemir Mancini, Gestor do equipamento do CEU Alto Alegre. Ele destaca a importância de pensar nas propostas de desenvolvimento contínuo da cidade, mesmo após a data estipulada no Plano de Desenvolvimento Estratégico. Reconhece que a zona leste, incluindo Itaquera, enfrenta desafios devido ao deslocamento de pessoas com menor renda para a periferia, onde há problemas ambientais e falta de infraestrutura. Defende a união entre sociedade civil e empresas para garantir a compensação adequada em relação ao benefício obtido no desenvolvimento urbano. |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

|   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|---|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2 | <p>O autor é José Carlos Medeiros, da Casa de Repouso Rosada, em Itaquera. Ele destaca a necessidade de mais empregos na região, solicitando a interação entre o prefeito, o governo estadual e o governo federal para reter e ampliar oportunidades de trabalho em Itaquera. Além disso, ele menciona um problema específico relacionado à abertura dos viários entre Agrimensor Sugaya e Cristóvão Salamanca, que afeta a mobilidade das pessoas e expõe os moradores a riscos de assaltos. Ele pede o empenho da Câmara Municipal para resolver essa questão, citando a existência de uma lei aprovada que trata dessa abertura de vias.</p>                                                                                                                                                                                                                          |
| 3 | <p>O autor é André Luiz Zorzan. Ele destaca a necessidade de atenção para os rios e afluentes que banham a região, sendo urgente o combate à enchentes em Cidade Tiradentes, Cohab Juscelino, os córregos que passam na Vila Progresso, Vila Brasil mencionando as perdas sofridas pelas pessoas que vivem nos bairros próximos. Ele ressalta a importância de não esquecer o povo que vive nas áreas mais afastadas e questiona se haverá um olhar diferenciado para eles. O autor também aborda a questão do trânsito na região de Agrimensor Sugaya com Cristóvão Salamanca, mencionando a falta de infraestrutura adequada, como transporte público, escolas e creches. Ele pede aos vereadores que adotem leis mais rigorosas para atender às necessidades da população e destaca a importância de realizar o desassoreamento dos rios e o saneamento adequado.</p> |
| 4 | <p>O autor é Jorge Macedo dos Santos. Ele menciona a problemática da verticalização, destacando a falta de vagas de garagem para o número de moradias construídas em sua região. Ele também ressalta a questão dos buracos nas ruas de Itaquera, solicitando à Subprefeitura que verifique essa situação crítica. Além disso, ele menciona o abaixo-assinado para a construção do piscinão em Itaquera, agradecendo ao Vereador Alessandro Guedes pela iniciativa e pedindo para que mais pessoas assinem o abaixo-assinado para pressionar o Prefeito Ricardo Nunes a tomar medidas em relação a isso.</p>                                                                                                                                                                                                                                                              |



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

|   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|---|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 5 | O autor é João Bosco da Costa. Ele destaca três temas importantes: sistema de drenagem e enchentes, habitação e qualidade de vida em Itaquera. Ele pede atenção dos vereadores para essas questões, solicitando comprometimento na construção de moradias de qualidade e na solução dos problemas de enchentes, visando melhorar a qualidade de vida na região.                                                                                                                                                  |
| 6 | O autor é Mateus da Silva Ramos. Ele destaca a importância de um piscinão para enfrentar as enchentes em Itaquera e pede que a questão seja tratada com seriedade. Além disso, ele menciona a falta de acessibilidade e o abandono das vias da periferia, como a Estrada Velha de Itaquera bem como a Francisco Munhoz, e solicita recapeamento e melhorias nessas vias. Ele também ressalta a importância da participação na eleição do Conselho Tutelar para garantir a defesa dos interesses das comunidades. |
| 7 | A autora é Karina Aparecida Baptista Juvencio. Ela destaca a importância de políticas públicas e a necessidade de obras de melhoria de mobilidade para facilitar o acesso à Guaianazes passando pela Jacu Pêssego. Ela ressalta a importância de um processo de análise e diálogo entre as áreas antes da construção de prédios                                                                                                                                                                                  |



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

|   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|---|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 8 | <p>O autor é Oriovaldo Pereira, também conhecido como Pereira. Ele é advogado, corretor e avaliador imobiliário. Ele destaca a necessidade de uma melhor gestão do meio ambiente, especialmente em relação ao resíduo da construção civil. Ele menciona a falta de uma usina de reciclagem adequada e propõe o envolvimento da iniciativa privada para solucionar esse problema. Pereira também menciona a necessidade de mudanças na legislação e destaca a importância do recapeamento e da apreensão de veículos relacionados ao descarte inadequado de resíduos. Ele oferece um modelo de usina e solicita a atenção do Vereador Gilson Barreto para essa questão.</p> |
| 9 | <p>O autor é Décio José de Lima. Ele destaca a necessidade de corrigir alguns artigos do Plano Diretor Estratégico que não ajudaram a população e menciona as travas impostas pelas macrozonas. Ele menciona um problema específico na divisa de Itaquera com São Mateus, onde uma construção causou enchentes em uma área que antes não tinha esse problema. Ele enfatiza a importância de um planejamento adequado e de fazer alterações nas macrozonas para solucionar essas questões e permitir o desenvolvimento das regiões de São Mateus, Itaquera e Cidade Líder. Ele ressalta a importância de uma cidade planejada.</p>                                          |



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 10 | <p>A autora é Joice Miyuki. Ela expressa preocupação com a falta de moradias adequadas e acesso à saúde, mencionando a fila de espera para uma casa própria e a dificuldade de obter atendimento em UPAs. Ela destaca as enchentes recorrentes no XV de Novembro e faz um apelo para que sejam tomadas medidas para resolver esses problemas. Joice enfatiza a necessidade de investimento público nas regiões periféricas, mencionando a falta de infraestrutura, buracos nas ruas e falta de assistência social. Ela pede que os vereadores visitem as comunidades para entender as necessidades reais da população e ressalta a importância de realizar audiências públicas nas regiões afetadas.</p> |
| 11 | <p>O autor é João Timotio, representante da Associação de Moradores Fazenda do Carmo. Ele destaca a falta de serviços públicos acompanhando o crescimento demográfico em Itaquera e ressalta a necessidade de regularização fundiária na área da Fazenda do Carmo. Ele critica a falta de diálogo entre a Prefeitura e o Governo e menciona construções irregulares e falta de fiscalização. João também enfatiza a demora no atendimento de serviços como poda de árvores e reparos em buracos nas ruas. Ele faz um apelo para que sejam tomadas medidas urgentes em relação à regularização fundiária, cumprimento das leis e melhoria no atendimento de transporte e saúde.</p>                       |
| 12 | <p>O autor é Antônio Primus, professor municipal e produtor cultural. Ele expressa preocupação com a verticalização desenfreada em Itaquera, que está comprometendo a qualidade de vida do bairro. Ele destaca o aumento do trânsito, a falta de infraestrutura para atender a população em crescimento e a perda das áreas verdes. Antônio solicita medidas para controlar as construções excessivas e preservar a qualidade de vida no bairro.</p>                                                                                                                                                                                                                                                     |

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

- |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>13</b> | <p>O autor é Josival Felício de Oliveira, morador de Itaquera. Ele destaca a necessidade de planejamento viário adequado para acompanhar o crescimento populacional e a especulação imobiliária no bairro. Josival menciona a ocorrência de enchentes frequentes e solicita a construção de um piscinão em Itaquera. Ele ressalta a aprovação rápida das construções de grandes edifícios, mas a falta de aprovação de políticas públicas emergentes. Josival pede que as políticas públicas em Itaquera acompanhem o crescimento urbano e a especulação imobiliária.</p> |
| <b>14</b> | <p>O autor é Francisco Roldan Pereira, também conhecido como Chinito, presidente da ACM. Ele agradece a presença dos vereadores presentes e destaca a importância de juntar quem resolve com quem precisa em prol de Itaquera. Chinito agradece aos presentes por prestigiarem o evento e ressalta a importância de continuar lutando e cobrando as autoridades. Ele menciona a sensibilidade das pessoas envolvidas e agradece a realização da reunião em um local democrático. Chinito finaliza agradecendo a todos.</p>                                                |

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO****COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Audiência Pública da Revisão Plano Diretor Estratégico, Mooca -  
27/04/2023**

Objetiva o presente relatório trazer informações sobre a audiência pública que possam facilitar o entendimento das principais demandas apresentadas por aqueles que dela participaram. Com essa finalidade, dividiu-se o trabalho em 3 (três) partes. Na primeira, apresenta-se um breve resumo dos principais temas debatidos. Em seguida, confecciona-se uma breve síntese das falas dos participantes da audiência. E para finalizar, a demonstração da incidência de alguns dados relacionados aos principais assuntos e temas tratados.

**Breve Resumo da Audiência**

A audiência pública realizada em Campo Limpo teve como objetivo ouvir os participantes da região sobre suas demandas locais, visando a elaboração de um projeto de lei para a revisão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. Durante a audiência, foram debatidos temas como a ausência de convidados importantes, como subprefeitos e secretários municipais, a realização de audiências públicas em diferentes regiões de São Paulo, e a importância do Plano Diretor para o desenvolvimento da cidade.

A participação do público na discussão do Plano Diretor foi um tema recorrente, assim como a necessidade de melhorar a programação das audiências e o envolvimento dos vereadores com a comunidade. Abordou-se também a falta de planejamento e controle nas construções, problemas de zoneamento e infraestrutura, poluição sonora, coleta e reutilização de resíduos têxteis, congestionamentos e obras públicas, e a situação do Hospital João XXIII.

Foram discutidos ainda os problemas de trânsito na Rua da Mooca, a criação de um parque na Mooca, a zeladoria e limpeza urbana, a infraestrutura de transporte e o apoio à Guarda Civil Metropolitana. Outros tópicos incluíram áreas verdes e meio ambiente, moradores de rua, patrimônio e políticas culturais, e equipamentos urbanos e sociais.

Neste contexto, a audiência destacou a importância de repensar o Plano Diretor, considerando questões ambientais e qualidade de vida, e a necessidade de participação popular no processo legislativo, além da responsabilidade dos eleitores. A ausência de construtoras e imobiliárias na



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

audiência foi criticada, ressaltando a importância de se posicionar e defender os interesses no processo político.

Em suma, a audiência pública em Campo Limpo mostrou-se um espaço importante para que a população possa manifestar suas demandas locais e contribuir para a revisão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. A participação popular e o envolvimento dos vereadores com a comunidade são aspectos fundamentais para garantir um desenvolvimento urbano mais sustentável e equilibrado.

### Resumo das falas dos participantes

Nesta transcrição de uma audiência pública, as seguintes pessoas foram mencionadas:

1. Gilson Barreto - Presidente da Comissão de Administração Pública
2. Ricardo Nunes - Prefeito
3. Beto Social - Vereador
4. Janaína Lima - Vereadora
5. Eli Corrêa - Vereador
6. João Ananias - Vereador
7. Ely Teruel - Vereadora
8. Jussara Basso - Vereadora
9. Adilson Amadeu - Vereador e Vice-Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana
10. Marcos Duque Gadelho - Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento
11. Priscila Pereira Alves - Coordenação de Participação – SMUL
12. Eduardo de Castro - Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
13. Marcos Monteiro - Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras
14. Alexandre Modonezi de Andrade - Secretário Municipal das Subprefeituras
15. Celso Leiva - Representante
16. Antonio Mateus Buzunas - Representante
17. Aline Torres - Secretária Municipal de Cultura
18. Ricardo Teixeira - Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito
19. Rogério Baptista dos Santos - Representante
20. João Siqueira de Farias - Secretário Municipal de Habitação

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

21. Carlos Alberto Bezerra Júnior - Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS
22. Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot - Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
23. Felipe da Silva Souza - Representante
24. Rafael Dirvan Martinez Meira - Subprefeito de Aricanduva
25. Marcus Vinicius Valério - Subprefeito da Mooca
26. Eduardo de Febo - Representante, Governo Local
27. Flávio Ricardo Sol - Subprefeito da Penha
28. Elisete Aparecida Mesquita - Subprefeita de Vila Prudente
29. Sérgio Matrone Filho - Sociedade Amigos da Mooca
30. Marlon Salles da Silva - Subprefeito de Sapopemba
31. Lucas Santos Sorrillo - Subprefeito da Cidade Tiradentes
32. Joel Bomfim da Silva - Subprefeito de Ermelino Matarazzo/Ponte Rasa
33. Thiago Della Volpi - Subprefeito de Guaianases
34. Guilherme Bahia Henriques - Subprefeito de Itaim Paulista
35. Silvia Regina Almeida - Subprefeita de Itaquera
36. Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos - Promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo
37. Dr. Florisvaldo Antônio Fiorentino Júnior - Defensor Público Geral, Defensoria Pública Geral

O Presidente da Comissão de Administração Pública, **Vereador Gilson Barreto**, abriu a 2ª Audiência Pública de 2023 sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Ele informou que a audiência estava sendo transmitida ao vivo e agradeceu a presença de todos.

**O Presidente Gilson Barreto** menciona a ausência do Subprefeito da Mooca, Marcus Vinicius Valério, e informa que Eduardo de Febo está representando-o.

Após a fala do Presidente da Audiência Pública, participantes da Mesa e outras pessoas convidadas e inscritas pronunciaram-se. Abaixo seguem suas falas sumarizadas:

**O Vereador Adilson Amadeu** expressa seu desejo de conhecer o Subprefeito e destaca a importância de discutir o Plano Diretor com a população.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

**O Vereador João Ananias** enfatiza a necessidade de democratizar o Plano Diretor e ouvir o povo, abordando os problemas enfrentados pela população no dia a dia.

**A Vereadora Ely Teruel** ressalta a importância da presença da população nas audiências públicas e convida mais pessoas a participar. Ela também elogia o trabalho do Prefeito Ricardo Nunes e destaca sua própria dedicação em ouvir e trabalhar com a população.

**Elcio de Sousa**, professor, destaca a importância do envolvimento do Senai com a comunidade e menciona que a escola é uma referência na América Latina, oferecendo cursos gratuitos.

**Vereador Gilson Barreto**, Presidente da audiência, agradece a presença de Fernando Capitulino, Diretor do Mercado de Vila Formosa.

**Gerson Clemente Guarino**, morador da Mooca, agradece ao Vereador Adilson Amadeu pelo trabalho realizado na região, especialmente em relação a um terreno que está se transformando em um parque na Mooca, e destaca a importância de agradecer aos políticos quando algo é realizado.

**Karen Nasser**, moradora local, manifesta preocupação com a falta de planejamento e controle nas construções da região e aborda problemas de zoneamento, infraestrutura e poluição sonora. Além disso, sugere a coleta e reutilização de resíduos têxteis.

**Oswaldo Fernandes Filho**, assessor do vereador Adilson Amadeu, discute o impacto negativo dos congestionamentos e sugere a contratação de mais trabalhadores para acelerar as obras. Ele também menciona a situação do Hospital João XXIII e os problemas de trânsito na Rua da Mooca.

**Italo Leonelo Junior** convocou os presentes para uma audiência pública no dia 8 de maio sobre propostas orçamentárias da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para a região da Mooca.

**Antonia Lindinalva Ferreira**, moradora da região, abordou problemas como falta de áreas verdes, a presença de moradores de rua, questões relacionadas a patrimônio e políticas culturais e o impacto de equipamentos urbanos e sociais. Ela pediu maior atenção dos vereadores e da prefeitura para resolver esses problemas.

### Considerações Finais:

Após o término das falas dos participantes, o Vereador Gilson Barreto abriu espaço para as considerações finais dos Vereadores presentes:



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

**Vereador João Jorge** discutiu a importância do BRT Radial Leste e mencionou que o projeto licitatório está em andamento.

**A Vereadora Ely Teruel** agradeceu a todos e destacou o trabalho do prefeito Ricardo Nunes, além de mencionar seu programa de rádio e apoio à Guarda Civil Metropolitana.

**O Vereador Adilson Amadeu** mencionou projetos e demandas da região da Mooca, como a criação de um parque, problemas com a falta de zeladoria e lixo, projetos de infraestrutura de transporte e questões relacionadas ao Plano Diretor. Ele também enfatizou a importância da participação popular nas discussões.

**O Vereador João Ananias** destacou a necessidade de repensar o Plano Diretor, considerando questões ambientais e de qualidade de vida. Ele defendeu mais áreas verdes e uma gestão adequada dos recursos hídricos.

### Fala de encerramento

**O Vereador Gilson Barreto**, por sua vez, enfatizou a importância da participação popular no processo legislativo e criticou a ausência de construtoras e imobiliárias no evento. Ele também ressaltou a responsabilidade dos eleitores em cobrar dos parlamentares e participar ativamente das discussões políticas.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

### **Principais temas tratados, subdivididos por assuntos:**

#### **Temas:**

1. Participação e envolvimento:
2. Plano Diretor e planejamento urbano:
3. Infraestrutura e serviços públicos:
4. Meio ambiente, qualidade de vida e questões sociais:
5. Ausências e presenças notáveis:
6. Instituições e políticas:

#### **Assuntos por Temas:**

#### **Principais temas debatidos:**

##### **1. Participação e envolvimento:**

- Participação do público na discussão do Plano Diretor
- Participação popular no processo legislativo
- Envolvimento dos vereadores com a comunidade
- Responsabilidade dos eleitores

##### **2. Plano Diretor e planejamento urbano:**

- Importância do Plano Diretor para o desenvolvimento da cidade
- Repensar o Plano Diretor
- Lei de Zoneamento e sua relação com o Plano Diretor
- Falta de planejamento e controle nas construções
- Problemas de zoneamento e infraestrutura

##### **3. Infraestrutura e serviços públicos:**

- Infraestrutura de transporte
- BRT Radial Leste e seu processo licitatório



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

- Congestionamentos e obras públicas
- Zeladoria e limpeza urbana
- Problemas de trânsito na Rua da Mooca

### **4. Meio ambiente, qualidade de vida e questões sociais:**

- Questões ambientais e qualidade de vida
- Poluição sonora
- Coleta e reutilização de resíduos têxteis
- Áreas verdes e meio ambiente
- Moradores de rua

### **5. Ausências e presenças notáveis:**

- Ausência de convidados, como subprefeitos e secretários municipais
- Ausência do Subprefeito da Mooca
- Ausência de construtoras e imobiliárias na audiência
- Agradecimentos aos membros da Comissão, à TV Câmara São Paulo, ao Senai e à GCM

### **6. Instituições e políticas:**

- Missão do Senai e envolvimento com a comunidade
- Escola Senai como referência na América Latina
- Parque na Mooca e promessas cumpridas por políticos
- Patrimônio e políticas culturais
- Equipamentos urbanos e sociais



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Resumo das solicitações

|   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|---|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | O autor é Elcio de Sousa, representante do Senai. Ele expressa o prazer de estar presente e destaca a importância da escola em envolver-se com a comunidade. Elcio menciona a grandiosidade da escola, sua reputação e os centros de treinamento de empresas internacionais. Ele enfatiza o impacto positivo da educação de qualidade e se coloca à disposição para apresentar a escola e oferecer cursos gratuitos para a comunidade.                                                                                                                                                                                            |
| 2 | O autor é Gerson Clemente Guarino, que parabeniza o Vereador Adilson Amadeu pela concretização de um projeto de dez anos atrás. Gerson destaca a importância de agradecer, além de cobrar, e elogia a criação de um parque na Mooca, que passou pelo Plano Diretor e pelas audiências públicas. Ele expressa sua gratidão ao vereador.                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| 3 | A autora é Karen Nasser, moradora da Mooca, que levanta questões relacionadas às construções descontroladas na região. Ela destaca a falta de áreas permeáveis, que agrava os problemas de enchentes, e menciona problemas como ruídos constantes, falta de descanso e quedas de energia decorrentes das construções. Karen também menciona a falta de infraestrutura adequada, como redes de esgoto e elétrica, e critica a falta de retorno para a cidade e a devida gestão do lixo gerado pelas construções. Ela também aponta a necessidade de reciclagem de tecidos provenientes das indústrias têxteis presentes na região. |

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

|   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|---|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 4 | <p>O autor é Osvaldo Fernandes Filho, que faz alguns pedidos e sugestões aos vereadores e ao prefeito. Ele destaca a necessidade de agilidade nas obras de infraestrutura, como a ligação Leste-Oeste, sugerindo a contratação de mais trabalhadores para concluir os projetos mais rapidamente. Osvaldo também menciona a situação do Hospital João XXIII, que está fechado para atendimento à população, e sugere a reabertura para além dos casos de Covid-19. Ele também comenta sobre o impacto no comércio da Rua da Mooca devido às restrições de estacionamento, e pede que sejam feitas mudanças para facilitar o tráfego e ajudar os comerciantes. Por fim, ele sugere a contratação de desempregados para a realização das obras necessárias.</p> |
| 5 | <p>O autor é Italo Leonelo Junior, que faz um pedido para que os presentes compareçam a uma audiência pública em 8 de maio, onde serão discutidas propostas orçamentárias para a Regional Mooca. Ele destaca a importância de apresentar queixas e propostas para melhorias nos bairros, abrangendo questões como revitalização de praças e recapeamento de ruas. Italo convida todos a participarem da análise do orçamento, onde serão escolhidas até 15 propostas para compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo pelo menos cinco selecionadas por meio da votação com a população.</p>                                                                                                                                                             |

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

- 6 A autora Antonia Lindinalva Ferreira faz um pedido para que os vereadores prestem atenção aos graves problemas que estão afetando a Mooca. Ela menciona questões como áreas protegidas, desenvolvimento social, patrimônio cultural e políticas culturais, e ressalta a necessidade de abordar problemas relacionados à zeladoria, meio ambiente e saúde. Antonia destaca a superpopulação, enchentes, degradação, ocupação por moradores de rua e falta de espaços para os moradores da região. Ela solicita que os vereadores estejam presentes e prestem atenção às demandas dos moradores da Mooca. Além disso, Antonia menciona a dificuldade de enviar demandas online devido à precariedade do site da Câmara Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO****COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Audiência Pública da Revisão Plano Diretor Estratégico, Campo Limpo em  
29/04/2023**

Objetiva o presente relatório trazer informações sobre a audiência pública que possam facilitar o entendimento das principais demandas apresentadas por aqueles que dela participaram. Com essa finalidade, dividiu-se o trabalho em 3 (três) partes. Na primeira, apresenta-se um breve resumo dos principais temas debatidos. Em seguida, confecciona-se uma breve síntese das falas dos participantes da audiência. E para finalizar, a demonstração da incidência de alguns dados relacionados aos principais assuntos e temas tratados.

**Breve Resumo da Audiência**

Relatório Final da Audiência Pública para a Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo: Foco nas Demandas Locais do Campo Limpo

Em recente audiência pública, os cidadãos do Campo Limpo, uma região localizada na Zona Sul de São Paulo, expressaram suas demandas e preocupações em relação ao futuro do seu bairro. O encontro foi convocado para coletar contribuições da comunidade para a revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) do município de São Paulo, projeto de lei 127/2023.

**Participação da População**

Essas audiências públicas têm como objetivo principal promover a participação popular no processo de definição do planejamento urbano da cidade. Neste sentido, a participação ativa dos cidadãos do Campo Limpo foi fundamental para traçar os rumos do PDE.

Entre os temas abordados, destacam-se questões como a mobilidade urbana, a preservação ambiental, a necessidade de habitação social e popular e a regulamentação da urbanização. A importância de manter a qualidade de vida dos residentes e preservar o meio ambiente também foi enfatizada.

**Prioridades e Demandas da Região do Campo Limpo**

Muitas demandas específicas da região do Campo Limpo foram apresentadas e discutidas durante a audiência. Dentre elas, destacam-se a preservação e ampliação do Parque Burle Marx, a necessidade de mitigar o



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

impacto de futuros empreendimentos imobiliários na região e a importância da implantação de habitações sociais nas proximidades da Ponte João Dias.

Houve também um forte apelo para que as informações sobre as alterações no PDE fossem claramente comunicadas aos cidadãos. A preocupação com a falta de clareza e a dificuldade de acesso a informações detalhadas e compreensíveis sobre o Plano Diretor foi expressa por diversos participantes.

### Desafios e Compromissos

No entanto, alguns desafios foram identificados. Entre eles, a preservação das áreas verdes, a desigualdade territorial dos parques e a invasão e construção irregular em áreas de parques. A denúncia de vereadores apoiando ocupações irregulares foi outro ponto crucial discutido. Além disso, a questão do déficit habitacional e a necessidade de moradias sociais e populares também foram abordadas, ressaltando-se a urgência de enfrentar esses problemas.

Por outro lado, a audiência também trouxe à tona o compromisso dos vereadores e da administração pública com o PDE. A Vereadora Jussara Basso assumiu a presidência dos trabalhos da audiência, demonstrando a importância dada pelos legisladores à participação popular nas discussões sobre o futuro de São Paulo.

### Conclusão

Em suma, a audiência pública para a revisão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo com foco nas demandas locais do Campo Limpo foi um importante exercício de democracia participativa. A participação ativa dos cidadãos do Campo Limpo, expressando suas preocupações, necessidades e expectativas para o futuro da sua região, será fundamental para a definição do PDE.

### Resumo das falas dos participantes

Nesta transcrição de uma audiência pública, as seguintes pessoas foram mencionadas:

1. Jussara Basso - Vereadora e Presidente da sessão
2. Gilson Barreto - Vereador e membro da Comissão de Administração Pública
3. Isac Felix - Vereador



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

4. Ely Teruel - Vereadora
5. Ricardo Nunes - Prefeito de São Paulo
6. Eli Corrêa - Vereador e sub-relator
7. Beto do Social - Vereador
8. Janaína Lima - Vereadora
9. João Ananias - Vereador
10. Marcos Duque Gadelho - Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento
11. Eduardo de Castro - Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente
12. Marcos Monteiro - Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras
13. Alexandre Modonezi de Andrade - Secretário Municipal das Subprefeituras
14. Aline Torres - Secretária Municipal de Cultura
15. Ricardo Teixeira - Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito
16. João Siqueira de Farias - Secretário Municipal de Habitação
17. Carlos Alberto Bezerra Júnior - Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
18. Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot - Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
19. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos - Promotor Secretario do Ministério Público do estado de São Paulo
20. Florisvaldo Fiorentino Junior - Defensor Público Geral, Defensoria Pública Geral do estado de São Paulo
21. Alan Eduardo Amaral Sebastião - Subprefeito de Campo Limpo
22. Daniel Rosa - Coordenador do governo local da Subprefeitura de São Mateus



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

23. Paulo Henrique Alves de Paula - Chefe do Núcleo de Cultura do CEU Campo Limpo
24. Roberto Delmanto Junior - Representante do SOS Panamby
25. Hog Massaretto Scarpellini - Comerciante e morador da Cupecê
26. Geraldo e Luciene - Coordenação da ONG Pacto Social e Carcerário
27. Rosângela Vieira - Munícipe de Vila Andrade
28. Suzi Spengler - Representante da Associação Horto do Ipê
29. Raíra Diniz - Moradora do Jardim Irene e jornalista
30. Wellyene Gomes Bravo - Conselheira de Campo Limpo e representante da macrorregião Sul 2 no Conselho Municipal de Política Urbana
31. Aparecida Marrani - Moradora da região
32. Gisele Peres - Moradora da região
33. Thiago Luz - Coordenador da equipe de comunicação do Amigos da Mata Esmeralda
34. Maria Filomena - Representante do SOS Panamby

**Resumo das falas:**

O **Vereador Gilson Barreto** iniciou os trabalhos da 4ª audiência pública de 2023, discutindo o PL 127/2023, referente à revisão do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo. Ele mencionou a importância da participação da população e convidou o Vereador Isac Felix para compor a mesa.

**Vereadora Jussara Basso**, assumindo a presidência dos trabalhos, expressou seu orgulho em participar da audiência como moradora da região. Posteriormente, abriu o espaço para os membros da mesa e inscritos se manifestarem.

A **Vereadora Ely Teruel** discursou sobre a importância da participação da população nas audiências públicas. Ela relembrou sua atuação



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

como vice-presidente da Comissão de Política Urbana e pediu o apoio da população para realizar seu trabalho. Teruel enfatizou demandas ainda não atendidas na região do Campo Limpo e reforçou seu compromisso com a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente.

O **Vereador Isac Felix** destacou a expansão imobiliária em Vila Andrade e a necessidade de preservar áreas verdes. Ele também falou sobre a importância do Plano Diretor para evitar problemas semelhantes a uma intervenção em uma casa de show irregular que relatou.

**Alan Eduardo do Amaral Sebastião**, Subprefeito de Campo Limpo, agradeceu a participação de todos e enfatizou a importância do diálogo para a construção de um projeto adequado.

**Roberto Delmanto Junior**, representante do SOS Panamby, falou sobre a importância da preservação ambiental e a necessidade de ampliação do Parque Burle Marx. Ele pediu o apoio dos vereadores para incluir o parque no Quadro 7 do Plano Diretor Estratégico.

**Hog Massaretto** Scarpellini, comerciante e morador da Cupecê, expressou preocupação com o projeto do Terminal Jardim Miriam. Ele questionou a necessidade do terminal e a falta de consulta aos moradores, levantando suspeitas sobre possíveis interesses de construtoras no projeto.

**Rosângela Vieira**, representante do CADES do Campo Limpo e do distrito de Vila Andrade, e Oscar Lira, membro do CADES CL, enfatizaram a necessidade de preservar áreas verdes. Ambos mencionaram problemas como invasões, construções irregulares e venda de lotes dentro dos parques.

**Suzi Spengler**, representante da Associação Horto do Ipê, e **Raíra Diniz**, moradora do Jardim Irene e jornalista, defenderam a busca por bem-estar e qualidade de vida para todos, enfatizando a necessidade de soluções para problemas que afetam diretamente as comunidades locais.

**Rosângela Vieira** expressou sua decepção com a falta de clareza nas informações sobre as alterações no Plano Diretor Estratégico (PDE) durante a audiência.

**Wellyene Gomes Bravo**, Conselheira de Campo Limpo e representante da macrorregião Sul 2 no Conselho Municipal de Política Urbana, discursou sobre a importância da participação popular e criticou a falta de atenção dos poderes públicos às necessidades da comunidade local.

**José Silvio Lopes**, Conselheiro de Vila Andrade, falou sobre a falta de planejamento urbano adequado na região, destacando a necessidade de



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

uma estratégia mais eficaz para lidar com o crescimento populacional e o desenvolvimento urbano.

Já o Conselheiro de Jardim São Luís, **Lucas Ferreira**, manifestou preocupação com a falta de transparência nos processos de desenvolvimento urbano. Ele ressaltou a importância de promover um diálogo aberto entre a comunidade e as autoridades públicas.

**Roberto Carlos dos Santos**, morador do Jardim Monte Azul e representante da Associação dos Moradores, discutiu a importância de melhorar a infraestrutura local para proporcionar uma vida melhor para a comunidade. Ele destacou a necessidade de escolas, hospitais e outros serviços públicos essenciais.

Por fim, a **Vereadora Jussara Basso** agradeceu a participação de todos e reafirmou o compromisso do Legislativo Municipal em trabalhar para atender às demandas da população. Ela concluiu a audiência com a promessa de que as questões levantadas serão devidamente analisadas e consideradas na revisão do Plano Diretor Estratégico.

### Principais temas tratados, subdivididos por assuntos:

#### Temas:

1. Participação popular e audiências públicas
2. Plano Diretor Estratégico e suas alterações
3. Preservação ambiental e áreas verdes
4. Habitação social e popular
5. Mobilidade urbana e transporte público
6. Parque Burle Marx e outros parques
7. Subprefeituras e descentralização da administração pública
8. Ocupações irregulares e construções
9. Orçamento cidadão e plataformas de participação
10. Corredores ecológicos e urbanização controlada

As principais palavras-chave e suas contagens totais são:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

1. Plano Diretor - 52 ocorrências
2. Audiência pública - 38 ocorrências
3. Áreas verdes - 29 ocorrências
4. Vereador/a - 55 ocorrências (incluindo variações)
5. Subprefeitura - 33 ocorrências
6. Participação - 33 ocorrências
7. Parque(s) - 54 ocorrências (principalmente Parque Burle Marx)
8. Moradia - 18 ocorrências
9. Campo Limpo - 31 ocorrências
10. Mobilidade urbana - 8 ocorrências

### **Assuntos por Temas:**

#### **Principais temas debatidos:**

#### **1. Participação popular e audiências públicas**

- Participação da população em audiências públicas
- Falta de clareza nas informações sobre as alterações no Plano Diretor Estratégico (PDE)
- Participação popular no Plano Diretor
- Participação popular nas audiências
- Dificuldade de participação popular

#### **2. Plano Diretor Estratégico e suas alterações**

- Revisão do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo (PL 127/2023)
- Falta de clareza nas informações sobre as alterações no Plano Diretor Estratégico (PDE)
- Compromisso dos vereadores com o Plano Diretor
- Impacto do Plano Diretor na regulação urbana



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**3. Preservação ambiental e áreas verdes**

- Preservação de áreas verdes
- Preservação e ampliação do Parque Burle Marx
- Conceito de corredor verde
- Preservação ambiental

**4. Habitação social e popular**

- Necessidade de habitação e implementação de PAI 5 e PAI 7
- Construção de habitação social próxima à Ponte João Dias
- Déficit habitacional
- Moradia social e popular

**5. Mobilidade urbana e transporte público**

- Prioridades de mobilidade e tipos de construção na cidade
- Terminal Jardim Miriam
- Impacto no comércio e emprego
- Transporte público inadequado

**6. Parque Burle Marx e outros parques**

- Preservação e ampliação do Parque Burle Marx
- Projetos de construção na área do parque
- Inclusão do parque no Quadro 7 do Plano Diretor Estratégico
- Integração do parque ao Campo Limpo

**7. Subprefeituras e descentralização da administração pública**

- Subprefeitura do Campo Limpo
- Subprefeituras e capacitação



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- Descentralização da administração pública

### 8. Ocupações irregulares e construções

- Invasões e construções irregulares
- Venda de lotes em áreas de parques
- Ocupações irregulares
- Interesses de construtoras

### 9. Orçamento cidadão e plataformas de participação

- Orçamento cidadão e plataforma Participe+
- Gestão democrática

### 10. Corredores ecológicos e urbanização controlada

- Corredores ecológicos
- Urbanização controlada
- Ordenamento urbano e proteção dos parques

Resumo das solicitações:

|   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|---|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | O autor é Roberto Delmanto Junior, representante do SOS Panamby. Ele faz o pedido de apoio dos vereadores para incluir a ampliação do Parque Burle Marx no Quadro 7 do Plano Diretor Estratégico, enfatizando a importância da preservação ambiental.                                                                |
| 2 | O autor é Hog Massaretto Scarpellini, comerciante e morador da Cupecê. Ele faz um pedido para questionar a necessidade do projeto do Terminal Jardim Miriam e expressa preocupação com a falta de consulta aos moradores, levantando suspeitas sobre possíveis interesses de construtoras no projeto.                |
| 3 | Os autores são Rosângela Vieira, representante do CADES do Campo Limpo, e Oscar Lira, membro do CADES CL. Eles fazem um pedido enfatizando a necessidade de preservar áreas verdes e mencionam problemas como invasões, construções irregulares e venda de lotes dentro dos parques.                                 |
| 4 | Os autores são Suzi Spengler, representante da Associação Horto do Ipê, e Raíra Diniz, moradora do Jardim Irene e jornalista. Elas fazem um pedido em busca de bem-estar e qualidade de vida para todos, destacando a importância de encontrar soluções para problemas que afetam diretamente as comunidades locais. |
| 5 | A autora é Rosângela Vieira. Ela faz um pedido por mais clareza nas informações sobre as alterações no Plano Diretor Estratégico (PDE) durante a audiência, expressando sua decepção com a falta de transparência.                                                                                                   |

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

|   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|---|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 6 | A autora Wellyene Gomes Bravo faz um pedido pela participação popular e critica a falta de atenção dos poderes públicos às necessidades da comunidade local, enfatizando a importância de ouvir e considerar as vozes dos moradores.                                                                                 |
| 7 | O autor é José Silvio Lopes. Ele faz um pedido por um planejamento urbano adequado na região de Vila Andrade, enfatizando a necessidade de uma estratégia mais eficaz para lidar com o crescimento populacional e o desenvolvimento urbano, buscando soluções mais sustentáveis e equilibradas.                      |
| 8 | O autor é Lucas Ferreira, Conselheiro de Jardim São Luís. Ele pede por maior transparência nos processos de desenvolvimento urbano, destacando a importância de um diálogo aberto entre a comunidade e as autoridades públicas para garantir a participação efetiva dos cidadãos nas decisões que afetam sua região. |
| 9 | O autor é Roberto Carlos dos Santos, morador do Jardim Monte Azul e representante da Associação dos Moradores. Ele pede por melhorias na infraestrutura local, como a construção de escolas, hospitais e outros serviços públicos essenciais, para proporcionar uma vida melhor para a comunidade.                   |



## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### **Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Estratégico - São Mateus, em 06/05/2023**

Objetiva o presente relatório trazer informações sobre a audiência pública realizada pela Comissão de Administração Pública na Subprefeitura de São Mateus, em 06 de maio de 2023, para que possam facilitar o entendimento das principais demandas apresentadas por aqueles que dela participaram. Com essa finalidade, dividiu-se o trabalho em 2 (duas) partes. Na primeira, apresenta-se um breve resumo dos principais temas debatidos. Em seguida, confecciona-se uma breve síntese das falas dos participantes da audiência.

#### **Breve Resumo da Audiência**

A cidade de São Paulo, em busca de um desenvolvimento mais sustentável e equitativo, vem realizando audiências públicas para discutir a revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE), que tramita no Legislativo Municipal na forma do Projeto de Lei 127/2023, de autoria do Prefeito Ricardo Nunes, que “dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º”.

Em 06 de maio de 2023, a Comissão de Administração Pública, da Câmara Municipal de São Paulo, realizou sua 4ª audiência pública sobre o tema, desta vez na região de São Mateus, onde Vereadores, representantes do Poder Executivo Municipal, organizações da sociedade civil, moradores e especialistas debateram temas relevantes para a revisão do PDE.

O Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento explicou que o Plano Diretor é um conjunto de diretrizes para o desenvolvimento da cidade e que a revisão em andamento tem como objetivo abordar pontos como adensamento próximo aos corredores de transporte, meio ambiente, habitação de interesse social e infraestrutura para a cidade. Também foram abordados os Planos de Intervenção Urbana (PIUs) e a importância do trabalho conjunto dos entes governamentais. Vereadores e membros da audiência destacaram preocupações e demandas relacionadas à região de São Mateus, como construções, regularização fundiária, infraestrutura e poluição petroquímica. A participação da sociedade foi considerada importante para a melhoria da cidade. Houve reivindicações para a melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos da região. Dentre as demandas mencionadas, destacam-se a construção de mais unidades de saúde, a instalação de viários para



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

desafogamento de grandes avenidas, a melhoria das moradias e a regularização fundiária das comunidades mais periféricas. Também foi mencionada a necessidade de mudança no zoneamento para permitir a ampliação de empresas e favorecer a geração de empregos na região. Outros temas abordados incluíram educação, cultura, meio ambiente, mobilidade urbana e segurança. Vários líderes comunitários apresentaram demandas e carências como questões de logística para atender as necessidades decorrentes do adensamento; a carência de serviços como Conselho Tutelar, cartório, fórum e centro de atendimento psicossocial, além da falta de planejamento para áreas verdes e atendimento a pessoas em vulnerabilidade; a problemática de áreas irregulares; a necessidade de se repensar a lógica de emprego na cidade de São Paulo, especialmente em São Mateus; questões relacionadas ao meio ambiente, especulação imobiliária e necessidade de UBS; a falta de inclusão para alunos surdos e carências na área de saúde.

No encerramento da Audiência, os membros da mesa destacaram a importância da participação popular. A professora Elaine Maranhão, da Diretoria Regional de Educação, lembrou que as demandas perpassam cada Secretaria. O subprefeito Roberto Bernal mencionou a regularização fundiária como a demanda mais comum e relatou as iniciativas da Subprefeitura em andamento e em projeto. O vereador Gilson Barreto encerrou a reunião ressaltando a importância da participação popular e da organização da comunidade, explicando que cada comissão da Câmara Municipal ficou incumbida de realizar cinco audiências públicas sobre a revisão do Plano Diretor e que a Comissão de Administração Pública realizou todas em bairros da periferia da cidade. Por fim, agradeceu às equipes envolvidas na realização do evento.

### **Resumo das falas dos participantes**

#### **Vereadores participantes:**

- Vereador Gilson Barreto (Presidente da Comissão de Administração Pública);
- Vereadora Ely Teruel
- Vereador João Ananias;
- Vereador Alessandro Guedes

#### **Convidados:**

18. Marcos Duque Gadelho - Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento;
19. Professora Elaine Maranhão, da Diretoria Regional de Educação

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

20. Priscila Coelho Pereira, coordenadora de Participação Social – Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL
21. Eduardo de Castro - Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente;
22. Marcos Monteiro - Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras (representado por Maisa Aparecida Romanin Silas);
23. Alexandre de Modenesi - Secretário Municipal das Subprefeituras;
24. Aline Torres - Secretária Municipal de Cultura;
25. Ricardo Teixeira - Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito (representado por Antônio Marcos Madeira);
26. João Siqueira de Faria - Secretaria Municipal de Habitação;
27. Carlos Alberto Bezerra - Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
28. Aline Pereira Cardoso de Sá - Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;
29. Roberto Bernal, Subprefeito de São Mateus;
30. Rafael Dirvan Martinez Meira, Subprefeito de Aricanduva;
31. Fernando José Velucci, Subprefeito de São Miguel Paulista;
32. Rogério Balzano, Subprefeito de Cidade Ademar
33. Lucas Santos Sorrillo, Subprefeito de Cidade Tiradentes;
34. Joel Bomfim, Subprefeito de Ermelino Matarazzo
35. Dr. Marcos Vinícius Monteiro dos Santos - Promotor e Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo;
36. Dr. Florisvaldo Fiorentino - Defensor Público Geral;
37. Francisco Rondan Pereira - Presidente da Associação dos Moradores, Comerciantes e Empresários de Itaquera;
38. Marcos Vinícius Valério - Subprefeito da Mooca
39. Joel Bonfim - Subprefeito de Ermelino Matarazzo
40. Claudemir Mancini, Gestor do CEU Alto Alegre

Inicialmente, o Vereador Gilson Barreto anunciou a apresentação de vídeo institucional, enviado pela Prefeitura, que explica os processos da elaboração da revisão intermediária do Plano Diretor no Poder Executivo, realizada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, em conjunto com as outras Secretarias e com a participação da sociedade.

Em seguida, o Vereador Gilson Barreto fez uma explanação acerca do Plano Diretor, lembrando das fases de discussão ocorridas na ocasião da aprovação do Plano Diretor vigente, no ano de 2014, e contextualizou o atual debate, para obtenção de subsídios da sociedade para a elaboração da revisão intermediária.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Na sequência, falou o Sr. Marcos Duque Gadelho (Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento), que, em síntese, explicou que o Plano Diretor fornece as diretrizes para o desenvolvimento da cidade – como e para onde se dará esse desenvolvimento. Lembrou que o atual processo consiste em revisão da lei vigente – não serão tratados os conceitos originários do projeto de lei aprovado em 2014. Destacou a novidade trazida pela lei de 2014, que instituiu na Prefeitura uma estância de monitoramento, a Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURB) – fator que possibilita a avaliação do que está ocorrendo na cidade em relação ao Plano Diretor. Esse monitoramento, somado a subsídios colhidos por audiências públicas em regiões de todas as subprefeituras e outros processos participativos, possibilitaram a elaboração do projeto de revisão em andamento. Apontou os principais pontos a serem abordados na revisão, a saber:

1. privilegiar o adensamento das regiões próximas aos corredores de transporte coletivo, principalmente com 50% a mais de taxa de ocupação nos casos de Habitação de Interesse Social;
2. a questão do meio ambiente, que se constitui em preocupação mundial – diretrizes da Carta de 2030;
3. fortalecimentos das Habitações de Interesse Social; e
4. estruturar a cidade de acordo com a sua característica policêntrica – infraestrutura para a cidade nas suas diversas regiões.

O Secretário falou também, entre outros pontos, sobre os Planos de Intervenção Urbana (PIUs), que são instrumentos de melhoria de cada local com autonomia de legislação. Falou da importância do trabalho de cada ente governamental, nas suas atribuições, para o bom andamento das políticas públicas.

Após a fala do representante do Executivo, o Vereador Gilson Barreto destacou, para o Secretário, as principais preocupações referentes à região de São Mateus como é o caso das construções, dos núcleos industriais deteriorados – que traz problemas referentes ao emprego, da regularização fundiária - grande parte do território da região com esta necessidade. O Secretário retomou a palavra para esclarecer as iniciativas da Prefeitura acerca desses pontos destacados pelo Vereador.

Em continuidade aos trabalhos, a **Vereadora Ely Teruel** destacou a importância da participação da população para a melhoria da cidade. Falou da importância da fala do Secretário acerca do Plano Diretor, que traz temas muito relevantes para a sociedade nas diferentes áreas, como a saúde, a educação, acessibilidade, meio ambiente, e outras necessidades.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

O **Vereador Alessandro Guedes** destacou a forte presença dos cidadãos de São Mateus na Audiência. Mostrou preocupação acerca dos critérios da compra de unidades de moradia para o programa Pode Entrar. Destacou a importância das ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), assim como das Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAM) para São Mateus. Destacou problemas relacionados à falta de infraestrutura em áreas ocupadas. Ressaltou a importância do polo da UNIFESP para São Mateus e informou sobre a ação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a poluição petroquímica, que investiga o Polo Petroquímico em São Mateus.

A partir da fala anterior, dos membros da mesa, o presidente dos trabalhos passou a intercalar a fala do público.

A primeira a se manifestar foi a Senhora **Deise Aquiles**, que apontou a falta de UPAS em São Mateus, necessidade que vem já há muito tempo, mas não tem sido atendida. Falou também sobre a população idosa, que reivindica a construção de moradias para idosos num terreno próximo ao CEU São Mateus.

O Senhor **Lourivaldo Delvino** discorreu sobre a necessidade da instalação de melhorias em córrego, de viários para desafogamento de grandes avenidas na região, necessidades da Comunidade do Tanque em melhoria das moradias. Relatou também a ineficiência do sistema 156.

O Senhor **Jerônimo Barreto da Silva** falou da importância de se ouvir a população da região: muitas vezes a população cobra as lideranças, pois não consegue ter suas necessidades atendidas. Falou de necessidades das comunidades carentes em saúde, lazer, esporte. Lembrou que a regularização fundiária é uma necessidade premente, em especial das comunidades mais periféricas.

A Senhora **Eunice Maria** manifestou preocupação com o Bairro cidade Satélite, que está com atendimento de saúde insuficiente, assim como atendimento de transporte público, em especial nos apartamentos construídos em área considerada zona industrial.

A Dona **Aparecida**, gestora do Posto Santa Bárbara, fez referência à necessidade de ampliação do posto de saúde, mas há muitas dificuldades para implementar melhorias ou ampliação no local. Falou também da carência no transporte, entre outras reivindicações.

O Senhor **Nuno Mário Vicente**, empresário do ramo de cosméticos da região de São Mateus, reivindicou mudança no zoneamento, pois as regras atuais impedem a ampliação da empresa, assim como de outras empresas da região (3ª Divisão), o que favoreceria a geração de empregos na região.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A **Senhora Aurilene dos Santos**, da Associação social e educacional cuidando do próximo, falou sobre a precariedade nos atendimentos de saúde, apontando especificidades nesse sentido, assim como na área assistencial, educação, entre outros.

O **Senhor Claudemir Mancini**, gestor do CEU Alto Alegre destacou a necessidade de um olhar atento para políticas públicas de inclusão, como questões do transporte, moradia, saúde, educação, meio ambiente, saneamento básico. Destacou que o desenvolvimento organizado e planejado promove a economia de recursos, geração de emprego e renda e a atenção à vocação de cada bairro.

O **Vereador João Ananias** destacou que a verticalização da cidade não se constitui em solução. No que se refere à revisão do Plano Diretor, ressaltou a necessidade de democratizar o conhecimento sobre o plano. Comentou sobre questões relacionadas ao transporte na região de São Mateus. Havia projeto de metrô até a Cidade Tiradentes, que não se materializou dessa forma. Seria importante que a revisão do Plano Diretor viesse a favorecer as regiões mais carentes da cidade. Destacou a importância de se discutir a forma adequada para enfrentamento dos problemas de moradia, manifestando preocupação quanto à opção pela compra de unidades habitacionais.

A **Professora Tatiana Lacerda Almeida** destacou a importância da iniciativa das audiências públicas, pois a participação favorece uma maior efetividade das políticas públicas. Destacou problemas de infraestrutura no Distrito do Iguatemi, além de necessidades de saúde, segurança, lazer, transporte público, áreas verdes, programas socioeducativos.

O **Dr. Hamilton Clemente** destacou problemas na área de habitação, regularização fundiária, urbanização, zoneamento. Falou sobre áreas irregulares em áreas de proteção ambiental, que impede a estruturação de serviços básicos e causa muito sofrimento. Nesse sentido, reivindica a mudança de zoneamento.

O **Senhor Francisco Bezerra**, da Associação comunitária Unidos São Jorge do parque das flores, destacou a necessidade de atenção para o andamento das obras públicas na região, muitas delas atrasadas ou não iniciadas, apesar de planejadas. Discorreu também sobre os problemas de zoneamento da região, que se constitui em obstáculo para a infraestrutura de serviços.

A **Senhora Fátima Magalhães Oliveira** destacou problemas relacionados à perda de áreas verdes e de locais de nascentes na região, atraso na implementação de parques, o que deixa as áreas vulneráveis à



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ocupação. Falou também sobre a necessidade de se implantar um Conselho Tutelar no Iguatemi, além de questões acerca da mobilidade, da regularização fundiária, lazer, cultura e equipamentos públicos.

A Senhora **Geisiane Maria de Souza** falou sobre a dificuldade de apresentar as demandas de comunidades carentes, como é o caso do Morumbizinho, ao Poder Público. Trata-se de lugares remotos, de difícil acesso e com muitas carências.

A Senhora **Simone Alves de Santana**, do Fórum da Criança e do Adolescente, abordou temas como a carência de saneamento básico, de saúde, educação, cultura, lazer, apontando a necessidade de se enxergarem todos os territórios.

A Senhora **Alessandra Santos**, do Movimento Sem Terra Leste 1, destacou a necessidade da demarcação de ZEIS, para que as pessoas possam morar em lugares mais apropriados, atendimento a famílias que estão em áreas não regularizadas, que não podem ser removidas. Falou da especulação imobiliária na região de São Mateus, além de destacar a necessidade de fiscalizar a entrega de imóveis para famílias de baixa renda. Reivindicou a construção de moradias por mutirão e autogestão.

A Senhora **Simone Cristina de Souza** indagou acerca da logística das demandas que foram apresentadas, isto é, prover a região das necessidades que vêm juntamente com o adensamento. Solicitou um olhar do Poder Público para a região de Santa Bárbara.

A Professora **Rose Gouveia**, líder comunitária do Distrito do Iguatemi, relatou que a região apresenta diversas carências, como é o caso de Conselho Tutelar, cartório, fórum, centro de atendimento psicossocial. Falou também das áreas verdes e da necessidade de planejamento para atendimento a pessoas em vulnerabilidade. Destacou o problema das enchentes. O marido da munícipe se manifestou sobre as dificuldades advindas do zoneamento, das regras das ZEPAMs, o que dificulta a regularização.

O Senhor **José Domingos Marinho**, Presidente da Associação Amigos de Bairro de alto Alegre, representante do Deputado Rômulo, falou sobre a problemática de áreas irregulares.

O Senhor **Marcelo Dória**, da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Mateus, falou dos problemas do adensamento populacional da Zona Leste, em especial de São Mateus, e destacou a necessidade de se repensar de forma estratégica a lógica de emprego na cidade de São Paulo.

A Senhora **Cristina Rodrigues de Souza**, da Associação Amigos do Bairro do Palanque, apontou a questão do meio ambiente, em especial na



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

região da nascente do Aricanduva, uma área de proteção ambiental (APP), que está sendo loteada irregularmente, e não estão sendo tomadas providências em relação a isso. Falou acerca do Polo Industrial da Área do Palanque, que carece de adequação no zoneamento. Apontou necessidade de atenção ao meio ambiente, do trabalho, das ZEIs e sugeriu atenção para que se proíba a venda de unidades de moradias populares, para inibir a especulação com essas unidades. Citou o problema do descarte irregular de lixo, sobre a necessidade de UBS no Palanque, que já tem área, mas ainda não se iniciou a construção. Falou ainda das comunidades estrangeiras instaladas na região de maneira precária.

A **Senhora Lindinalva Alves dos Santos Calixto** manifestou-se pela realização de mutirões. Em relação à educação, destacou a falta de condições de inclusão para alunos surdos. Destacou que a região de São Mateus possui poucas unidades de educação com critérios de inclusão. Relatou também carências na área de saúde.

O **Senhor Washington**, empresário do bairro do Palanque, apresentou queixa em relação à ausência do Poder Público. Apresentou a necessidade de se estabelecer loteamento popular regular.

### Considerações Finais

Após o término das falas dos participantes, o Vereador Gilson Barreto abriu espaço para as considerações finais dos membros da Mesa que ainda não haviam se manifestado.

A **Professora Elaine Maranhão** ressaltou a importância da participação popular, que apresenta demandas que perpassam por cada Secretaria.

O **Sr. Roberto Bernal**, Subprefeito de São Mateus, ressaltou a importância da participação popular para que sejam apresentadas as demandas, que serão repassadas ao Secretário e ao Prefeito, o que poderá resolver alguns entraves. Identificou a regularização fundiária como a demanda mais apresentada, mas colocou a equipe da Subprefeitura à disposição da população e relatou as iniciativas da Subprefeitura, tanto algumas já realizadas como as em andamento e em projeto.

### Fala de encerramento

Para finalizar a reunião, o **Vereador Gilson Barreto** fez algumas considerações sobre a audiência pública e a importância da participação popular e da organização da comunidade. Explicou que cada uma das Comissões, da Câmara Municipal de São Paulo, ficou incumbida de realizar cinco Audiências Públicas sobre a revisão do Plano Diretor e ressaltou que a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Administração Pública realizou todas elas em bairros periféricos: Itaquera, São Mateus, Mooca, Campo Limpo e Santo Amaro. Lembrou que na ocasião da aprovação do Plano Diretor, no ano de 2014, foram realizadas 46 Audiências Públicas pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Mencionou que após a revisão do Plano Diretor, será discutida a questão do zoneamento, que se encontra em elaboração no Poder Executivo, que vai realizar ainda duas audiências públicas, e posteriormente também vai tramitar pelo Legislativo Paulistano e, se for possível, será realizada audiência pública sobre este projeto na região de São Mateus. Apresentou, ainda, explanações sobre alguns pontos do Plano Diretor vigente, como o reconhecimento pela municipalidade de comunidades irregulares que já estavam constituídas, sob determinadas condições. Falou sobre a implementação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Enumerou, a título de exemplo, algumas iniciativas do Parlamento Municipal, dos vereadores ou da própria Prefeitura, que guardam relação com demandas apresentadas. Por fim, agradeceu a todas as equipes envolvidas na realização do evento, tanto da Câmara Municipal quanto da Subprefeitura de São Mateus.

### **Solicitações feitas pelos presentes**

Deise Aquiles pede a instalação de UPAS em São Mateus, uma necessidade há muito tempo não atendida. Também solicita a construção de moradias para idosos em um terreno próximo ao CEU São Mateus.

Lourivaldo Delvino pede melhorias no córrego e a instalação de viários para aliviar o trânsito nas grandes avenidas da região. Requereu melhorias nas moradias da Comunidade do Tanque e destaca a ineficiência do sistema 156.

Jerônimo Barreto da Silva enfatiza a necessidade de ouvir a população da região e atender suas demandas. Ele solicita atenção às necessidades de saúde, lazer e esporte das comunidades carentes. Além disso, reitera a necessidade urgente de regularização fundiária, especialmente para as comunidades mais periféricas.

Claudemir Mancini pede atenção às políticas públicas de inclusão, abordando questões de transporte, moradia, saúde, educação, meio ambiente e saneamento básico. Ele também destaca a necessidade de desenvolvimento organizado e planejado para economia de recursos, geração de emprego e renda, e atenção à vocação de cada bairro.

Professora Tatiana Lacerda Almeida aponta problemas de infraestrutura no Distrito do Iguatemi e solicita atenção às necessidades de saúde, segurança, lazer, transporte público, áreas verdes e programas socioeducativos.

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

Hamilton Clemente expressa preocupações com habitação, regularização fundiária, urbanização e zoneamento. Ele também aponta as dificuldades causadas por áreas irregulares em áreas de proteção ambiental, o que impede a estruturação de serviços básicos, causando sofrimento. Ele pede mudanças no zoneamento.

Francisco Bezerra pede atenção ao andamento das obras públicas na região, citando atrasos e inícios não realizados. Além disso, menciona problemas com o zoneamento da região, que dificulta a infraestrutura de serviços, e pede soluções.

Fátima Magalhães Oliveira expressa preocupação com a perda de áreas verdes e locais de nascentes na região, e pede agilidade na implementação de parques. Ela solicita a criação de um Conselho Tutelar no Iguatemi, e menciona a necessidade de melhorias em mobilidade, regularização fundiária, lazer, cultura e equipamentos públicos.

Geisiane Maria de Souza fala sobre a dificuldade de representar as necessidades de comunidades carentes, como o Morumbzinho, perante o Poder Público, e pede assistência para estas áreas remotas e de difícil acesso.

Simone Alves de Santana solicita atenção ao saneamento básico, saúde, educação, cultura e lazer em todos os territórios, destacando as carências nesses setores.

Alessandra Santos, do Movimento Sem Terra Leste 1, pede a demarcação de ZEIS para alocação adequada de moradias. Ela também solicita atendimento a famílias em áreas não regularizadas, reivindica a construção de moradias por meio de mutirões e autogestão e pede fiscalização na entrega de imóveis para famílias de baixa renda. Ela menciona ainda a especulação imobiliária em São Mateus.

Simone Cristina de Souza questiona sobre a logística para atender às demandas apresentadas, em particular em relação ao adensamento na região, e pede atenção do Poder Público para a região de Santa Bárbara.

Professora Rose Gouveia solicita a instalação de serviços essenciais, como Conselho Tutelar, cartório, fórum e centro de atendimento psicossocial no Distrito do Iguatemi. Ela destaca a importância de áreas verdes e de um planejamento para atender às pessoas em vulnerabilidade. Também menciona o problema das enchentes. O marido dela menciona as dificuldades causadas pelo zoneamento e pelas regras das ZEPAMs, que dificultam a regularização.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

José Domingos Marinho, presidente da Associação Amigos de Bairro de Alto Alegre e representante do Deputado Rômulo, fala sobre a problemática das áreas irregulares.

Marcelo Dória, da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Mateus, destaca os problemas causados pelo adensamento populacional na Zona Leste, em especial em São Mateus, e ressalta a necessidade de repensar estrategicamente a lógica de emprego na cidade de São Paulo.

### RESUMO DAS SOLICITAÇÕES

|   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|---|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | Deise Aquiles pede a instalação de UPAS em São Mateus, uma necessidade há muito tempo não atendida. Também solicita a construção de moradias para idosos em um terreno próximo ao CEU São Mateus.                                                                                                                                      |
| 2 | Lourivaldo Delvino pede melhorias no córrego e a instalação de viários para aliviar o trânsito nas grandes avenidas da região. Requereu melhorias nas moradias da Comunidade do Tanque e destaca a ineficiência do sistema 156.                                                                                                        |
| 3 | Jerônimo Barreto da Silva enfatiza a necessidade de ouvir a população da região e atender suas demandas. Ele solicita atenção às necessidades de saúde, lazer e esporte das comunidades carentes. Além disso, reitera a necessidade urgente de regularização fundiária, especialmente para as comunidades mais periféricas.            |
| 4 | Claudemir Mancini pede atenção às políticas públicas de inclusão, abordando questões de transporte, moradia, saúde, educação, meio ambiente e saneamento básico. Ele também destaca a necessidade de desenvolvimento organizado e planejado para economia de recursos, geração de emprego e renda, e atenção à vocação de cada bairro. |
| 5 | Professora Tatiana Lacerda Almeida aponta problemas de infraestrutura no Distrito do Iguatemi e solicita atenção às necessidades de saúde, segurança, lazer, transporte público, áreas verdes e programas socioeducativos.                                                                                                             |
| 6 | Hamilton Clemente expressa preocupações com habitação, regularização fundiária, urbanização e zoneamento. Ele também aponta as dificuldades causadas por áreas irregulares em áreas de proteção ambiental, o que impede a estruturação de serviços básicos, causando sofrimento. Ele pede mudanças no zoneamento.                      |



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 7  | Francisco Bezerra pede atenção ao andamento das obras públicas na região, citando atrasos e inícios não realizados. Além disso, menciona problemas com o zoneamento da região, que dificulta a infraestrutura de serviços, e pede soluções.                                                                                                                                                                                                                |
| 8  | Fátima Magalhães Oliveira expressa preocupação com a perda de áreas verdes e locais de nascentes na região, e pede agilidade na implementação de parques. Ela solicita a criação de um Conselho Tutelar no Iguatemi, e menciona a necessidade de melhorias em mobilidade, regularização fundiária, lazer, cultura e equipamentos públicos.                                                                                                                 |
| 9  | Geisiane Maria de Souza fala sobre a dificuldade de representar as necessidades de comunidades carentes, como o Morumbizinho, perante o Poder Público, e pede assistência para estas áreas remotas e de difícil acesso.                                                                                                                                                                                                                                    |
| 10 | Simone Alves de Santana solicita atenção ao saneamento básico, saúde, educação, cultura e lazer em todos os territórios, destacando as carências nesses setores.                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 11 | Alessandra Santos, do Movimento Sem Terra Leste 1, pede a demarcação de ZEIS para alocação adequada de moradias. Ela também solicita atendimento a famílias em áreas não regularizadas, reivindica a construção de moradias por meio de mutirões e autogestão e pede fiscalização na entrega de imóveis para famílias de baixa renda. Ela menciona ainda a especulação imobiliária em São Mateus.                                                          |
| 12 | Simone Cristina de Souza questiona sobre a logística para atender às demandas apresentadas, em particular em relação ao adensamento na região, e pede atenção do Poder Público para a região de Santa Bárbara.                                                                                                                                                                                                                                             |
| 13 | Professora Rose Gouveia solicita a instalação de serviços essenciais, como Conselho Tutelar, cartório, fórum e centro de atendimento psicossocial no Distrito do Iguatemi. Ela destaca a importância de áreas verdes e de um planejamento para atender às pessoas em vulnerabilidade. Também menciona o problema das enchentes. O marido dela menciona as dificuldades causadas pelo zoneamento e pelas regras das ZEPAMs, que dificultam a regularização. |
| 14 | José Domingos Marinho, presidente da Associação Amigos de Bairro de Alto Alegre e representante do Deputado Rômulo, fala sobre a problemática das áreas irregulares.                                                                                                                                                                                                                                                                                       |



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 15 | Marcelo Dória, da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Mateus, destaca os problemas causados pelo adensamento populacional na Zona Leste, em especial em São Mateus, e ressalta a necessidade de repensar estrategicamente a lógica de emprego na cidade de São Paulo. |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO****COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Audiência Pública da Revisão Plano Diretor Estratégico,****Santo Amaro -12/05/2023**

Objetiva o presente relatório trazer informações sobre a audiência pública que possam facilitar o entendimento das principais demandas apresentadas por aqueles que dela participaram. Com essa finalidade, dividiu-se o trabalho em 3 (três) partes. Na primeira, apresenta-se um breve resumo dos principais temas debatidos. Em seguida, confecciona-se uma breve síntese das falas dos participantes da audiência. E para finalizar, a demonstração em formatado de tabelas da incidência de alguns dados relacionados aos principais assuntos tratados e às principais palavras-chave.

**Breve Resumo da Audiência**

A cidade de São Paulo, em busca de um desenvolvimento mais sustentável e equitativo, vem realizando audiências públicas para discutir a revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE). Em 12 de maio de 2023, a Comissão de Administração Pública, da Câmara Municipal de São Paulo, realizou uma audiência pública na região de Santo Amaro, onde Vereadores, representantes do Poder Executivo Municipal, de organizações da sociedade civil, moradores e especialistas debateram temas relevantes para a revisão do PDE.

A audiência pública realizada em Santo Amaro foi um importante espaço de participação da comunidade, onde foram debatidas diversas questões relevantes para a revisão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. Durante o evento, foram discutidos temas relacionados aos principais desafios e demandas locais, visando contribuir para a construção de um plano que atenda às necessidades da região.

Um dos assuntos abordados diz respeito ao impacto das construções gigantescas e a importância de considerar os transtornos causados por elas. Foi ressaltada a necessidade de equilibrar o desenvolvimento urbano com a preservação do patrimônio histórico, evitando a destruição de áreas tombadas, como ocorreu no caso do prédio mais alto da cidade, construído no Tatuapé.

Outro ponto discutido foi a melhoria do comércio local não apenas em Santo Amaro, mas em todos os bairros da cidade. Os participantes destacaram a importância de medidas que impulsionem o desenvolvimento



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

econômico, incentivando a participação de pequenas e micro indústrias, bem como a criação de polos industriais e cooperativas.

A preservação de áreas verdes também foi um tema amplamente debatido. A Mata Esmeralda, localizada no Butantã, foi citada como exemplo de um espaço que abriga oito nascentes e uma diversidade de espécies animais, destacando a importância de sua preservação para as futuras gerações.

A questão do planejamento do uso da água e a infiltração nos rios foi ressaltada como uma preocupação para evitar problemas como enchentes e a degradação dos recursos hídricos. Foi levantada a necessidade de fiscalização e responsabilização das empresas que despejam lixo e esgoto nos rios, enfatizando a importância da conscientização e da atuação conjunta da sociedade e do poder público.

Além disso, a audiência pública também abordou a temática da moradia popular e a defesa do meio ambiente. Foram ressaltadas a importância da regularização fundiária das comunidades e a necessidade de conciliar o crescimento urbano com a preservação ambiental.

Diante dos assuntos debatidos e das demandas levantadas pelos participantes, é fundamental que essas questões sejam consideradas no projeto de lei que será apresentado para a revisão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. A participação da comunidade e o engajamento dos representantes políticos são fundamentais para a construção de um plano que promova um desenvolvimento urbano sustentável, respeitando as características e necessidades locais.

### **Resumo das falas dos participantes**

#### **Vereadores participantes:**

- Vereador Gilson Barreto (Presidente da Comissão de Administração Pública);
- Vereador Eli Correa;
- Vereadora Janaína Lima;
- Vereador João Ananias;

#### **Convidados:**

41. Sr. Marcos Duque Gadelho (Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representado por Tadeu Lara e Ricardo Nagliate);



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

42. Sr. Eduardo de Castro - Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente;
43. Sr. Marcos Monteiro - Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras (representado por Eliseu Aparecido Neto);
44. Sra. Aline Torres - Secretária Municipal de Cultura;
45. Sr. Ricardo Teixeira - Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito (representado por Ilza Harumi Tadano);
46. Sr. João Siqueira de Faria - Secretário Municipal de Habitação;
47. Sr. Carlos Alberto Bezerra – Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
48. Dr. Kátia de Cássia - Assessora Técnica;
49. Sr. Carlos Alberto Bezerra - Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
50. Sr. Aline Pereira Cardoso de Sá - Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;
51. Dr. Marcos Vinícius Monteiro dos Santos - Promotor e Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo;
52. Dr. Florisvaldo Florêncio Júnior - Defensor Público Geral;
53. Sr. Alexandre de Modenesi - Secretário Municipal das Subprefeituras;
54. Sr. Luiz Felipe Miyabara Subprefeito Vila Mariana;
55. Sr. Adilson José de Almeida – Subprefeito do Ipiranga;
56. Sr. Roberto Bonilha – Subprefeito de Jabaquara;
57. Sr. Alan Eduardo do Amaral – Subprefeito do Campo Limpo;
58. Sr. Cláudio Gimenez – Subprefeito da Capela do Socorro;
59. Sr. João Paulo – Subprefeito de M'Boi Mirim
60. Sr. Marcos Antonio – Subprefeito de Parelheiros;
61. Sra. Tamires Elói Bernardo – Subprefeita de Santo Amaro.
62. Sr. Felipe da Silva Souza – da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.
63. Sra. Marta Bedendo – Superintendente da Distrital da Associação Comercial de Santo Amaro.

O primeiro a discursar foi o **Vereador Gilson Barreto**, que, em resumo, destacou que a audiência estava sendo realizada na região de Santo Amaro a pedido da vereadora Janaína Lima e que a Comissão de Administração Pública, por achar que a Câmara deve ir aos locais para ouvir as pessoas, realizou as outras audiências públicas nas regiões de Itaquera, Mooca, Campo Limpo e São Miguel. Também ressaltou a importância da Revisão do Plano Diretor da cidade de São Paulo. Ele menciona que o Plano Diretor fornece diretrizes para o desenvolvimento urbano.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Logo em seguida foi apresentado um vídeo institucional sobre a Revisão do Plano Diretor.

Retomando a audiência, o presidente vereador Gilson Barreto, convidou a sra. Marta Bedendo para fazer parte da mesa e passou a palavra ao vereador João Ananias.

**Vereador João Ananias:** destacou a importância de democratizar o Plano Diretor para o planejamento da cidade, pensando no futuro da população. Criticou a verticalização da cidade e ressaltou a importância das áreas verdes. Também falou que devemos pensar nos impactos no trânsito local, na saúde no transporte.

O presidente da audiência chamou para falar o sr. Gilberto Marques Bruno e no mesmo instante passou a presidência para a vereadora Janaína Lima.

**Gilberto Marques Bruno** (conselheiro deliberativo da Associação Comercial de São Paulo): fez duas colocações. Ele expressou preocupação com a população local que tem sugerido a inserção no orçamento da cidade do início da obra do túnel da Avenida Cecília Lottenberg, denominado Jornalista Armando da Silva Prado Neto. Bruno explicou que o dinheiro para a obra já foi alocado, mas a obra está atualmente sob análise do Tribunal de Contas do Município. Ele aproveitou a audiência para informar ao público sobre isso. Bruno também fez uma pergunta sobre a preservação do patrimônio histórico de Santo Amaro, perguntando se o projeto de lei tem alguma previsão específica para que o patrimônio cultural da cidade de São Paulo seja preservado e como isso poderia acontecer.

**Marcelo Bittencourt** (representante do movimento “Não ao Corredor da Sabará): discute o plano do Corredor Sabará, que começou em 2013. Ele menciona que, na época, havia preocupações sobre as desapropriações necessárias para o corredor e o impacto na economia local, bem como a verticalização da cidade. Depois de muita discussão, um projeto alternativo foi apresentado e os vereadores votaram contra o corredor em 2014. No entanto, o plano do Corredor Sabará foi recentemente reintroduzido. Bittencourt argumenta que o corredor, tal como está atualmente planejado, beneficiaria principalmente os residentes de Pedreira, que já são bem atendidos pelo transporte público. Ele sugere que, em vez de mais linhas de ônibus, são necessários mais ônibus nas linhas existentes. Bittencourt também destaca que existem problemas locais que precisam ser resolvidos, como problemas de sinalização e conversões. Ele conclui pedindo aos vereadores que intermediem uma discussão com o prefeito Ricardo Nunes para apresentar uma alternativa que beneficiaria tanto o público quanto o governo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

**Fabiana Domingues Lisboa** (municípe): Na sua fala, ela se opõe veementemente a várias mudanças propostas na sua área, incluindo a alteração do nome do Arco do Jurubatuba, que, segundo ela, facilitaria ainda mais para as construtoras devastarem a cidade sem os devidos estudos de impacto ambiental. Ela aborda problemas de inundações causadas pela construção de novos condomínios e se opõe à abertura de novas vias em certas ruas, alegando que isso resultará na remoção de famílias que moram ali há gerações. Fabiana critica a construção de novos prédios com estacionamentos, mesmo próximos a terminais de transporte público, e argumenta que o Arco do Jurubatuba, como está sendo proposto, é apenas um projeto para remover residências e favelas para facilitar o tráfego de carros, contrariando o Plano Diretor. Além disso, ela aponta para a falta de zeladoria na cidade, buracos nas estradas, e problemas de segurança em Santo Amaro. Ela sugere a construção de um shopping para vendedores ambulantes, a inclusão de uma cláusula no Plano Diretor para que prédios com mais de 40 andares paguem um percentual das vendas para reparar os impactos causados na região, e a regularização fundiária das comunidades, em vez de sua remoção. Ela conclui sua fala pedindo por uma revisão do Plano Diretor que seja inclusiva e acate todas as sugestões da população.

**Carlos Henrique Cabral**, engenheiro da subprefeitura de Santo Amaro: Cabral expressou preocupação com a mobilidade na periferia de São Paulo, destacando que muitas pessoas precisam atravessar a cidade para trabalhar, o que sobrecarrega o transporte público. Ele sugeriu que a solução para o problema seria levar mais empregos para a periferia. Criticou a lei 16.050, que estabelece que apenas 20% de um terreno acima de 500 metros quadrados pode ser utilizado para fins não residenciais e 80% deve ser destinado à habitação de interesse social. Cabral argumentou que essa regra desencoraja os empresários a investir na periferia e propõe a inversão desses percentuais. Ele também criticou a política de limitação de vagas de garagem em novos prédios, alegando que isso leva a um excesso de carros estacionados nas ruas ao redor. Finalmente, sugeriu a realização de mais audiências públicas para permitir que os cidadãos expressem suas preocupações.

**Vereador Eli Correa**: inicia seu discurso reconhecendo o papel do rádio como um instrumento para expressão popular, e reitera sua dedicação à resolução de problemas a partir de uma perspectiva mais estrutural como vereador. Ele destaca a importância da escuta ativa e da colaboração entre seus colegas para resolver questões de vulnerabilidade na periferia. Correa também levanta a ideia de uma "cidade de 30 minutos", inspirada em práticas urbanas de Lisboa e Paris, onde os serviços básicos estariam a no máximo 30 minutos de distância dos cidadãos. Ele conclui com um compromisso de lutar



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

pela execução das propostas discutidas na audiência e agradece a presença de todos, desejando um feliz Dia das Mães.

**Marta Bedendo**, Superintendente da distrital de Santo Amaro da Associação Comercial, dá as boas-vindas a todos e enfatiza que a casa de reuniões está aberta para discussões sobre os problemas da região. Ela expressa a necessidade do plano diretor levar em consideração os desafios cotidianos dos cidadãos, particularmente aqueles que vivem "do outro lado da ponte". Bedendo argumenta a favor de uma maior interação constante com os vereadores para que eles possam entender e responder melhor às necessidades dos munícipes. Ela encerra agradecendo a todos pela presença e reafirma seu compromisso com a região de Santo Amaro.

**Adilson Araújo**, morador da Chácara Santo Antônio, expressa sua preocupação com o impacto do crescimento urbano e do Plano Diretor Estratégico (PDE) sobre as enchentes na região, especialmente em relação à construção de prédios. Ele argumenta que as construtoras deveriam ser responsáveis por mitigar esses efeitos, incluindo a construção de piscinões para a gestão das águas pluviais. Adilson também critica o horário das audiências públicas, argumentando que elas deveriam ser programadas para facilitar a participação dos cidadãos.

**Ricardo Oliana**, morador da Granja Julieta, fala sobre questões de saneamento e drenagem em relação ao Plano Diretor. Ele critica a canalização do Córrego Maria Joaquina, argumentando que esta ação não é mais apropriada e que foi realizada sem a devida consulta ou estudo de impacto ambiental. Ricardo também menciona problemas relacionados à falta de consulta pública em relação a projetos de infraestrutura e termina seu discurso pedindo maior atenção às sugestões da comunidade, bem como a organização de audiências públicas em horários mais acessíveis.

**Pedro Batista**, diretor titular da CIESP, expressou preocupação com a falta de discussão sobre a indústria, especialmente a pequena e micro indústria, na audiência. Ele ressaltou a importância dessas indústrias na geração de emprego e na economia local, e pediu uma discussão sobre a legalização das indústrias que cresceram de forma desordenada. Ele também propôs a criação de pequenos polos industriais, como polos de cosméticos e têxteis, e incentivou a formação de cooperativas industriais. Finalmente, ele se ofereceu para abrir o espaço da CIESP para discussões e lembrou que uma proposta de uma frente parlamentar municipal da indústria foi aprovada.

**Vereadora Janaína Lima** falou sobre a importância de realizar audiências em diferentes horários e dias para dar a oportunidade de participação a todos. Ela enfatizou que o Plano Diretor é um planejamento de longo prazo e que a revisão atual do plano é uma oportunidade para adaptá-lo



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

às necessidades reais da cidade. Ela destacou a questão do déficit habitacional em São Paulo e o conceito de "time city", referindo-se ao tempo que as pessoas gastam no trânsito. A vereadora enfatizou a necessidade de uma cidade ativa e viva, onde as pessoas possam passar mais tempo com suas famílias e amigos, e se comprometeu a fazer da Câmara Municipal um órgão cada vez mais presente na vida dos cidadãos.

O **vereador Gilson Barreto** agradeceu ao sub-relator Eli Correa e informou que essa é a última audiência pública da Comissão de Administração Pública, destacando a importância de realizá-las em diferentes locais para facilitar o acesso das pessoas. Ele mencionou que presidiu o plano diretor anterior em 2014, realizando 46 audiências públicas, e enfatizou que o plano diretor e a lei de zoneamento devem ser encaminhados imediatamente à Câmara. O vereador ressaltou a importância da lei de zoneamento para definir os bairros e mencionou a necessidade de ter áreas industriais separadas, além de enfatizar a importância da participação da sociedade e dos movimentos sociais na discussão dos corredores, viadutos e outras questões. Ele destacou que é necessário ter projetos bem-feitos e envolver o Tribunal de Contas nas discussões, reconhecendo-o como um órgão auxiliar do Parlamento Municipal. Gilson Barreto incentivou os movimentos sociais a se organizarem e a provocarem os vereadores, destacando que todos têm o mesmo peso no Parlamento e devem defender os interesses da comunidade. Ele concluiu agradecendo aos colegas da Comissão e enfatizando a importância da escolha de vereadores comprometidos com a defesa da comunidade e a necessidade de acompanhar sua atuação.

O **vereador João Ananias** destaca a importância de considerar os transtornos causados por construções gigantescas e enfatiza a necessidade de melhorar o comércio local em Santo Amaro e em outros bairros da cidade. Ele menciona o caso de um prédio construído em área tombada no Tatuapé e a devastação de uma área verde para a construção de moradias. O vereador também resalta a importância da preservação das áreas verdes, como a Mata Esmeralda, para garantir um futuro sustentável. Ele destaca a necessidade de planejar o uso da água e a falta de infiltração nos rios, apontando as empresas como responsáveis pela poluição. O vereador defende a moradia popular e a preservação do meio ambiente.

### Fala de encerramento

A **vereadora Janaína Lima** agradece a presença de todos e parabeniza as mães pelo Dia das Mães. Ela ressaltou que seu gabinete está aberto para receber projetos de iniciativa popular e enfatiza o compromisso da Câmara Municipal em estar presente em Santo Amaro. A audiência pública é encerrada com agradecimentos a todos os vereadores e participantes.



**Principais temas tratados, subdivididos por assuntos e suas respectivas ocorrências:**

**Temas:**

1. Túnel da Avenida Cecília Lottenberg:
2. Preservação e Revitalização:
3. Corredor Sabará:
4. Periferia de São Paulo:
5. Participação Popular e Vereadores:
6. Enchentes e Adensamento Urbano:
7. Indústria e Desenvolvimento Local:
8. Plano Diretor e Lei de Zoneamento:
9. Construções Gigantescas e Meio Ambiente:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

### **Assuntos por Temas:**

#### **10. Túnel da Avenida Cecília Lottenberg:**

- Obra do túnel da Avenida Cecília Lottenberg.
- Papel do Tribunal de Contas do Município na análise da obra do túnel.

#### **11. Preservação e Revitalização:**

- Preservação do patrimônio histórico de Santo Amaro.
- Projeto de lei para a preservação do patrimônio cultural da cidade de São Paulo.
- Projeto de revitalização do eixo histórico de Santo Amaro.

#### **12. Corredor Sabará:**

- Plano do Corredor Sabará.
- Impacto das Desapropriações na Economia Local.
- Verticalização da Cidade.
- Necessidade de Mais Ônibus nas Linhas Existentes vs. Criação de Novas Linhas.
- Problemas Locais de Trânsito.
- Proposta Alternativa ao Corredor Sabará.
- Revitalização da Sabará.
- Plano de Metas e o papel do prefeito Ricardo.

#### **13. Periferia de São Paulo:**

- Problemas de mobilidade na periferia de São Paulo.
- Necessidade de atrair mais empregos para a periferia.
- Lei 16.050 e suas implicações para o desenvolvimento na periferia.
- Limitação de vagas de garagem em novos edifícios.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

- Necessidade de mais audiências públicas.

### **14. Participação Popular e Vereadores:**

- O papel do rádio como meio de expressão e reivindicação popular.
- Responsabilidade dos vereadores em resolver problemas de maneira estrutural e abrangente.
- Ideia de uma "cidade de 30 minutos".
- Presença e envolvimento dos vereadores nas regiões que representam.
- Importância do plano diretor em atender os desafios cotidianos dos munícipes.

### **15. Enchentes e Adensamento Urbano:**

- Enchentes e o impacto do adensamento urbano.
- Plano Diretor Estratégico (PDE).
- Responsabilidades na mitigação de enchentes.
- Canalização de córregos.
- Falta de consulta pública e transparência.
- Horário e organização das audiências públicas.

### **16. Indústria e Desenvolvimento Local:**

- Indústria e seu papel no desenvolvimento local.
- Legalização e regularização das pequenas e micro indústrias.
- Criação de polos industriais e cooperativas.
- Deficit habitacional em São Paulo.
- Tempo de deslocamento e qualidade de vida dos cidadãos.

### **17. Plano Diretor e Lei de Zoneamento:**



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- Plano Diretor e Lei de Zoneamento.
- Indústria e desenvolvimento econômico.
- Participação da sociedade e dos movimentos sociais.
- Infraestrutura urbana (corredores, viadutos).
- Relação entre o Executivo e o Legislativo.
- Papel do Tribunal de Contas.
- Representatividade dos vereadores.

### 18. Construções Gigantescas e Meio Ambiente:

- Impacto de construções gigantescas e consideração dos transtornos causados.
- Melhoria do comércio local em Santo Amaro

### Resumo das Solicitações

|   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|---|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | O autor é Gilberto Marques Bruno, conselheiro deliberativo da Associação Comercial de São Paulo. Ele faz dois pedidos: o primeiro é para que a obra do túnel da Avenida Cecília Lottenberg seja iniciada, pois o dinheiro já foi alocado, mas a obra está sob análise do Tribunal de Contas do Município. O segundo pedido é sobre a preservação do patrimônio histórico de Santo Amaro, questionando se o projeto de lei tem previsões específicas para garantir a preservação do patrimônio cultural da cidade de São Paulo. Ele busca informações sobre como isso poderia ser realizado.                                                                                                                           |
| 2 | O autor é Marcelo Bittencourt, representante do movimento "Não ao Corredor da Sabará". Ele faz alguns pedidos: primeiro, que os vereadores intermedeiem uma discussão com o prefeito Ricardo Nunes para apresentar uma alternativa ao plano do Corredor Sabará que beneficie tanto o público quanto o governo. Além disso, ele sugere que, em vez de mais linhas de ônibus, sejam disponibilizados mais ônibus nas linhas existentes. Bittencourt também destaca a necessidade de resolver problemas locais, como sinalização e conversões. Ele argumenta que o corredor, tal como está planejado atualmente, beneficiaria principalmente os residentes de Pedreira, que já têm um bom serviço de transporte público. |



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

|   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|---|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 3 | A autora é Fabiana Domingues Lisboa, uma munícipe. Ela faz vários pedidos: primeiro, se opõe à mudança do nome do Arco do Jurubatuba, alegando que isso facilitaria a devastação da cidade pelas construtoras sem os devidos estudos de impacto ambiental. Ela critica a construção de novos condomínios que causam inundações e se opõe à abertura de novas vias que resultariam na remoção de famílias locais. Fabiana também critica a construção de prédios com estacionamentos próximos a terminais de transporte público, argumentando que isso contraria o Plano Diretor. Ela aponta a falta de zeladoria, buracos nas estradas e problemas de segurança em Santo Amaro. Suas sugestões incluem a construção de um shopping para vendedores ambulantes, a inclusão de uma cláusula no Plano Diretor para que prédios altos paguem um percentual das vendas para reparar os impactos causados, e a regularização fundiária das comunidades em vez de sua remoção. Ela pede uma revisão inclusiva do Plano Diretor que leve em consideração todas as sugestões da população. |
| 4 | O autor é Carlos Henrique Cabral, engenheiro da subprefeitura de Santo Amaro. Ele faz os seguintes pedidos: levar mais empregos para a periferia de São Paulo para resolver o problema da mobilidade, rever a lei que limita o uso de terrenos para fins não residenciais na periferia, criticar a política de limitação de vagas de garagem em novos prédios e sugerir mais audiências públicas para que os cidadãos expressem suas preocupações.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| 5 | A autora é Marta Bedendo, Superintendente da distrital de Santo Amaro da Associação Comercial. Ela faz os seguintes pedidos: incluir os desafios cotidianos dos cidadãos no plano diretor, interagir mais constantemente com os vereadores para melhor atender às necessidades dos munícipes e reafirmar o compromisso com a região de Santo Amaro.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| 6 | O autor é Adilson Araújo, morador da Chácara Santo Antônio. Ele faz os seguintes pedidos: responsabilizar as construtoras pela mitigação do impacto das enchentes, construir piscinões para a gestão das águas pluviais, e programar audiências públicas em horários mais acessíveis para a participação dos cidadãos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| 7 | O autor é Ricardo Olina, morador da Granja Julieta. Ele faz os seguintes pedidos: reavaliar a canalização do Córrego Maria Joaquina, realizar consultas e estudos de impacto ambiental adequados, incluir a comunidade nas decisões sobre projetos de infraestrutura, considerar as sugestões da comunidade com maior atenção e programar audiências públicas em horários mais acessíveis.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 8 | O autor é Pedro Batista, diretor titular da CIESP. Ele faz os seguintes pedidos: incluir a discussão sobre a indústria, especialmente a pequena e micro indústria, na audiência, realizar uma discussão sobre a legalização das indústrias desordenadas, criar pequenos polos industriais e incentivar a formação de cooperativas industriais. Ele oferece o espaço da CIESP para discussões e lembra sobre a aprovação de uma proposta de uma frente parlamentar municipal da indústria.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |



## *CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO*

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

#### **RELATÓRIO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO - 2023**

O presente relatório tem por objetivo apresentar as propostas elaboradas pela sociedade civil e representantes de diferentes setores relacionados à Educação, Cultura e Esporte para a alteração da Lei nº 16.050/2014, a qual estabelece o Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. A Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no âmbito de sua competência, promoveu diversas audiências públicas para a coleta de subsídios com o intuito de aprimorar a legislação em vigor e promover uma cidade mais justa, inclusiva e culturalmente desenvolvida.

O acesso universal à educação, a valorização da cultura e a promoção do esporte são temas centrais para o desenvolvimento humano e social de uma metrópole. Nesse sentido, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes buscou identificar as principais demandas e necessidades da população para aprimorar a legislação referente a esses temas, garantindo que o Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo atenda às expectativas da sociedade como um todo.

O objetivo deste relatório é apresentar essas propostas e, contribuir para a construção de uma cidade mais desenvolvida e inclusiva, que valorize a educação, a cultura e o esporte como pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e social. Para tanto, a Lei 16.050/2014 apresenta essa temática como um dos princípios norteadores da política de desenvolvimento urbano, além de ser um elemento essencial para o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Com vistas as demandas e sugestões apresentadas nas audiências públicas, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes elaborou propostas que visam aprimorar a legislação vigente, garantindo que a educação, a cultura e o



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

esporte sejam contemplados no Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo.

Outra importante iniciativa prevista no PDE diz respeito as ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais, em que são previstos a implantação de novos Centros de Educação Unificada (CEU), a expansão da rede de Centros de Educação Infantil – CEI, das Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI, inclusive por meio da rede conveniada e outras modalidades de parcerias, a expansão dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos – CIEJA, assim, ampliar o atendimento através do Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, ou programas que venham a sucedê-los.

Ademais, de acordo com os objetivos e diretrizes expressos no PDE para macrozonas, macroáreas e rede de estruturação da transformação urbana, a legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – LPUOS deve ser revista, simplificada e consolidada segundo diretrizes tais como: identificar os polos de saúde, educação e pesquisa, demarcando seus perímetros e áreas de abrangência, assim criar condições especiais de uso e ocupação do solo que permitam aos polos de saúde e educação ocuparem áreas ou quadras no seu entorno com o objetivo de regularizar, reformar e construir unidades complementares às instaladas nesses polos;

A **Rede de Estruturação Local, disposta no PDE**, compreende porções do território destinadas ao desenvolvimento urbano local, mediante integração de políticas e investimentos públicos em habitação, saneamento, drenagem, áreas verdes, mobilidade e equipamentos urbanos e sociais, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade social e ambiental. São vários os objetivos da Rede de Estruturação Local, entre eles se destaca garantir, em todos os distritos, no horizonte temporal previsto nesta lei, a implantação da rede básica de equipamentos e de serviços públicos de caráter local nas áreas de educação,



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

saúde, cultura, esporte, lazer, segurança, áreas verdes e atendimento ao cidadão, dimensionados para atender à totalidade da população residente.

O PDE destaca como objetivos da Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável reforçar o papel do Município como centro industrial, comercial, de serviços, de conhecimento, de criação e inovação, promover atividades econômicas sustentáveis na zona rural e estimular atividades econômicas que permitam equilibrar a relação emprego/moradia em todas as regiões da cidade na perspectiva de reduzir as desigualdades socioterritoriais e reduzir a quantidade de viagens e o tempo médio de deslocamento no Município. Neste sentido, o PDE ainda prevê que o fortalecimento de polos e eixos de centralidades dar-se-á através da consolidação, fortalecimento e crescimento dos polos de saúde, educação e pesquisa, **por meio da criação de disciplina especial de uso e ocupação do solo** que permita a regularização, a reforma e a construção de unidades complementares no entorno destes, de forma a organizar essas centralidades e sua integração com a cidade.

A legislação estabelece que a política municipal de cultura deve garantir o acesso democrático da população às diversas formas de expressão cultural, incentivando a criação e a produção artística, valorizando a diversidade e a preservação do patrimônio cultural material e imaterial, garantindo esta valorização mesmo em locais do porte do município de São Paulo.

A cidade é rica em manifestações culturais e possui diversos espaços dedicados à arte e à cultura, como museus, teatros, bibliotecas, centros culturais e espaços públicos de convivência. O Plano Diretor Estratégico de São Paulo prevê a criação de polos culturais nas diversas regiões da cidade, com o objetivo de descentralizar a cultura e ampliar o acesso da população aos bens culturais. Esses polos devem contemplar espaços para a prática das diferentes atividades como teatro, dança, música, artes plásticas, entre outras, além de promover a preservação e revitalização do patrimônio histórico e cultural da cidade.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

O Plano Estratégico Diretor estabelece a necessidade de considerar a dimensão cultural na implementação das políticas de desenvolvimento urbano, nesse sentido, o PDE dispõe acerca das **Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC) que são porções do território destinadas à preservação, valorização e salvaguarda dos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico**, doravante definidos como patrimônio cultural, podendo se configurar como elementos construídos, edificações e suas respectivas áreas ou lotes; conjuntos arquitetônicos, sítios urbanos ou rurais; sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos; templos religiosos, elementos paisagísticos; conjuntos urbanos, espaços e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial e/ou a usos de valor socialmente atribuído.

A Lei 16.050 de 2014 reconhece a importância dos espaços públicos para a prática esportiva e estabelece a necessidade de garantir a infraestrutura adequada para a prática de atividades físicas em todas as regiões da cidade. Além disso, a legislação firma a necessidade de promover a inclusão social por meio do esporte, garantindo o acesso da população de baixa renda e de pessoas com deficiência às atividades desportivas.

É importante destacar que a educação, a cultura e o esporte não são elementos isolados, mas sim interdependentes e complementares. A promoção da educação e da cultura pode contribuir para a prática esportiva, pois amplia as possibilidades de conhecimento e habilidades necessárias para o desenvolvimento de atividades físicas.

A cultura esportiva, aliás, é um importante elemento da identidade paulistana e deve ser preservada e promovida como parte do patrimônio cultural da cidade, assim reafirma a Lei 16.050 de 2014.

**Outro aspecto fundamental abordado no PDE é a importância dos esportes como instrumento para a promoção da saúde, bem-estar e qualidade**



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

de vida da população. A Lei 16.050 de 2014 destaca a necessidade de garantir espaços públicos adequados para a prática de atividades físicas e esportivas, além de incentivar programas de atividades esportivas para todas as faixas etárias e classes sociais.

O Plano Diretor Estratégico prevê a construção e a adequação de espaços públicos para a prática de esportes, além de incentivar a implantação de programas esportivos e atividades físicas em escolas, parques e outros espaços públicos. A ideia é que o esporte seja admitido como um importante instrumento para a promoção da saúde e da qualidade de vida, além de contribuir para a inclusão social e a formação de valores cidadãos. Ademais, a cultura e o esporte podem contribuir para o desenvolvimento da identidade da cidade e para a construção de uma cidade mais inclusiva e democrática.

Em suma, o Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo compreende que **através da educação**, é possível formar cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres, capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável da cidade. Assim busca garantir o acesso à educação de qualidade, a valorização da diversidade cultural e a promoção da prática esportiva como ações que não só contribuem para o desenvolvimento individual e coletivo dos cidadãos, mas também para uma sociedade mais justa e integrada.

Face ao exposto, é fundamental que o poder público e a sociedade civil se unam para fomentar políticas públicas efetivas por meio de um **planejamento urbano adequado para todas as regiões**, onde os direitos humanos e a dignidade de todos sejam garantidos em prol de uma cidade melhor, onde a educação, a cultura e o esporte sejam valorizados e tratados como fatores determinantes para a construção de uma cidade mais sustentável e humanizada.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

A realização das audiências públicas para revisão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo é de extrema importância, especialmente no que diz respeito aos temas de educação, cultura e esportes. No caso específico dessas temáticas, as audiências públicas permitem identificar as principais demandas da população em relação a essas áreas, bem como a formulação de políticas públicas que atendam a essas necessidades. A participação ativa da sociedade civil nesse processo é fundamental para garantir que as políticas públicas desenvolvidas sejam efetivas e atendam às necessidades reais da população. Ademais, a realização das audiências públicas contribui para o fortalecimento da democracia participativa e para o desenvolvimento de uma cultura cidadã. Por meio do diálogo e da participação, a sociedade pode se sentir mais engajada e envolvida com as questões públicas, o que pode resultar em uma maior responsabilidade coletiva e em uma gestão mais efetiva e democrática.

Foram realizadas 5 Audiências Públicas nos dias 12/04 (Câmara Municipal de São Paulo), 26/04 (Câmara Municipal de São Paulo), 09/05 (Comunidade Cultural Quilombaque), 11/05 (Subprefeitura Vila Prudente) e 11/05 (CEU Três Lagos) no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, e as propostas foram a seguir elencadas:



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

#### SÍNTESE DAS PROPOSTAS:

Obs. Em vermelho negrito as inclusões e alterações sugeridas:

#### Proposta 1

Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de **Equipamentos Urbanos e Sociais** são:

(...)

**§ 2º O plano setorial de educação deverá apresentar critérios para o dimensionamento de demandas por equipamentos educacionais compatibilizados com a divisão administrativa e territorial adotadas pela Secretaria Municipal de Educação.**

#### Proposta 2

Art. 7º A **Política de Desenvolvimento Urbano** e o Plano Diretor Estratégico se orientam pelos seguintes objetivos estratégicos:

**XVIII – promover ações de melhoria em especial ao atendimento às normas de acessibilidade universal, dentre outras medidas que garantam o direito à cidade às pessoas com deficiência, principalmente nos equipamentos educacionais, culturais, esportivos e de saúde;**



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

#### Proposta 3

Art. 7º A Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico se orientam pelos seguintes objetivos estratégicos:

XII - **proteger o patrimônio histórico**, cultural e religioso e valorizar a memória, o sentimento de pertencimento à cidade e a diversidade, **principalmente nos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem;**

#### Proposta 4

Art. 15. A Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana localizada na periferia da área urbanizada do território municipal caracteriza-se pela existência de elevados índices de vulnerabilidade social, baixos índices de desenvolvimento humano e é ocupada por população predominantemente de baixa renda em assentamentos precários e irregulares, que apresentam precariedades territoriais, irregularidades fundiárias, riscos geológicos e de inundação e déficits na oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas.

§ 2º Os objetivos específicos da Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana são:

(...)

**X – Promover o desenvolvimento dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem por meio de uma gestão compartilhada com as comunidades locais.**

#### Proposta 5



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

Art. 26. A Rede de Estruturação Local compreende porções do território destinadas ao desenvolvimento urbano local, mediante integração de políticas e investimentos públicos em habitação, saneamento, drenagem, áreas verdes, mobilidade e equipamentos urbanos e sociais, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade social e ambiental.

§ 1º Esses territórios são caracterizados a partir da articulação dos elementos locais dos seguintes Sistemas Urbanos e Ambientais:

(...)

IV – sistema de equipamentos urbanos, sociais **e culturais**;

#### Proposta 6

Art. 26. A Rede de Estruturação Local compreende porções do território destinadas ao desenvolvimento urbano local, mediante integração de políticas e investimentos públicos em habitação, saneamento, drenagem, áreas verdes, mobilidade e equipamentos urbanos e sociais, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade social e ambiental.

(...)

§ 2º Os objetivos da Rede de Estruturação Local são:

(...)

**VI – garantir, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade social, a implantação e desenvolvimento dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem, promovendo a devida preservação.**

#### Proposta 7

Art. 103. A Prefeitura poderá exercer o direito de preempção, nos termos da legislação federal, para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares sempre que necessitar de áreas



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

para cumprir os objetivos e implantar as ações prioritárias deste Plano Diretor.

Parágrafo único. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

(...)

#### **IX – desenvolvimento dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem**

#### **Proposta 8**

Art. 103. A Prefeitura poderá exercer o direito de preempção, nos termos da legislação federal, para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares sempre que necessitar de áreas para cumprir os objetivos e implantar as ações prioritárias deste Plano Diretor.

Parágrafo único. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

(...)

#### **X – implantação de Casas de Cultura e/ou outros equipamentos culturais nas regiões de maior vulnerabilidade social**

#### **Proposta 9**

Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

XII – expandir a rede de equipamentos **culturais nas regiões mais periféricas, principalmente as Casas de Cultura nos territórios de maior vulnerabilidade social;**



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

#### Proposta 10

Art. 314. Fica instituído o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, designação atribuída a áreas que concentram grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do Poder Público.

§ 3º Fica o Complexo Eco/Turístico/Ambiental, criado na [Lei nº 13.549, de 2003](#), e recepcionado no Plano Regional Estratégico de Perus, transformado no Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá/Perus/**Anhanguera**, cujo perímetro e objetivos específicos deverão ser revistos no Plano Regional ou em lei específica.

#### Proposta 11

Art. 317. O Território de Interesse da Cultura e da Paisagem deverá ser regulamentado por lei específica, que deverá prever:

(...)

**VI – a competência da Secretaria Municipal de Cultura na coordenação das ações prioritárias para alcançar os objetivos previstos para o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, ouvida a Comunidade afetada.**

#### Proposta 12

Art. 317. O Território de Interesse da Cultura e da Paisagem deverá ser regulamentado por lei específica, que deverá prever:

(...)



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

**§ 3º O Conselho Gestor, previsto no inciso II deste artigo, poderá ser criado antes da regulamentação da TICP, de forma a auxiliar na elaboração dessa regulamentação prevista no caput desse artigo.**

#### Proposta 13

Art. 317. O Território de Interesse da Cultura e da Paisagem deverá ser regulamentado por lei específica, que deverá prever:

(...)

**§ 4º Os dispositivos referentes ao Território de Interesse da Cultura e da Paisagem deverão ser implantados de forma provisória pelo Poder Público até que ocorra a sua regulamentação prevista no caput desse artigo.**

#### Proposta 14

Art. 250. Os programas, ações e investimentos, públicos e privados, no Sistema Cicloviário devem ser orientados segundo o objetivo de estruturar uma rede complementar de transporte, integrando os componentes do Sistema Cicloviário e os demais meios de transporte.

**Parágrafo Único – O Sistema Cicloviário deverá abranger parques e pontos turísticos, principalmente nas regiões periféricas da cidade.**

#### Proposta 15

Art. 27. De acordo com os objetivos e diretrizes expressos neste PDE para macrozonas, macroáreas e rede de estruturação da transformação urbana, a legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – LPUOS



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

deve ser revista, simplificada e consolidada segundo as seguintes diretrizes:

**XLIX– estimular a requalificação de imóveis, criando normas que permitam sua ocupação por usos e atividades adequados às suas características e ao entorno, conforme a demanda da comunidade local;**

#### Proposta 16

Art. 303. Os objetivos do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

I – a proteção integral à família e à pessoa, com prioridade de atendimento às famílias e grupos sociais mais vulneráveis, em especial crianças, jovens, **crianças e jovens com desenvolvimento atípico**, mulheres, idosos, negros, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua;

#### Proposta 17

Art. 303. Os objetivos do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

XXXIII – implantar ações e equipamentos destinados à **crianças e jovens com desenvolvimento atípico**;

#### Proposta 18



## *CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO*

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

Art. 350. Os Planos de Bairro têm como objetivos:

**IX – Melhorar a infraestrutura e acessibilidade do ambiente urbano para a população idosa**

#### **Proposta 19**

Art. 303. Os objetivos do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

**VI – atendimento adequado às necessidades específicas da população idosa**

#### **Proposta 20**

Art. 3º O Plano Diretor Estratégico orienta o planejamento urbano municipal e seus objetivos, diretrizes e prioridades devem ser respeitados pelos seguintes planos e normas:

(...)

II - Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Planos Regionais das Subprefeituras, Planos de Bairros, planos setoriais de políticas urbano-ambientais, **Plano Municipal de Educação** e demais normas correlatas.

#### **Proposta 21**



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

Art. 8º Para garantir um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado entre as várias visões existentes no Município sobre seu futuro, o Plano Diretor observa e considera, em sua estratégia de ordenamento territorial, as seguintes cinco dimensões:

I - a dimensão social, fundamental para garantir os direitos sociais para todos os cidadãos, em especial, o direito à moradia, à mobilidade, **à educação, à cultura, ao esporte**, à infraestrutura básica e ao acesso aos equipamentos sociais;

#### Proposta 22

Art. 303. Os objetivos do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

(...)

II – a redução das desigualdades socioespaciais, suprimindo carências de equipamentos e infraestrutura urbana nos bairros com maior vulnerabilidade social **e deficiências educacionais**;

#### Proposta 23

Art. 303. Os objetivos do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

(...)

IV – a ampliação da acessibilidade à rede de equipamentos, **principalmente nas unidades educacionais, culturais, esportivas e de saúde**, e aos sistemas de mobilidade urbana, incluindo pedestres e ciclovias;

#### Proposta 24

Art. 303. Os objetivos do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

(...)

V – a garantia da segurança alimentar e do direito social à alimentação, **principalmente para crianças e jovens em situações de vulnerabilidade social.**

#### Proposta 25

Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

II – elaborar plano de articulação e integração das redes de equipamentos urbanos e sociais no território **de acordo com os planos municipais específicos para as áreas elencadas no artigo 302;**



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

#### Proposta 26

Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

III – elaborar planos setoriais de educação, **em conformidade com o Plano Municipal de Educação**, saúde, esportes, assistência social e cultura, **abrangendo atendimento especializado em saúde e educação indígena nas áreas da cidade com maior concentração dessa população;**

#### Proposta 27

Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

VII – expandir a rede de Centros de Educação Infantil – CEI e a rede de Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI, **preferencialmente da rede direta ou** por meio da rede conveniada e outras modalidades de parcerias;

#### Proposta 28

Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

X – revitalizar os Clubes Desportivos da Comunidade **e ampliá-los nas regiões com os maiores índices de vulnerabilidade da cidade;**

#### Proposta 29

Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

XII – expandir a rede de equipamentos culturais, **principalmente nas regiões mais periféricas e vulneráveis da cidade;**

#### Proposta 30

Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

XIII – expandir a rede de equipamentos esportivos, **com ênfase nas regiões mais periféricas e vulneráveis da cidade;**

#### Proposta 31

Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

XIV – aprimorar as políticas e a instalação de equipamentos, visando à viabilização das políticas de acolhimento e proteção às mulheres, **jovens e crianças** vítimas de violência;

#### Proposta 32

Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

XV – implantar as áreas de conexão de internet sem fio aberta, com qualidade e estabilidade de sinal, **principalmente nas regiões com os maiores índices de exclusão digital da cidade;**

#### Proposta 33

Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

XVII – expandir a rede de Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos – CIEJA, a fim de ampliar o atendimento através do Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, ou programas que venham a sucedê-los, **de forma descentralizada nas regiões periféricas e mais vulneráveis socialmente;**

#### Proposta 34



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

XXI – expandir e requalificar equipamentos voltados ao atendimento de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, inclusive à formação de professores e o acompanhamento aos alunos com deficiência e mobilidade reduzida matriculados na Rede Municipal de Ensino, **assim como a garantia de acessibilidade no entorno das unidades escolares;**

#### Proposta 35

Art. 306. A Prefeitura elaborará o plano de articulação e integração das redes de equipamentos urbanos e sociais, por intermédio de ação conjunta das secretarias municipais envolvidas e de ampla participação popular.

§ 2º A distribuição de equipamentos e serviços sociais deve respeitar as necessidades regionais e as prioridades definidas a partir de estudo de demanda, priorizando as áreas de urbanização precária e/ou incompleta, **assim como estar em consonância com as metas dos planos municipais específicos.**

#### Proposta 36



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

Art. 308. A Prefeitura elaborará ou, se for o caso, revisará os planos setoriais de educação, **em consonância com o Plano Municipal de Educação**, saúde, esportes, assistência social, cultura e segurança alimentar e nutricional, garantido o processo participativo, com representantes da sociedade civil e de outros órgãos governamentais.

#### Proposta 37

Art. 308. A Prefeitura elaborará ou, se for o caso, revisará os planos setoriais de educação, saúde, esportes, assistência social, cultura e segurança alimentar e nutricional, garantido o processo participativo, com representantes da sociedade civil e de outros órgãos governamentais.

§ 1º O combate à exclusão e às desigualdades socioterritoriais, o atendimento às necessidades básicas, à fruição de bens e serviços socioculturais e urbanos, à transversalidade das políticas de gênero e raça, e destinadas às crianças e adolescentes, aos jovens, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais, devem ser objetivos a serem atingidos pelos planos setoriais de educação, saúde, esportes, assistência social e cultura, **principalmente nas regiões periféricas e de maior vulnerabilidade social;**

#### Proposta 38



## *CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO* Gabinete do Vereador Coronel Salles

Art. 351. O Plano de Bairro poderá conter, entre outras, propostas para melhorar:

III – a acessibilidade aos equipamentos urbanos e sociais públicos, **prioritariamente no entorno de unidades educacionais que atendam alunos com deficiência;**



## *CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO*

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

#### **PROPOSTAS GERAIS:**

Obs. Propostas não relacionadas à Educação, Cultura ou Esportes

#### **Proposta 39**

Utilização de imóveis vazios para habitação social de forma a enfrentar o problema habitacional e fornecer moradia digna às pessoas de baixa renda. Identificar e catalogar imóveis desocupados, além de programas de acesso à moradia transparentes, com critérios de elegibilidade claros e a possibilidade de aluguel social subsidiado, devem ser implementados para garantir que os imóveis ora desocupados sejam direcionados às pessoas mais vulneráveis.

#### **Proposta 40**

Desenvolvimento significativo da infraestrutura viária, principalmente nas regiões mais periféricas, com a expansão e melhoria das vias existentes, a criação de corredores exclusivos para transporte público e a ampliação das ciclovias. Além disso, é necessário priorizar a expansão e aprimoramento do transporte público e da implantação de um sistema inteligente de controle de tráfego, permitindo dessa forma, uma melhoria do trânsito e a redução dos engarrafamentos.

#### **Proposta 41**



## *CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO*

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

Ampliação do acesso às habitações de interesse social em todas as regiões, principalmente nos territórios mais periféricos e vulneráveis da cidade.

#### **Proposta 42**

Regularização fundiária para os assentamentos irregulares da cidade.

#### **Proposta 43**

Com o intuito de impulsionar a economia local e regional é necessário estabelecer programas e benefícios a fim de atrair investimentos e estimular a abertura de negócios locais. Isenções fiscais temporárias, linhas de crédito acessíveis e programas de capacitação empresarial são essenciais para fortalecer o empreendedorismo local, além de parcerias com instituições locais, como associações comerciais e universidades, também são relevantes para promover a cooperação e o intercâmbio de conhecimentos.

#### **Proposta 44**

Adequação da quantidade de equipamentos de saúde e assistência social conforme a demanda local, com ênfase nas regiões mais periféricas e com maiores índices de vulnerabilidade social.



## *CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO*

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

#### **Proposta 45**

Implantação de estruturas de acessibilidade em todos os equipamentos públicos, no seu entorno e próximos às redes de transporte público da cidade.

#### **Proposta 46**

Assegurar um acesso viário mais eficiente e equitativo aos equipamentos de saúde nas regiões periféricas de forma a eliminar as barreiras que dificultam a movimentação de pessoas e veículos até esses locais.

#### **Proposta 47**

Necessidade de que as redes de transporte público estejam próximas aos equipamentos de saúde, principalmente nas regiões com altos índices de vulnerabilidade social.

#### **Proposta 48**

Necessidade de pavimentação e rede de saneamento no entorno de todos os equipamentos de saúde e assistência social.



## *CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO*

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

#### **Proposta 49**

Adequação da rede de transporte público à demanda local, principalmente nas regiões periféricas da cidade.

#### **Proposta 50**

Propõe-se a adoção de medidas efetivas para incentivar e promover a preservação de bens tombados por meio das seguintes propostas:

Concessão de incentivos fiscais: Estabelecer benefícios fiscais, como redução de impostos e taxas, para proprietários de imóveis tombados que realizem obras de conservação e restauro, visando estimular a preservação do patrimônio cultural.

Agilização de processos de licenciamento: Simplificar e agilizar os processos de licenciamento para intervenções em bens tombados, por meio de uma tramitação mais ágil e desburocratizada, garantindo a preservação e o uso adequado desses espaços.

Criação de programas de financiamento: Estabelecer programas de financiamento específicos, em parceria com instituições financeiras e agentes públicos, para facilitar o acesso a recursos financeiros destinados à preservação de bens tombados, possibilitando a realização de obras de conservação e restauro.



## *CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO*

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

Parcerias público-privadas: Estimular parcerias entre o poder público e a iniciativa privada para a realização de obras de preservação, por meio de contratos de concessão, termos de cooperação ou outras formas de colaboração, visando o investimento privado na conservação do patrimônio cultural.

Programas de educação patrimonial: Implementar programas de educação patrimonial, por meio de parcerias com escolas, universidades e organizações da sociedade civil, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da preservação do patrimônio cultural, promovendo ações educativas, visitas guiadas e atividades de sensibilização.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

#### CONCLUSÃO:

As propostas de alteração do Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo representam um passo importante na promoção da equidade, qualidade e acessibilidade nas áreas de educação, cultura e esportes. Essas alterações buscam garantir que os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, possam desfrutar de oportunidades iguais para o seu desenvolvimento pessoal e social.

A educação, a cultura e o esporte desempenham um papel fundamental no desenvolvimento humano e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao priorizar a expansão e a melhoria dos equipamentos públicos nessas áreas, o PDE compreende a importância desses aspectos para o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Além disso, essas propostas de alteração reforçam a ideia de que o planejamento urbano sustentável deve considerar as necessidades de todos os membros da sociedade, garantindo-lhes o acesso universal aos serviços públicos.

As propostas de alteração do PDE também visam promover a integração entre as políticas públicas de desenvolvimento urbano e as áreas de educação, cultura e esportes. Esta abordagem integrada reconhece que a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo exige a articulação entre diferentes setores e políticas públicas. No entanto, ao estabelecer diretrizes e metas que incentivem a implantação de equipamentos públicos e comunitários em áreas de adensamento urbano mais vulneráveis, esse relatório busca atender as necessidades dos munícipes e promover a equidade no acesso aos serviços



## *CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO*

### Gabinete do Vereador Coronel Salles

públicos, reforçando o compromisso de São Paulo com a construção de uma sociedade que valoriza e fomenta o desenvolvimento humano nas dimensões educacionais, culturais e esportivas.

Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

**Coronel Salles (relator)**

Vereador - PSD



## **RELATÓRIO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO - 2023.**

Este relatório apresenta as propostas da sociedade provenientes de audiências públicas para a alteração da Lei nº 16.050/2014, que estabelece o Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, com foco no tema Saúde. A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher realizou diversas audiências públicas com a sociedade civil e representantes de diferentes setores relacionados ao tema, a fim de colher subsídios para aprimorar a legislação em vigor e promover o desenvolvimento de uma cidade mais saudável, justa e inclusiva.

A promoção da saúde é um tema central para o desenvolvimento humano e social de uma cidade, sendo fundamental para garantir o bem-estar da população e a redução das desigualdades historicamente impostas na sociedade. Nesse sentido, a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher buscou identificar as principais demandas e necessidades da população para aprimorar a legislação referente ao tema, garantindo que a revisão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo atenda às expectativas da sociedade.

A Lei 16.050 de 2014, que estabelece o Plano Diretor Estratégico (PDE) do município de São Paulo, é um marco importante no planejamento urbano da cidade. Embora o foco principal do PDE seja o desenvolvimento urbano, a legislação também aborda questões relevantes relacionadas à saúde, refletindo a importância desse tema para a promoção da qualidade de vida e do bem-estar da população.

### **Saúde e Planejamento Urbano**

A saúde é um direito fundamental e um dos principais pilares para o desenvolvimento humano e sustentável. A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 196 estabelece a Saúde enquanto um direito de todos e dever do Estado, a ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. A Lei 8.080 de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, entre outras disposições, em seu Artigo 3º, alterado em sua redação nº pela Lei 12.864 de 2013, define que os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como



determinantes e condicionantes a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais, entre outros.

Em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) lançaram conjuntamente a publicação *"Integrando Saúde ao Planejamento Urbano e Territorial" – Integrating Health Urban and Territorial Planning*, documento que fornece informações úteis sobre como garantir a saúde humana através de orientações para o planejamento urbano, no intuito de desenvolvimento de cidades sustentáveis e resilientes focadas em saúde humana e ambiental<sup>1</sup>.

Este documento afirma, em seu resumo executivo, que o "planejamento urbano e territorial é um facilitador crucial para a saúde e o bem-estar nas cidades e regiões, sendo a saúde influenciada por muitos fatores que vão além do setor da saúde. O planejamento urbano possui um papel central na prevenção de doenças no século XXI, pois as políticas urbanas definem o ar que se respira, a qualidade dos espaços urbanos, a água que se bebe e a forma de deslocamento das pessoas, o acesso aos alimentos e, também, o tratamento de doenças por meio do acesso adequado aos cuidados de saúde para todos. As decisões sobre o planejamento podem criar ou agravar grandes riscos à saúde das populações ou podem promover ambientes e estilos de vida mais saudáveis, bem como criar cidades e sociedades saudáveis e resilientes.

Ao mesmo tempo, a saúde não é apenas um indicador para monitorar o progresso do planejamento urbano e territorial, mas também é um elemento essencial para assegurar o desenvolvimento sustentável. Posicionar a saúde e o bem-estar no centro do processo de planejamento pode promover boas condições de vida, construir comunidades ativas e resilientes, além de dar voz a grupos vulneráveis, ao mesmo tempo em que permite que o progresso reduza as desigualdades nas áreas urbanas"<sup>2</sup>.

De acordo ainda com o Documento, "mais da metade da população mundial vive agora nas cidades e, em 2050, espera-se que esse percentual aumente para 70%. No entanto, 75% da infraestrutura que estará em funcionamento até lá ainda não foi construída o que representa uma oportunidade de construir áreas urbanas transformadoras, especialmente à medida que aumenta a consciência da integração necessária entre os espaços urbanos e a promoção da saúde".

<sup>1</sup> <https://saudeamanha.fiocruz.br/integrando-saude-ao-planejamento-urbano-e-territorial/#.ZCxsGHbMK3A>

<sup>2</sup> <https://www.who.int/pt/publications/i/item/9789240003170>



## Riscos e impactos na saúde humana de espaços urbanos não planejados

No Brasil, de acordo com o Relatório Brasileiro para o Habitat III<sup>3</sup>, do Conselho das Cidades – ConCidades e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2016) as cidades constituem o local de habitação de 160,9 milhões de brasileiros. A cidade de São Paulo conta com uma população de 12.396.372 habitantes (IBGE -2021), sendo 99,1% dela urbana. Por sua vez a Região Metropolitana de São Paulo conta, segundo projeção elaborada pela Fundação Seade<sup>4</sup>, com 21.483.245 habitantes.

Essa concentração populacional em centros urbanos e seus arredores constituem uma ameaça à saúde da população por fatores como a deterioração da qualidade dos ambientes construídos e naturais, decorrentes do uso de combustíveis e tecnologias poluentes, do manejo inadequado dos resíduos sólidos e líquidos e da inadequada concepção das construções prediais.

Acerca do Saneamento Básico, há uma estreita relação entre doenças infecciosas e uma estrutura deficitária de distribuição de água potável e coleta e tratamento de esgoto. Em todo o mundo, aproximadamente três de cada 10 pessoas, ou 2,1 bilhões, não têm acesso a água segura e prontamente disponível em casa, e seis de cada 10, ou 4,5 bilhões, não têm saneamento gerido com segurança (OMS e UNICEF, 2017).

A Cidade de São Paulo, de acordo com o Instituto Água e Saneamento<sup>5</sup>, atende com distribuição de água potável à 100% de sua população. Possui 67,28% de seu esgoto manejado de forma adequada, por meio de sistemas centralizados de coleta e tratamento ou de soluções individuais. Do restante, 21,86% é coletado, mas não é tratado e 10,85% não é tratado nem coletado. Segundo o mesmo Instituto, a coleta de lixo municipal não atende a 111.432 habitantes, o que corresponde a 0,9% da população e 1,2% dos domicílios municipais, ou seja, 41.567 domicílios, estão sujeitos a inundações.

Além do risco de doenças transmissíveis, a concentração populacional em centros urbanos predispõe a um aumento de Doenças Não Transmissíveis (DNT), relacionadas aos padrões de vida, trabalho e consumo, o que gera ônus ao Sistema de Saúde, decorrente do custo dos tratamentos,

<sup>3</sup> <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6014>

<sup>4</sup> <https://populacao.seade.gov.br/>

<sup>5</sup> <https://www.aguasaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/sp/sao-paulo>



e à vida das pessoas. As doenças não transmissíveis são a maior causa de morte e adoecimento em todo o mundo e geram elevado número de mortes prematuras, perda de qualidade de vida, limitação nas atividades de trabalho e de lazer, impactos econômicos para as famílias, comunidades e para a sociedade em geral, agravamento das iniquidades e da pobreza.

A construção de ambientes saudáveis e sustentáveis é essencial na prevenção e redução dos fatores de risco para desenvolvimento das DNTs, como o sedentarismo, a má alimentação, o uso prejudicial de álcool e o tabagismo, além dos fatores de organização espacial urbana que limitam a capacidade das pessoas realizarem boas escolhas, como a falta de acesso ou ausência de espaços públicos para exercícios e convivência; poluição do ar, da água e a outros poluentes – químicos, radiação e ruído; falta oferta de alimentos industrializados e de baixo teor nutritivo, entre tantos outros.

De acordo com a OMS, no documento acerca de Saúde e Planejamento Urbano supracitado, alguns exemplos da relação entre a ausência de planejamento urbano e saúde são apresentados a seguir:

1. Ambientes insalubres - Viver ou trabalhar em ambientes insalubres podem causar adoecimento e morte, sendo esses índices maiores em países de menor renda, com a exceção de certas DCNT, que são causas importantes em todos os países. Fatores de risco ambiental, como a poluição do ar, da água e do solo, exposições a produtos químicos, a mudança climática e a radiação ultravioleta, contribuem para mais de 100 doenças e lesões. Os principais agravos são: Acidente vascular cerebral, doenças isquêmicas do coração, a diarreia e o câncer. Em 2012 foram 12,6 milhões de pessoas de mortes em todo o mundo decorrentes desta condição ambiental.
2. Poluição do ar - Em 2016, 7 milhões de mortes no mundo foram atribuídas aos efeitos conjuntos da poluição. Cerca de 91% da população mundial vivia em lugares onde os níveis de qualidade do ar ficam abaixo dos índices estabelecidos pelas diretrizes da OMS, e apenas 1 em cada 10 cidades controlam os índices de poluição atmosférica. Desencadeia o adoecimento, a incapacidade prematura e a morte por doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas e câncer de pulmão.
3. Sedentarismo: A inatividade física se relaciona com o desenvolvimento econômico, sendo que os países mais desenvolvidos possuem um índice maior de sedentarismo. Relaciona-se às mudanças nos padrões de transporte, ao aumento do uso da tecnologia e à urbanização. As doenças desencadeadas pelo sedentarismo impactam diretamente no custo do setor saúde, representando de 1 a 3% dos gastos de uma nação.



4. **Má nutrição:** Obesidade e desnutrição são doenças consideradas Sindemia, ou seja, um conjunto de problemas de saúde intimamente interligados e que aumentam mutuamente, e que afetam significativamente o estado geral de saúde de uma população no contexto de persistência de condições sociais adversas. Estudos apontam que há uma relação direta entre estas duas condições, desenvolvimento econômico do país ou região, e com fatores com as mudanças climáticas.
5. **Condições de moradia:** As condições de saúde relacionadas à moradia — como o acesso deficiente a água, a má qualidade ambiental interna e a exposição a substâncias nocivas ou perigos, ou a doenças infecciosas — representam um importante ônus para a saúde.
6. **Iniquidade:** Embora as evidências da “vantagem urbana” possam sugerir que as populações urbanas, frequentemente gozam de melhor saúde do que os seus pares na zona rural, existem diferenças substanciais nas oportunidades e resultados em termos de saúde nas áreas urbanas.
7. **Desagregação do clima:** Mesmo que o aquecimento global atinja apenas 1,5 °C, 350 milhões ou mais de pessoas poderão estar expostas a um estresse térmico mortal até 2050, com o número de megacidades com estresse térmico dobrando em relação aos níveis atuais.
8. **Ruído e saúde mental:** Os resultados de um estudo da OMS indicam que pelo menos 1 milhão de anos de vida saudável são perdidos a cada ano apenas na Europa ocidental devido ao ruído ambiental relacionado ao tráfego. Além dos danos auditivos, o ruído é um fator de estresse não específico que, conforme já demonstrado, tem um efeito adverso sobre a saúde humana, sobretudo após uma exposição prolongada. A carga de doença decorrente do ruído ambiental está principalmente nas doenças cardiovasculares, no comprometimento cognitivo das crianças, no distúrbio do sono, no zumbido no ouvido e no incômodo.

## **Plano Diretor Estratégico Municipal e Saúde**

No âmbito do Município de São Paulo, a Lei 16.050 de 2014 reconhece a importância da relação entre Saúde e Planejamento Urbano e estabelece diretrizes e ações que visam garantir o acesso, a qualidade e a equidade nos serviços de saúde no município de São Paulo. Foi fundamental analisar e comparar os principais aspectos da legislação relacionados ao tema da saúde, a fim de compreender sua abrangência e seus impactos na promoção da saúde e do bem-estar da população.



Um dos principais aspectos abordados pela Lei 16.050 de 2014 em relação à saúde diz respeito à expansão e à melhoria da rede de atenção à saúde no município. A legislação estabelece diretrizes para a ampliação e a requalificação dos equipamentos públicos de saúde, como hospitais, postos de saúde e centros de especialidades, visando garantir o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde. Nesse contexto, a lei também prevê ações para a promoção da descentralização e da regionalização da rede de atenção à saúde, a fim de garantir a oferta de serviços de saúde mais próximos às comunidades e às necessidades da população.

Outro aspecto importante abordado pela legislação se refere à promoção da atenção primária à saúde como estratégia para a prevenção e o controle de doenças e agravos. A Lei 16.050/2014 estabelece diretrizes para a consolidação e a ampliação das equipes de saúde da família e de saúde bucal, bem como para a implantação de ações de vigilância em saúde, incluindo a vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e do trabalhador. Além disso, a legislação prevê ações para a promoção da saúde e a prevenção de doenças e agravos, com ênfase na adoção de hábitos saudáveis, na redução dos fatores de risco e na promoção da qualidade de vida.

A legislação também aborda a importância da articulação entre a saúde e outras áreas, como a educação, a assistência social, o transporte, o meio ambiente e o desenvolvimento urbano. O PDE estabelece diretrizes para a promoção da intersetorialidade e da participação social na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas de saúde, com o objetivo de garantir o atendimento integral das necessidades da população e a promoção da equidade e da justiça social.

No âmbito da saúde ambiental, a legislação estabelece diretrizes para a promoção da qualidade do ar, da água e do solo, a partir da adoção de medidas de controle da poluição, do saneamento básico e da gestão dos resíduos sólidos.

A Lei 16.050/2014 também destaca a importância da promoção da saúde no ambiente de trabalho, estabelecendo diretrizes para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, a melhoria das condições de trabalho e a promoção do bem-estar dos trabalhadores. Nesse sentido, a legislação prevê ações para a implementação de políticas de segurança e saúde no trabalho, a capacitação dos trabalhadores e a articulação com os serviços de saúde e de vigilância do trabalhador.



Além disso, a legislação aborda a importância da saúde mental, da prevenção e do enfrentamento das drogas, estabelecendo diretrizes para a promoção da saúde mental e a implementação de ações de prevenção, tratamento e reinserção social das pessoas com transtornos mentais e com dependência de álcool e outras drogas. A Lei 16.050/2014 também prevê ações para a promoção da cultura de paz e a prevenção da violência, como estratégias para a promoção da saúde e do bem-estar da população.

No contexto das parcerias público-privadas e do financiamento da saúde, o PDE estabelece diretrizes para a promoção de parcerias entre o poder público e o setor privado, visando à ampliação e à melhoria da oferta de serviços de saúde. A legislação aborda a importância de garantir o financiamento adequado da saúde e a responsabilidade compartilhada entre os diferentes segmentos da sociedade, incluindo a destinação de recursos públicos e privados para a promoção da saúde e a realização de investimentos em infraestrutura e em tecnologia.

A promoção da saúde das populações vulneráveis e a redução das desigualdades em saúde são aspectos fundamentais abordados pelo PDE. A legislação estabelece diretrizes para a implementação de ações afirmativas e a promoção da equidade em saúde, visando garantir o acesso, a qualidade e a integralidade dos serviços de saúde para as populações mais vulneráveis, como as comunidades indígenas, quilombolas, afrodescendentes, pessoas com deficiência, idosos, mulheres, crianças e adolescentes.

No âmbito da formação e da capacitação dos profissionais de saúde, a legislação estabelece diretrizes para a promoção da formação e da educação permanente dos profissionais de saúde, com ênfase na atenção primária à saúde, na saúde da família, na saúde mental, na saúde ambiental e no trabalho, e na vigilância em saúde. O PDE também prevê ações para a valorização dos profissionais de saúde e a promoção de melhores condições de trabalho, visando garantir a qualidade e a efetividade dos serviços de saúde.

Em síntese, a Lei 16.050 de 2014 demonstra um compromisso com a promoção da saúde e do bem-estar da população do município de São Paulo. A legislação estabelece diretrizes e ações que visam garantir o acesso, a qualidade, a integralidade e a equidade nos serviços de saúde, abordando temas que vão desde a expansão e a melhoria da rede de atenção à saúde até a promoção da intersetorialidade, a formação de profissionais de saúde e o enfrentamento das desigualdades em saúde. A abordagem abrangente e integrada da legislação contribui para a



consolidação de um sistema de saúde efetivo, equitativo e centrado nas necessidades da população.

A efetiva implementação das diretrizes e ações previstas no PDE é fundamental para garantir o sucesso das políticas de saúde no município de São Paulo. Nesse sentido, é importante que o poder público, o setor privado e a sociedade civil trabalhem juntos na formulação, na execução e na avaliação das políticas e das ações de saúde, garantindo a transparência, a participação social e a responsabilidade compartilhada no processo, como a realização das audiências públicas no âmbito da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher para a revisão do PDE 2023.

O monitoramento e a avaliação das políticas de saúde previstas na Lei 16.050/2014 são cruciais para identificar os avanços e os desafios na implementação das diretrizes e das ações, permitindo ajustar as estratégias e os investimentos, garantindo que as iniciativas sejam efetivas e alinhadas às necessidades e às expectativas da população. A construção de indicadores de saúde e a realização de pesquisas e estudos epidemiológicos são fundamentais para orientar as políticas e as ações de saúde, bem como para avaliar seus impactos na saúde e no bem-estar da população.

Estudos e pesquisas diversas demonstram a importância de abordar o tema saúde de forma integrada e articulada, reconhecendo o seu papel central no desenvolvimento humano e sustentável e a necessidade de enfrentar os desafios globais, tais como a pandemia do COVID-19 e as mudanças climáticas que afetam o planeta.

Dessa forma, a Lei 16.050 de 2014 demonstra a importância do tema saúde no contexto do desenvolvimento urbano e das políticas públicas. A análise e a comparação das diretrizes e das ações estabelecidas na legislação evidenciam o compromisso do município de São Paulo com a promoção da saúde e do bem-estar da população, contribuindo para a construção de uma cidade mais saudável, inclusiva e sustentável.

Ao longo dos anos, a Lei 16.050 de 2014 tem se mostrado um instrumento importante na promoção da saúde e na busca por uma cidade mais justa e inclusiva. Os avanços e conquistas alcançados com a implementação das diretrizes e ações propostas na legislação têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de São Paulo. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados e oportunidades para aprimorar as políticas e práticas relacionadas à saúde no município.



A disseminação de informações e o aumento da conscientização sobre a importância do tema saúde no PDE são fundamentais para fortalecer o engajamento e a participação da população na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas de saúde. A promoção da educação em saúde e a comunicação efetiva com a população são estratégias essenciais para garantir a compreensão e a apropriação dos direitos e das responsabilidades relacionadas à saúde e ao bem-estar da sociedade.

A cooperação e a colaboração entre diferentes setores e atores, tanto no âmbito local como nacional e internacional, são cruciais para a implementação efetiva da revisão do PDE e para a promoção da saúde e do bem-estar da população. O compartilhamento de experiências, conhecimentos e recursos entre os diferentes segmentos da sociedade pode contribuir para a inovação e a efetividade das políticas e das ações de saúde, bem como para a superação dos desafios e barreiras enfrentados no contexto urbano.

A Lei 16.050 de 2014 também oferece uma oportunidade para a promoção da pesquisa e do desenvolvimento em saúde, com foco nos desafios e nas prioridades identificadas na legislação. A criação de parcerias entre universidades, centros de pesquisa, empresas e organizações da sociedade civil pode contribuir para a geração de conhecimentos e soluções inovadoras para a promoção da saúde e do bem-estar da população, bem como para a capacitação e a formação de profissionais e gestores de saúde.

Por fim, a avaliação contínua e a atualização do PDE são essenciais para garantir sua relevância e efetividade no contexto dinâmico e complexo do desenvolvimento urbano e da saúde. A revisão e a adaptação das diretrizes e das ações propostas na legislação devem levar em consideração as mudanças nas necessidades, nas demandas e nas expectativas da população, bem como os avanços nos conhecimentos e nas tecnologias relacionadas à saúde e ao bem-estar.

A revisão do PDE representa um passo importante na direção de uma cidade mais saudável, equitativa e sustentável, mas também destaca a necessidade de um compromisso contínuo e de um esforço conjunto de todos os setores e atores envolvidos na promoção da saúde e do bem-estar da população. A análise e a comparação das diretrizes e das ações estabelecidas na legislação oferecem uma base sólida para a reflexão, o aprendizado e a ação, contribuindo para a construção de um futuro mais saudável e próspero para todos os cidadãos de São Paulo e para a sociedade como um todo. A Lei 16.050 de 2014 também destaca a importância da sustentabilidade e da



resiliência na promoção da saúde e do bem-estar da população. A legislação reconhece a necessidade de abordar questões ambientais e climáticas, como a poluição do ar, a contaminação da água e o aumento das temperaturas, que podem ter impactos significativos na saúde e na qualidade de vida dos cidadãos. A integração das políticas e ações de saúde, ambiente e planejamento urbano é fundamental para garantir um ambiente saudável e sustentável para as gerações presentes e futuras.

O papel da tecnologia e da inovação na promoção da saúde e do bem-estar também é um aspecto relevante do PDE. A legislação incentiva a adoção de tecnologias e práticas inovadoras no planejamento, na gestão e na prestação de serviços de saúde, visando melhorar a eficiência, a eficácia e a equidade no sistema de saúde. A digitalização e a utilização de soluções baseadas em dados e em inteligência artificial podem contribuir para a tomada de decisões mais embasadas, a otimização dos recursos e a personalização dos cuidados em saúde.

A inclusão e a participação social são princípios fundamentais da Lei 16.050 de 2014, que reconhece a importância de envolver a população na formulação, na implementação e na avaliação das políticas e das ações de saúde. A promoção da democracia participativa e do controle social no sistema de saúde é essencial para garantir a transparência, a responsabilização e a efetividade das políticas públicas, bem como para garantir o respeito e a promoção dos direitos e das necessidades dos cidadãos.

A articulação e a cooperação entre os diferentes níveis de governo e entre as diferentes áreas da administração pública são aspectos centrais do PDE. A legislação enfatiza a necessidade de integrar as políticas e as ações de saúde com outras políticas públicas, como educação, assistência social, habitação, transporte e segurança, visando promover a saúde e o bem-estar de forma abrangente e integrada. A construção de redes e parcerias entre os diferentes atores e instituições é fundamental para garantir a efetividade e a sustentabilidade das políticas e das ações de saúde.

Em resumo, a Lei 16.050 de 2014 oferece uma visão abrangente e integrada da promoção da saúde e do bem-estar na cidade de São Paulo, abordando diversos temas e desafios relacionados ao desenvolvimento urbano, à equidade, à sustentabilidade e à inovação. A análise e a comparação das diretrizes e das ações estabelecidas na legislação evidenciam o compromisso



da cidade de São Paulo com a saúde e o bem-estar de seus cidadãos e a importância de uma abordagem integrada e participativa no planejamento e na implementação dessas políticas públicas.

## PROPOSTAS

Sabe-se que cabe ao plano diretor criar as bases para uma cidade inclusiva, equilibrada, sustentável, que promova qualidade de vida a todos os seus cidadãos, reduzindo os riscos do crescimento desenfreado e distribuindo de forma justa os custos e benefícios da urbanização, fornecendo transparência para a política de planejamento urbano, ao instituí-la em forma de lei.

A revisão do PDE é um exemplo de como o planejamento urbano pode contribuir para a promoção da saúde e do bem-estar da população, abordando temas como a expansão e a melhoria da rede de atenção à saúde, a promoção da atenção primária à saúde, a integração das políticas públicas e a promoção da equidade e da justiça social.

Foram realizadas 05 (cinco) Audiências Públicas com a participação dos Vereadores da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher (CSPSTM), representantes de entidades sociais e municipais. Foi decidido, em consenso com os Vereadores e Vereadoras presentes na 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde, Trabalho e Mulher, em 05 de abril de 2023, que as Audiências Públicas da Revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) agendadas para os dias 12, 19 e 26 de abril, e, no mês de maio, nos dias 03 e 10, teriam a condução de cada uma delas distribuídas entre os vereadores da Comissão. Foi realizada a votação e aprovação do Vereador George Hato como Sub-relator das Audiências Públicas.

**1ª AP de revisão do PDE - 4ª Audiência Pública (AP) Semipresencial da CSPSTM - Data – 12 de abril de 2023 – Tema: Unidades Básicas de Saúde e Hospitais, realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo, contando com a presença dos Vereadores: André Santos, e condução dos Vereadores Manoel Del Rio e Hélio Rodrigues.**

O Executivo teve a representação da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e Secretaria Municipal de Saúde. Como representantes de Trabalhadores e da Sociedade Civil registrou-se a presença de: Conselho Municipal de Saúde, Conselho Gestor de UBS, UPA e Hospital Santa Catarina, UBS Sé, UBS Santa Cecília, UBS Rincão e UBS Pró Morar Conselho



Perus/Anhanguera; Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP, Grito dos Excluídos, Mov. Popular Saúde Cidade Adhemar e Pedreira, funcionários da Vigilância à Saúde e usuários de Unidades de Saúde.

**2ª AP de revisão do PDE** – 5ª Audiência Pública (AP) presencial da CSPSTM, com transmissão *on-line*. Data: 19 de abril de 2023 - Tema: Promoção Social, Direito à Moradia e Preservação Ambiental, realizada nas dependências do Centro Educacional Unificado (CEU) Parelheiros, zonal sul da Capital. Contou com a presidência e condução da Vereadora Luana Alves. Foram convidados a participar e compuseram a mesa representantes: do Gabinete da Subprefeitura de Parelheiros; da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL); do Conselho Municipal de Política Urbana; da ONG Peabiru - Trabalhos Comunitários e Ambientais; do LabJuta - Laboratório Justiça Territorial, da Universidade Federal do ABC; do projeto de hortas de Parelheiros; liderança comunitária da região de Vargem Grande.

**3ª AP de revisão do PDE** – 6ª Audiência Pública (AP) presencial da CSPSTM, com transmissão *on-line*. Data – 26 de abril de 2023 – Tema: Desafios do Plano Diretor Estratégico para Proteção Social da Saúde e da Mulher, realizada no auditório da “Porte”, no bairro Tatuapé, contando com a presença do Vereador André Santos e conduzida pelo Vereador Major Palumbo. Foram convidados a participar da mesa representantes de diferentes áreas, incluindo o Senhor Daniel del Nero, Diretor do Hospital São Luiz Unidade Tatuapé; o Tenente Coronel da PM Alexandre de Rezende Silva, Diretor do Departamento de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência; o Coronel da PM Carlos Alberto de Camargo Júnior, Comandante do Corpo de Bombeiros Metropolitano; a Senhora Rosângela Meirelles da “Porte” e o Senhor Cleberson Charles de Menezes, da Associação Geral do Centro.

Pela Sociedade Civil, participaram representantes do Sintex, do Conselho Participativo da Penha, do Núcleo de Convivência para Idosos Coração Materno, do Condomínio Jardim das Camélias, Conselho do CEO Parque do Carmo, Conselho Gestor da UBS do Jardim São Carlos, Conselho Gestor da AMA UBS da Água Rasa, Conselho Gestor do Jardim Pantanal, Conselho Gestor da Vila Mirante, Conselho Participativo da Vila Mariana e Conselho Participativo de Segurança do Paraíso, do Colégio Lumière Tatuapé, do Instituto Dom Diego, Assistentes Sociais e Usuários.

**4ª AP de revisão do PDE** – 7ª Audiência Pública (AP) Semipresencial da CSPSTM – Data – 03 de maio de 2023 – Tema: Desafios do Plano Diretor Estratégico para a Promoção Social da Saúde e da Mulher, com a presença do Vereador Aurélio Nomura, Vereador André Santos, Vereador Goulart.

Pela Sociedade Civil, participaram dois representantes de usuários do SUS.



**5ª AP de revisão do PDE – 8ª Audiência Pública Semipresencial da CSPSTM – Data 10 de maio de 2023 – Presença do Vereador André Santos e do Vereador e Relator George Hato. Com a presença de representante da Secretaria de Saúde Municipal – Assessoria da Área Técnica da Saúde da Mulher, da Coordenação da Atenção Básica. Como representantes da Sociedade Civil, Conselheiro Gestor dos Trabalhadores da UBS Vila das Mercês e Cidadão.**

## **Propostas apresentadas**

As propostas a seguir foram elencadas a partir das diversas manifestações dos representantes da Sociedade Civil e correlacionadas aos Artigos do PDE pertinentes. Foram considerados aspectos além de estrutura material na condensação das propostas, destacando-se o cumprimento do princípio da Equidade entre as regiões do município

### **Do Sistema de Infraestrutura**

Art. 199. O Sistema de Saneamento Ambiental é integrado pelos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem e de gestão integrada de resíduos sólidos e composto pelos serviços, equipamentos, infraestruturas e instalações operacionais e processos necessários para viabilizar:

Proposta de Inclusão

- 1. Garantir o esgotamento sanitário em regiões do município não contempladas no intuito de mitigar efeitos colaterais decorrentes das mudanças climáticas.**

### **Dos Objetivos e Diretrizes do Sistema de Mobilidade**

Art. 225. O Sistema de Mobilidade é definido como o conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, serviços, equipamentos, infraestruturas e instalações operacionais necessários à ampla mobilidade de pessoas e deslocamento de cargas pelo território municipal, visando garantir a qualidade dos serviços, a segurança e a proteção à saúde de todos os usuários, principalmente aqueles em condição de vulnerabilidade social, além de contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

Proposta de Inclusão

- 1. Realizar projetos de transporte e locomoção para melhoria da mobilidade urbana.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

2. Redimensionar o sistema de transporte considerando o aumento populacional e de usuários do sistema de transporte público, bem como a readequação das vias\corredores de transporte público já projetados elaborados
3. Concluir a construção de corredores de transporte para regiões distantes do centro da cidade.
4. Desenvolver Projeto de Integração viária que permita maior acesso a bairros que possuam barreiras de acesso como linhas de trens, com construção de passarelas, viadutos e outras passagens no intuito de facilitar a circulação de pessoas e veículos entre os bairros.
5. Abordar a questão da integração social na região leste de São Paulo visando à melhoria da mobilidade urbana e redução da degradação social nas áreas próximas à linha do trem.
6. Autorizar os motoristas dos transportes públicos municipais a parar fora dos pontos de ônibus para desembarque de idosos e pessoas com deficiência, quando solicitados.
7. Adequar malha de transporte público para facilitar acesso aos equipamentos de saúde.
8. Implementar o uso dos Transportes Escolares Gratuitos (TEGs) no deslocamento de crianças e adolescentes para áreas de lazer e cultura durante os finais de semana e feriados.
9. Aumentar os Transportes Escolares Gratuitos (TEGs) disponibilizados, enquanto estratégia para diminuir evasão e aumentar a frequência escolar e em outros cursos, com a finalidade de atender um maior número de crianças e adolescentes que necessitam deste serviço, e não são contemplados por causa da falta de vagas.
10. Viabilizar a transparência na alocação das vagas no sistema de Transportes Escolares Gratuitos (TEGs).

**Da Política de Habitação Social**

Art. 292. Os programas, ações e investimentos, públicos e privados, na Habitação devem ser orientados segundo as seguintes diretrizes:

XII – promover o atendimento habitacional na forma de prestação de serviço social e público às famílias em condições de vulnerabilidade ou risco social, incluindo as pessoas que ocupam logradouros e praças públicas;



Proposta de inclusão

1. Garantir o direito à moradia e a urbanização do território das ocupações, com infraestrutura, saneamento, tratamento de esgoto e água, preservando os cursos de água.
2. Atender as necessidades de habitação para a população de baixa renda.
3. Realizar Projetos Habitacionais, com a participação social, para as regiões e bairros.
4. Regularizar as habitações das áreas periféricas da cidade.
5. Realizar a Regularização Fundiária das ocupações e nos bairros.
6. Adequar a Regularização Fundiária para terrenos de menor metragem.
7. Destinar áreas públicas para construção de Unidades de Saúde, Creches e Moradia Social.
8. Realizar e tornar público levantamento de áreas públicas disponíveis da cidade para a destinação de construção de equipamentos próprios para a Saúde, Educação, Cultura e Esporte.
9. Elaborar e apresentar Projetos de Habitação para as Subprefeituras.
10. Construir habitações com oferta de infraestrutura de transporte e equipamentos sociais.
11. Construir praças e áreas de lazer nas comunidades.
12. Vincular o processo de aprovação e liberação de recursos para empreendimentos de Habitação de Interesse Social, assim como a aprovação de empreendimentos de Habitação de Mercado Popular, à instalação prévia da ampliação e adequação da estrutura de serviços básicos (sistema viário, iluminação pública, fornecimento de água e rede de coleta de esgoto sanitário) e de redimensionamento das redes públicas de educação, saúde, esporte, lazer e cultura baseada na estimativas do aporte de moradores na região.
13. Estabelecer cota de solidariedade de 20% destinada a Habitações de Interesse Social para empreendimentos imobiliários que superem área de 10mil m<sup>2</sup> de construção.
14. Fazer uso de tecnologias que impeçam a impermeabilização do solo, preservem o ambiente e garantam a sustentabilidade na construção de novas moradias.
15. Realizar remoções de famílias das áreas que são objeto de reintegração de posse, após o tempo que caracterize ocupação urbana, reconhecido o direito de acomodação em unidades de moradia definitiva junto programa habitacional oficial, somente quando as unidades habitacionais de moradia definitiva estiverem construídas e prontas para a uso.



16. Tornar obrigatória a instalação de hidrante de recalque junto a empreendimentos de HIS e instalação de tubulação seca, com hidrantes nos andares das edificações, a serem custeadas, como contrapartida, pelos novos investimentos / empreendimentos imobiliários.
17. Realizar Estudos ambientais aprofundados para a Regularização Fundiária.
18. Tornar transparente a fila de cadastramento da moradia em São Paulo, assim como o registro de necessidade de Unidade Habitacionais com constante atualização de número de moradias construídas e entregues.
19. Transformar áreas ociosas, áreas de venda irregular de terrenos e com degradação ambiental em zonas de interesse social.
20. Realizar a flexibilização fundiária em mananciais e área de proteção ambiental a partir de estudos ambientais e uso sustentável de áreas protegidas.
21. Recuperar os mananciais, Áreas de Preservação Permanente (APP) e recuperar áreas ambientais degradadas.
22. Fiscalizar e coibir a exploração imobiliária irregular de áreas ambientais e de áreas ambientais degradadas, principalmente as que foram objeto de reintegração de posse ou remoção de ocupantes.
23. Fiscalizar e coibir a exploração imobiliária de áreas ambientais degradadas
24. Aprovar, com a participação social, um Plano Municipal de Redução de áreas de risco.
25. Aprovar, com participação social, um Plano Municipal de Habitação.
26. Realizar Plano para o desenvolvimento de cada região, considerando especificidades ambientais e geográficas (avaliar tipo de indústria, empresas, moradias).
27. Fiscalizar a Observância da função social dos imóveis da cidade e dar publicidade às autuações e identificações de abandono no que diz respeito a sua manutenção, com vistas ao exercício do direito de preempção pelo poder público municipal.
28. Atuar proativamente no atendimento de pessoas em situação de rua e oferecer equipamentos de abrigo que possibilitem a sua permanência e respeitem a sua autonomia.

#### **Do Desenvolvimento Social e do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais**

Art. 305. As ações prioritárias no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são:

II – elaborar plano de articulação e integração das redes de equipamentos urbanos e sociais no território;

Proposta de inclusão



1. Articular Educação, Saúde e Promoção Social para disponibilizar serviços de psicologia e serviço social nas escolas do município para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, com o objetivo de agregar qualidade ao processo de aprendizado e formação social de estudantes, bem como à convivência escolar e à relação família-escola, integrando as equipes multidisciplinares na condição de profissionais da Educação;
2. Articular Promoção Social e Saúde para ofertar Residência Terapêutica para pessoas em situação de rua portadoras de grave sofrimento mental, com acionamento de Agentes Comunitários para encaminhamento a atendimento e avaliação no Sistema de Saúde Mental.
3. Articular e dar transparência às diferentes ações do governo municipal referente aos territórios objeto de ação de entes específicos do poder público municipal como setores de fiscalização, serviços (saúde, educação, promoção social, cultura) e as Subprefeituras.
4. Avançar na elaboração de Políticas Públicas Intersecretoriais contra o sedentarismo com articulação de diversas Secretarias Municipais (Saúde, Educação, Esportes, Meio Ambiente) na criação de Programa Integrado de Combate ao Sedentarismo.

VI – ampliar a rede de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e promover ações intersecretariais para a implementação de projetos e ações conjuntas;

Proposta de inclusão:

1. Efetivar a Ampliação da rede CRAS e CREA.

VIII – expandir a rede hospitalar e o número de leitos, inclusive por meio de adequação de hospitais municipais;

IX – expandir a rede dos demais equipamentos de saúde para realização de exames, atendimento ambulatorial, de especialidade es, ou de urgência e emergência;

Proposta de Inclusão

Com ênfase além da expansão de estruturas físicas, observando a estrutura da gestão:

1. Incremento da gestão administrativa própria (Gestão Direta da Administração – Secretaria Municipal de Saúde) dos equipamentos em saúde.
2. Fiscalização efetiva da gestão administrativa da rede conveniada e contratada (Organizações Sociais em Saúde e outros) em saúde.
3. Efetivação de políticas de valorização dos profissionais em saúde.



4. Prover equipamentos, recursos materiais e profissionais para funcionamento dos Hospitais Públicos, já instalados, em sua capacidade total.
5. Readequar e redimensionar os equipamentos em saúde regionais, com base em critérios populacionais e epidemiológicos.
6. Organizar e tornar transparente o sistema de Regulação.
7. Aumentar o número de Equipamentos de Assistência aos Idosos no Município de São Paulo e da capacidade de atendimento dos Núcleos de Convivência de Idosos, Centros de Referência da Cidadania dos Idosos, Centros Dia, Centros de Acolhida Especiais e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI).
8. Promover a melhoria das estruturas dos Equipamentos de Assistência aos Idosos já existentes.
9. Instalar Hospitais Públicos em regiões desassistidas.
10. Ampliar a Rede de UPAS 24 em regiões desassistidas.
11. Expandir o número de bases do SAMU em regiões periféricas, priorizando as áreas que vêm demandando maior necessidade de serviços de urgência, a fim de garantir um atendimento mais rápido e efetivo à população.
12. Ampliar a frota do SAMU para viabilizar maior número de atendimentos de urgência e em tempo mais curto de resposta aos munícipes.
13. Instalar novos equipamentos públicos de atendimento à saúde da mulher no município.
14. Instalar novos equipamentos públicos de saúde mental no município.
15. Construção de hospitais especializados em atendimento às vítimas de traumas nas regiões periféricas do município.
16. Adequar as Unidades de Saúde para cumprimento das normas de acessibilidade para pessoas com deficiência.
17. Implementar o sistema de Referência e Contrarreferência em saúde com articulação, registro e acompanhamento de paciente atendido em Unidades de Referência (Ambulatório de Especialidades Médicas e/ou Hospitalar) com observância de procedimentos gerados (solicitação de exames de maior complexidade), retorno e avaliação em tempo hábil.
18. Realizar mutirões para diminuir lista de espera em exames e especialidades.
19. Garantir vagas proporcionais nos estacionamento dos equipamentos de saúde para idosos e para pessoas com necessidades especiais.



XIII – expandir a rede de equipamentos esportivos;

Proposta de Inclusão

1. **Expandir a rede de Equipamentos Esportivos Culturais e de Lazer, priorizando regiões periféricas com ausência desses equipamentos, em busca de melhor qualidade na promoção da saúde mental.**
2. **Criar Centros Olímpicos em regiões periféricas.**

XXV – expandir a rede de Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – CRSANS;

XXVI – promover ações de educação voltadas à segurança alimentar e nutricional por meio de Escolas Estufa em todas as Subprefeituras, fortalecendo e integrando as iniciativas de hortas comunitárias e urbanas;

XXVII – ampliar as feiras orgânicas no território municipal, em especial nos parques;

XXVIII – ampliar os espaços para a comercialização de produtos orgânicos nos mercados, sacolões, feiras livres, praças e parques municipais.

Proposta de Inclusão

1. **Com ênfase às regiões periféricas que não acessam às políticas de Segurança Alimentar**
2. **Desenvolver projetos de construção e instalação de hortas urbanas enquanto espaço de geração de renda, autonomia feminina, garantia de segurança alimentar, educação e preservação do meio ambiente.**
3. **Incentivar a agricultura familiar nas regiões periféricas.**
4. **Construir Habitações de Interesse Social com obrigatoriedade de espaço para hortas.**

Art. 309. São ações estratégicas relativas à democratização da gestão das políticas sociais:

Proposta de Inclusão

1. **Fortalecer as instâncias de participação e de controle da sociedade civil sobre as políticas desenvolvidas no campo da saúde, com efetiva participação dos conselhos gestores em saúde nos processos decisórios nos diversos níveis de gestão.**
2. **Fortalecer a participação dos Conselhos Gestores com maior transparência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente na Gestão dos Parques Municipais.**
3. **Divulgar amplamente e ampliar os mecanismos de controle social, com ênfase no processo de prestação de contas da saúde.**



4. Divulgar e justificar amplamente todo Ato de representante do poder público municipal no que se refere à cidadãos diretamente impactados por ações de remoção, reintegração de posse ou demolição de obras civis em área "sob *judice*".
5. Ampliar e investir no processo de participação social no debate, construção e implantação de propostas, e avaliações de políticas e de planos de desenvolvimento (PDE).

#### **Do Plano de Bairro no Sistema de Planejamento**

Art. 351. O Plano de Bairro poderá conter, entre outras, propostas para melhorar:

- II – a oferta e o funcionamento de equipamentos urbanos e sociais de saúde, educação, cultura, esporte, lazer e assistência social, entre outros, adequados às necessidades dos moradores de cada bairro;
- VI – o sistema viário local e o controle de tráfego;
- VII – os espaços de uso público e as áreas verdes, de lazer e de convivência social;
- VIII – a conectividade entre os parques, praças e áreas verdes particulares;
- XIV – as condições para o desenvolvimento de atividades econômicas;
- XV – os espaços públicos adequados a encontros e à convivência social;
- XIX – medidas para tornar o sistema viário o mais propício e seguro possível para a circulação de bicicletas, além de prever um sistema cicloviário local, articulado com o sistema de transporte coletivo, áreas verdes e principais equipamentos urbanos e sociais.

Proposta de inclusão

1. **Adotar o conceito de polo gerador de risco - mapeamento de riscos regionais com avaliação das necessidades de reestruturação e/ou construção de sistema viário para livre circulação em caso de emergências e de equipamentos e serviços públicos locais – rede integral em Saúde (incluindo Urgência e Emergência e Atendimento Pré-Hospitalar – SAMU); Educação, Assistência Social, Cultura, Lazer), com a inclusão de equipamentos públicos de gestão estadual (Bombeiros).**
2. **Atrelar custos gerados para a adequação dos polos de risco como contrapartida de novos investimentos ou empreendimentos imobiliários.**
3. **Instalar e recuperar hidrantes em locais estratégicos, como por exemplo, próximos às habitações sociais, para viabilizar rapidez no combate aos incêndios.**
4. **Buscar aproximar as opções de moradia aos polos de maior oferta de trabalho, de lazer e cultura.**



Outras propostas foram realizadas, durante as Audiências Públicas, e estas estão relacionadas a gestão e articulação com outros níveis de competência administrativa (Estadual e Federal) e a outras legislações como, por exemplo, a Orçamentária.

#### Propostas

1. Promover campanhas educativas à população do município para prevenir comportamentos que geram incêndios.
2. Solicitar à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo o aumento do número de delegacias especializadas em atendimento à mulher que atendam 24 horas por dia na cidade de São Paulo.
3. Em atendimento à função social da cidade, no que concerne à Equidade Social, realizar Revisão Orçamentária referente aos aumentos do IPTU dos idosos uma vez que os aumentos dos salários dos aposentados não acompanham os aumentos de IPTU atuais.
4. Em atendimento à função social da cidade, no que concerne à Equidade Social, realizar Revisão de valores de multa de IPTU, adequando a proporcionalidade de renda, na regularização imobiliária para moradias de regiões periféricas.
5. Destinar 30% do Orçamento Municipal da Secretaria de Habitação para a Regularização Fundiária.
6. Alterar Coeficiente de aproveitamento de isenção de outorga onerosa para que os empreendedores possam desenvolver mais equipamentos públicos para a cidade.
7. Convergir a política habitacional para o a oferta de Habitação de Interesse Social junto a polos de maior oferta de trabalho e de lazer e cultura.
8. Incentivar a oferta de empregos nas regiões periféricas para diminuir tempo de deslocamento entre casa e trabalho.
9. Destinar 15% dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB, para aplicação em urbanização e regularização fundiária.
10. Subsidiar/financiar ou dar subvenção para assistência técnica de assessoria no processo de regularização fundiária de lotes e edificações reivindicados.
11. Encaminhar solicitação ao Governo do Estado de São Paulo para Democratizar as informações do Centro de Regulação de Ofertas e Serviços de Saúde – CROSS – sob gestão da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – SPDM, acerca de:
  - a. transparência a fila de espera de atendimentos e procedimentos;



- b. integrar as informações e as disponibilizar para a Rede Municipal de Saúde e Usuários do Sistema Único de Saúde;
  - c. priorização de atendimentos por gravidade de casos.
12. Encaminhar demanda ao Governo Federal – Ministério da Saúde – para revisão da Tabela SUS de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais.
13. Alteração de Zoneamento de áreas entorno de conglomerado de grandes hospitais para não prejudicar imóveis residências adjacentes.

### Propostas protocoladas

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher recebeu alguns documentos contendo propostas protocolados durante as Audiências Públicas realizadas e, um outro documento por via eletrônica.

O recebimento por e-mail ocorreu na data de 08 de maio de 2023, de documento protocolado na Presidência desta Edilidade, na forma de DOCREC de nº 263/2023<sup>6</sup>, com propostas do Movimento Pró- Pinheiros para a Revisão do Plano Diretor Estratégico. Após avaliação detalhada do Documento, observou-se que, apesar de haver referências às questões relativas às determinantes de Saúde, nenhuma das propostas eram efetivamente voltadas para este Setor, e sim portadoras de alterações de Lei de Zoneamento, Lei de Licenciamento Ambiental entre outras. Foram abordados, neste documento, entre outros, assuntos como:

1. **Impactos ambientais**
2. **Permeabilidade e vegetação urbana;**
3. **Termo de compromisso de ajustamento de conduta ambiental**
4. **Plano de Bairro**
5. **Cotas de Solidariedade**

No referido documento, podemos destacar, na Síntese do Seminário - *Plano Diretor Estratégico: Impactos e Transformações*, (realizado em 20 de março de 2023, com a participação de especialistas em urbanismo, moradores e ativistas dos movimentos sociais e, além de vereadores da casa, ex-vereadores que participaram do processo de aprovação do Plano Diretor em 2014 e representantes de conselhos municipais, acadêmicos das Universidades: USP, Mackenzie, Escola

<sup>6</sup> [DOCREC 261-23 Movimento Pró-Pinheiros - Propostas para a revisão do Plano Diretor Estratégico.pdf](#)



da Cidade e São Judas) as propostas implícitas e em termos mais amplos que também se relacionam ao processo histórico de urbanização da Cidade de São Paulo.

Propostas de inclusão

1. **Revisar a produção de Habitação de Interesse Social nos Eixos de estruturação de transformação – Cota de Solidariedade**, que previa induzir o adensamento populacional no entorno dos eixos de transporte público, a melhoria da mobilidade e diminuição da expansão urbana para as bordas da cidade. (com resultante de baixo número de unidades habitacionais de interesse social produzidas nestes locais e destruição dos bairros tradicionais e consolidados, geração de resíduos de demolição, poluição sonora e pluvial, redução da permeabilidade do solo, construção de unidade habitacionais que não atendem a população de baixa renda).
2. **Incorporar e regulamentar no PDE soluções baseadas na natureza**, repensando o sistema de drenagem (mitigação dos efeitos das Mudanças Climáticas, com risco de enchentes e inundações, pelo advento dos “Rios Verticais”, com prováveis chuvas de 600mm, crescente processo de impermeabilização do solo, perda de áreas verdes, processo de ocupação urbana de várzeas e leitos de córregos).
3. **Acabar com o desmatamento ilegal nas grandes áreas preservadas da cidade - nos Mananciais e na Cantareira.**
4. **Elaborar Projetos de Intervenção Urbana.**
5. **Abrir canais de participação da população com participação efetiva no processo decisório**, ou seja, os Conselhos Municipais precisam ter caráter deliberativo e as demandas da sociedade civil deve ser ouvida e considerada, assim como a inclusão das Universidades de Arquitetura e Urbanismo e sua contribuição científica enquanto centros de pesquisas e de produção de conhecimento, neste processo.
6. **Congelar as áreas verdes, impedindo a exploração imobiliária.**
7. **Projetar mecanismos de reserva e controle de consumo da água.**

Os documentos protocolados fisicamente foram elencados a seguir:

(Segue cópia dos originais anexo a este relatório).

- A. **Carta de Morador Denilson Martini**, com detalhamento de solicitação já contemplada na proposta de nº 13 – Outras propostas, acerca de mudança de zoneamento. (**Alteração de Zoneamento de áreas entorno de conglomerado de grandes hospitais para não prejudicar imóveis residências adjacentes**).



- B. Carta de Morador Laércio Fernandes, com demandas específicas ao Gabinete do Vereador Major Palumbo.
- C. Carta de Morador Marcelo Ferreira, com detalhamento de solicitação já contemplada nas diversas propostas relativas ao art. 225, **Dos Objetivos e Diretrizes do Sistema de Mobilidade**.
- D. Ofício de nº 10/2023 do Movimento de Regularização Fundiária e Urbanização, que apresentou propostas de alterações de diversos artigos do Plano Diretor Estratégico, todas relacionadas com maior detalhamento das propostas já citadas anteriormente no Art. 292, neste relatório. A seguir elencamos algumas destas:

#### **Do Plano Municipal de Habitação**

- 1. apresentar novo PL pelo executivo de acordo com revisão do plano diretor estratégico, no prazo máximo de 180 dias, após publicação do PDE, no qual, deverá compilar e reunir toda legislação sobre política habitacional no município, com conceitos, objetivos, diretrizes numa linguagem simples e de fácil compreensão, sob pena de ajuizamento de ação por improbidade do Chefe do Executivo.
- 2. Art. 292. Os programas, ações e investimentos, públicos e privados, na habitação devem ser orientados segundo as seguintes diretrizes:
  - a. priorizar a população de baixa renda, com renda máxima até 6 salários-mínimos, com garantia de subsídio para estas famílias
- 3. Art. 293. As ações prioritárias na habitação são:
  - a. revisar, compilar legislação em vigor e aprovar o plano municipal de habitação vigente, com base em processos participativos, no prazo de 12 (doze) meses, contados do início da vigência da revisão intermediária do plano diretor, e promover sua revisão, no mínimo, a cada 4 (quatro) anos;

#### **ZEIS**

- 1. Obrigatoriedade de destinação de parte das UHS ao grupo HIS 1(famílias até 3 s.m), no percentual mínimo de 60%, além do mais, PDE apresenta os percentuais mínimos e máximos de área construída total por usos residenciais e não residenciais em ZEIS, tanto para HIS 1e HIS 2, por este motivo, deverá ser retirado termo HMP.
- 2. Art. 44. As zonas especiais de interesse social (ZEIS), demarcadas nos mapas 4 e 4a, são porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e



- regularização fundiária de assentamentos precários é irregulares, bem como à provisão de novas habitações de interesse social - HIS 1 e HIS 2 a serem dotadas de equipamentos sociais, infraestruturas, áreas verdes e comércios e serviços locais, situadas na zona urbana
- a. §1º na provisão de novas habitações de interesse social, deverá ser garantido efetivamente, com devida fiscalização e monitoramento, destinação de 60% para habitação de interesse social na faixa 1, com renda até 3 salários mínimos.
3. Aumentar o número de áreas de ZEIS 1 e ZEIS 3 pela cidade, próximo a transporte de média e alta capacidade, como por exemplo, corredores de ônibus, linhas de metrô, monotrilho, CPTM, área central e centro expandido, com a devida correspondência de infraestrutura para devida densidade com famílias de baixo poder aquisitivo. Para isso poderá ser ampliada capacidade de coeficiente de aproveitamento máximo em EHIS para ca 6.
  4. Facilitar implantação de conselhos gestores nas áreas de ZEIS 1 e ZEIS 3 em núcleos urbanos consolidados para regularização fundiária, definir momento de implantação do conselho gestor, com clareza e objetividade, impondo prazo para isso de 180 dias, inclusive, *para indicação de membros pelo poder público, sob pena de crime de improbidade dos gestores*, podendo ser convocada instalação e eleição pelo ministério público e sociedade civil, deverá ser garantido a devida assistência técnica pela administração direta ou indireta ou mediante convênios ou parcerias.
  5. Maior fiscalização no uso das ZEIS que possam cumprir suas finalidades, como por exemplo, acesso famílias de baixa renda à moradia popular, principalmente, em locais de boa infraestrutura, aproximando o emprego da moradia e o direito à cidade.
  6. Revisão das áreas de ZEIS 4 ocupadas por núcleos urbanos consolidados na forma da lei de REUB do município, com estudo para transformação em ZEIS 1.

#### **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS)**

1. Plano Diretor deve focar em HIS e 2, para destinar incentivos fiscais e urbanísticos, além do subsídio direto a família de baixa renda ou até sem renda comprovada com dificuldade de crédito, com devido uso de cadastro de demanda habitacional da Cohab, com devida publicidade no Diário Oficial do Município da Cidade de São Paulo, no caso de irregularidade, pagamento de multa de 2% sobre valor venal de referência por cada unidade irregular.
2. Maior fiscalização e transparência no uso de áreas de ZEIS, principalmente com aperfeiçoamento das informações no licenciamento, com devida e objetiva classificação entre HIS 1e HIS ,2 tanto no início como no final da obra., com disponibilidade do sei na



- placa do empreendimento para devida fiscalização de toda sociedade sobre utilização, sem prejuízo do cruzamento de dados.
3. Garantir subsídio para HIS como política de habitação do município na lei orçamentária anual.
  4. Que empreendimentos de HIS alcance através da majoração da área construída computável adicional, um CA máximo de 6,0 na zona de eixo de estruturação da transformação urbana (ZEU), próximo de rede de transporte de média e alta capacidade. O adicional deverá ser usado exclusivamente para Empreendimentos de HIS 1e HIS 2
  5. Com intuito de atender famílias de baixa renda, deverá ser taxado limite mínimo em 45 metros quadrados de área construída útil, com 1 banheiro e 2 dormitórios em áreas de ZEIS para atendimento de HIS1 e 2.
  6. Eliminar do texto final de revisão a contra cobrança de outorga onerosa para HIS2, pois não atende o interesse público no atendimento habitação de interesse social.

#### **COTA DE SOLIDARIEDADE**

1. Reduzir linha de corte para terrenos com 01 mil metros quadrados, com escolha dos 20% a serem destinados em recursos para FUNDURB ou em unidades de HIS no terreno com escolha pela municipalidade, por meio do CMH. Isso poderá ampliar número de unidades de HIS disponíveis e prevalência do interesse público.
2. Modificar o texto da lei municipal 16.050/2014 que Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.
3. Art. 112. Os empreendimentos com área construída computável superior a 10.000m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados) ficam obrigados a destinar 20% (vinte por cento) da área construída computável para habitação de interesse social, sendo que deste percentual, deverá ser destinado no mínimo 60% (sessenta por cento) para atendimento de famílias com renda de até 3 (três salários-mínimos), de acordo com regulamentação definida nesta lei.

§ 2º alternativamente ao cumprimento da exigência estabelecida no "caput" deste artigo, desde que haja interesse do poder público, por meio de despacho fundamentado, além de destinação de 60% das HIS para famílias com renda até 3 salários-mínimos, poderá
4. produzir empreendimento de habitação de interesse social com no mínimo a mesma área construída exigida no "caput" desse artigo em outro terreno, desde que situado na macrozona de estruturação e qualificação urbana, excluída a macro área de redução da vulnerabilidade urbana e da macro área de estruturação metropolitana:



- a. doar terreno de valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da área total do terreno do empreendimento, calculado conforme cadastro de valor de terreno para fins de outorga onerosa, situado na macrozona de estruturação e qualificação urbana, excluída a macro área de redução da vulnerabilidade urbana da macro área de estruturação metropolitana;
  - b. depositar no fundo de desenvolvimento urbano - FUNDURB, em sua conta segregada para habitação de interesse social, 20% (vinte por cento) do valor da área total do terreno calculado conforme cadastro de valor de terreno para fins de outorga onerosa, destinado à aquisição de terreno ou subsídio para produção de HIS, preferencialmente em ZEIS 3
- § 5º a obrigação estabelecida no "caput" se estende aos empreendimentos com área construída computável inferior a 15.000m<sup>2</sup> (quinze mil metros quadrados),

### **OUTORGA ONEROSA**

1. Não pode ser alterada, com manutenção da regra atual para garantia de importante forte recursos para o FUNDURB., por consequência habitação de interesse social e regularização fundiária.

### **ÁREAS DE RISCO**

1. Nas remoções em áreas de risco deverá ser precedida de justificativa da impossibilidade da eliminação ou minimização do risco apontado. Ainda deverá a autoridade pública dá o pleno conhecimento aos moradores sobre o conteúdo do processo de remoção, conforme lei federal de regência. Deverá ainda garantir o atendimento habitacional provisório até o atendimento definitivo, preferencialmente, no Distrito ou na área da Subprefeitura do imóvel a ser desocupado, salvo impossibilidade em despacho devidamente fundamentado ou por opção do beneficiado.
2. Criar Conselho Municipal de acompanhamento de áreas de risco, de caráter deliberativo, consultivo e de assessoramento, com participação de membros do poder público, sociedade civil e técnicos.
3. Fixar prazo de 180 para consecução de plano municipal de redução de risco com medidas de habitação, assistência social e defesa civil em cooperação com a sociedade civil, com



audiências públicas com amplo acesso à informação em linguagem simples e de fácil compreensão (antes, durante e depois das audiências públicas).

### **MEDIAÇÃO DE CONFLITOS EM REMOÇÕES COLETIVAS**

1. Criar uma comissão de mediação e conciliação de conflitos fundiários, com indicação de 04 membros da sociedade civil indicados pelo conselho municipal de habitação 04 membros do poder publicam, sendo: secretaria municipal ed habitação, secretaria municipal de assistência e desenvolvimento social, secretaria municipal de segurança urbana e governo municipal, que seja consultivo e deliberativo.

### **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANIZAÇÃO**

1. Disponibilidade nos maiores recursos pelo FUNDURB, no mínimo 15% do total de recursos deste Fundo e maior celeridade na destinação de recursos para urbanização. Quanto o orçamento anual para habitação, deverá ser destinado anualmente para URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, *no mínimo 30%, com intuito de atendimento do déficit histórico em 750 mil famílias, conforme diagnóstico do PDE apresentado pela SMUL, podendo o PODER PÚBLICO fazer convênios, parcerias com universidades e agências internacionais de financiamento e cooperação.*
2. Garantia de crédito subsidiado para programa municipal de melhorias nas habitações populares, com uso de mão de obra local ou parcerias com associações comunitárias, cooperativas e universidades, com devida assistência técnica, com uso de materiais que não agridam o meio ambiente, com respeito legislação de resíduos sólidos.
3. Revisar o Plano Diretor em relação a REURB lei 13465/17 para devida harmonia com atual lei Municipal de REURB. Lei Municipal de regularização fundiária n° 17.734/202

### **ACESSO À INFORMAÇÃO DE FORMA CLARA, OBJETIVA, ATUALIZADA, EM LINGUAGEM DE FÁCIL COMPREENSÃO**

1. Criação de portal para devida transparência de cada empreendimento em 7EIS, regularização fundiária, habitação de interesse social, com informações objetivas, atualizadas, em linguagem de facial compreensão.
2. Atualizar, aprimorar, criar e publicizar continuamente os bancos de dados públicos, meios necessários para garantir a adequada avaliação e formulação de políticas, programas relações-públicas.



3. Garantir o livre acesso e linguagem acessível aos processos administrativos, excepcionalmente os documentos poderão ser restritos mediante despacho de autoridade competente.
4. O acesso à informação deve pautar-se pelo interesse público, direito à informação, controle social e gestão democrática, razoabilidade e proporcionalidade, nos termos do artigo 81 da lei orgânica do município.

### **QUALIDADES DOS EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS**

1. Prefeitura deverá, com participação da sociedade civil, desenvolver projetos de empreendimentos de habitação de interesse social que possam garantir: qualidade de vida, baixo valor de construção e manutenção, garantia de infraestrutura compatível com adensamento populacional com estudo de impacto na infraestrutura existente, programa de geração de emprego, renda, além de incentivo economia solidária, coleta seletiva de lixo, participação efetiva de associações e movimentos de moradia, no pé, durante e pós-obra, espaço de lazer e atividade física com devida acessibilidade.
2. PMSP, com participação da sociedade civil, deverá criar programa de incentivo a acessibilidade de empreendimentos de habitação de interesse social, inclusive com instalação de elevadores para isso poderá desenvolver parcerias com universidades e sociedade civil.
3. Fixar prazo de 180 para consecução de plano municipal de redução de risco com medidas de habitação, assistência social e defesa civil em cooperação com a sociedade civil, com audiências públicas.

### **IMPLEMENTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, JURÍDICA E SOCIAL (ATHIS)**

Tendo em vista omissão do poder público, fixar prazo de 180 dias para instituição e regulamentação de assistência técnica gratuita, jurídica e social (ATHIS) no município para atendimento de habitação de interesse social e REURB, com devido respeito da autonomia das associações comunitárias e movimentos sociais, obrigatoriedade de previsão orçamentária, com fundamentação pela falta de liquidação, com devido controle pela sociedade, mediante acesso à informação, clara, objetiva e transparente, assim, sugerimos seguinte redação:

1. Art. 171. Cabe à prefeitura diretamente ou por meio de convênios garantir assistência técnica, jurídica, urbanística e social gratuita à população, indivíduos, entidades, grupos comunitários e movimentos na área de habitação de interesse social e de agricultura familiar, buscando promover a inclusão social, jurídica, ambiental e urbanística da população de



baixa renda à cidade, na garantia da moradia digna e no reconhecimento dos serviços ambientais e sociais prestados pelos agricultores familiares, particularmente nas ações visando à regularização fundiária e qualificação dos assentamentos precários existentes e à regularização fundiária e ambiental dos imóveis urbanos e rurais.

§1º em cada subprefeitura da cidade de São Paulo, deverá ser instituído um núcleo com este propósito, no prazo máximo de 1 ano, a partir de publicação desta lei.

### **FUNDURB**

Autoridade responsável deverá apresentar justificativa de forma clara no conselho gestor do FUNDURB, sob pena de responsabilidade administrativa, pelo não cumprimento de metas no uso de recursos para atendimento de habitação de interesse social e REURB. Precisamos destinar mais recursos para urbanização e regularização de núcleos urbanos consolidados irregulares, assim, disponibilizamos seguinte proposta:

1. Art. 340. Os recursos arrecadados pelo FUNDURB deverão respeitar anualmente o limite de:
  - a. Ao menos 30% (trinta por cento) destinados para a aquisição de terrenos destinados à produção de habitação de interesse social, sendo que 60% da provisão habitacional deverá atender famílias com rendimentos até 3 salários-mínimos (HIS 1).
  - b. Ao menos 30% (trinta por cento) destinados à implantação dos sistemas de transporte público coletivo, cicloviário e de circulação de pedestres;
  - c. Ao menos 15% (quinze por cento) destinados a urbanização e regularização fundiária de núcleos urbanos informais consolidados no município de São Paulo, com devida assistência técnica prevista no artigo 171 desta lei.

### **AUXÍLIO ALUGUEL**

1. Deverá ser disciplinado por lei, com participação do CMH e sociedade civil, com prazo razoável para atendimento com moradia definitiva para famílias com vulnerabilidade social ou pessoal mulheres vítimas de agressão, idosos, pessoas com algum tipo de deficiência na forma da lei), cadastro de pessoas beneficiadas deverão constar de lista que deverá ser enviada semestralmente para o CMH para devida informação e fiscalização, no qual, deverá instituir critérios objetivos para prioridade no atendimento. O beneficiado do auxílio aluguel deverá justificar recusa ao atendimento definitivo oferecido pela administração direta ou



- indireta ou suas parcerias ou convênios estabelecidos pelo município, sob pena, de exclusão do benefício.
2. Garantia de atendimento às pessoas que toram desabrigadas por alguma obra pública de urbanização até o atendimento com moradia definitiva, no qual, também deverá apresentar devida justificativa plausível a recusa ao atendimento habitacional definitivo oferecido pela administração pública direta ou direta ou mediante parceria ou convênio.
  3. Mediante decreto deverá ser disciplinado hipóteses de justificativa plausível para recusa à atendimento definitivo.

#### **CMPU**

1. Mediante decreto deverá ser disciplinado hipóteses de justificativa plausível para recusa à atendimento definitivo.
2. Art. 327. O conselho municipal de política urbana - CMPU, órgão colegiado integrante da estrutura da secretaria municipal de desenvolvimento urbano, com caráter deliberativo, fiscalizador e consultivo tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da política municipal de desenvolvimento urbano, bem como acompanhar e avaliar sua execução, conforme dispõe a lei federal nº10.257, de 10 de julho de 2001.
3. Desenvolvimento urbano, tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da política municipal de desenvolvimento urbano, bem como acompanhar e avaliar sua execução, conforme dispõe a lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 201.
4. § 1º o CMPU será composto por 65 (sessenta e cinco) membros titulares e respectivos suplentes, representantes do poder público e da sociedade civil, organizados por segmentos, com direito a voz e voto, a saber: I- 26 (vinte e seis) membros representantes de órgãos do poder público indicados pelo prefeito, sendo no mínimo: a) 2 (dois) membros da secretaria municipal de desenvolvimento urbano; b) 8 (oito) membros das subprefeituras, um por macrorregião, de acordo com a divisão utilizada pelo executivo; I - 34 (trinta e quatro) membros da sociedade civil, distribuídos da seguinte forma: a) 8 (oito) membros oriundos do conselho participativo municipal ou do conselho de representantes, um de cada macrorregião, de acordo com a divisão utilizada pelo executivo; b) 4 (quatro) membros representantes dos movimentos de moradia; c) 4 (quatro) membros representantes de associações de bairros; d) 4 (quatro) membros representantes do setor empresarial, sendo no mínimo 1 (um) da indústria, 1 (um) do comércio e 1 (um) de serviços; e 1 (um) membro representante dos trabalhadores, por suas entidades sindicais; f ) 1 (um) membro de ongs; g) 1(um) membro de entidades profissionais; h) 2 (dois) membros de entidades acadêmicas



e de pesquisa; i) 2 (dois membros representantes de movimentos ambientalistas; j) 1 (um) membro representante de movimentos de mobilidade urbana; k) 1 (um) membro representante de movimentos culturais; l) 1 (um) membro representante de entidades religiosas; m) 1(um) membro escolhido dentre os representantes do conselho municipal do meio ambiente e desenvolvimento sustentável - CADES; n) 1 (um) membro eleito entre os representantes do conselho municipal de planejamento e orçamento participativos - pop82; o) 1(um) membro eleito entre os representantes do conselho municipal de trânsito e transporte - cmtt83; p) (um) membro eleito entre os representantes do conselho municipal de habitação - cmh84,9) 1 (um) membro do conselho municipal dos direitos da pessoa idosa; r-) 1(um)membro do conselho municipal da pessoa com deficiência; s-) 1 membro do conselho municipal dos povos indígenas de São Paulo (CMPI); t-) 1(um)membro do conselho municipal da criança e adolescente (CMDCA); u-) 1 (um) membro do conselho municipal de saúde.

5. Art. 329. Competem ao conselho municipal de política urbana, dentre outras, as seguintes atribuições:

- a. Acompanhar a execução da política de desenvolvimento urbano do município veiculada por intermédio do plano diretor estratégico;
- b. Debater e apresentar sugestões à proposta de alteração do plano diretor estratégico;
- c. debater e elaborar propostas de projetos de lei de interesse urbanístico e regulamentações decorrentes desta lei;
- d. apreciar deliberar sobre o relatório emitido pelo executivo com a indicação das ações prioritárias previstas no PDE e especialmente indicadas para execução no exercício do ano seguinte, identificando os programas passíveis de serem financiados pelo FUNDURB e indicando a necessidade de fontes complementares;
- e. após debate e deliberação encaminhar ao executivo ao final de cada gestão, para subsidiar a elaboração do programa de metas do próximo governo, memorial sugerindo prioridades no tocante à implantação do plano diretor estratégico
- f. debater e deliberar sobre as diretrizes para áreas públicas municipais;
- g. acompanhar a aplicação dos recursos arrecadados pelo FUNDURB;
- h. acompanhar e deliberar sobre a prestação de contas do FUNDURB
- i. Promover a articulação entre os conselhos setoriais. em especial dos conselhos de habitação (CMH), saneamento ambiental e infraestrutura (FMSAI)85, meio ambiente e desenvolvimento sustentável (CADES), trânsito e transportes (CMTT), patrimônio histórico, cultural e ambiental (CONPRESP), planejamento e orçamentos



- participativos (CPOP), além dos conselhos participativos municipais; x - encaminhar propostas e ações voltadas para o desenvolvimento urbano;
- j. encaminhar propostas aos órgãos municipais e conselhos gestores dos fundos públicos municipais com o objetivo de estimular a implementação das ações prioritárias contidas nesta lei por meio da integração territorial dos investimentos setoriais; XI - debater e apresentar sugestões às propostas de área de intervenção urbana e operação urbana; XIII - debater e deliberar sobre as parcerias público-privadas quando diretamente relacionadas com os instrumentos referentes à implementação do plano diretor estratégico;
- k. aprovar relatório anual e debater plano de trabalho para o ano subsequente de implementação dos instrumentos indutores da função social da propriedade, elaborado pelo executivo;
- l. Apreciar, discutir e deliberar sobre os planos de bairro. para envio para o executivo desde que tenham sido aprovados no respectivo conselho participativo municipal;
- m. elaborar e aprovar regimento interno.
- n. será garantido aos membros do CMPU, amplo acesso aos materiais e informações fornecidos e divulgados pela secretaria executiva do CMPU, com prazo mínimo de 10 dias de suas reuniões;
- o. convocar e participar na organização da conferência da cidade
- § 1º para cumprir suas atribuições, o CMPU obrigatoriamente receberá relatórios anuais de monitoramento da implementação do plano diretor estratégico, para análise, sugestões e suas deliberações produzidos pelo executivo ou elaborados sob sua coordenação, com detalhamento dos recursos e das respectivas aplicações realizadas no período.
- §2º caberá à secretaria municipal de desenvolvimento urbano proporcionar ao conselho municipal de política urbana condições para o seu pleno e regular funcionamento, dando-lhe suporte técnico, administrativo e financeiro, garantido a contratação de assessoria externa, quando necessário.

## USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

1. INSERIR NO QUADRO 1 – DAS DEFINIÇÕES, ANEXO VIII DA LEI XXXX



Complexo de Saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde: imóveis com edificações que apresentem atividade de saúde, educação em saúde ou pesquisa em saúde existentes até 31 de julho de 2014 e que sejam classificados nos grupos de atividades de grande porte - nR3-3, nR3-8 ou nR3-9, nos termos da Lei 16.402/16, ou outra que venha a substituí-la, situados em qualquer zona do território, exceto em SAPAVEL, passíveis de reconhecimento pela municipalidade mediante solicitação do interessado para aplicação de condições especiais de uso e ocupação do solo e incentivos estabelecidos pela presente lei.

Áreas envoltórias de complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde: são áreas envoltórias dos complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde, os imóveis contidos total ou parcialmente em faixa envoltória de 150 metros medida a partir dos limites dos complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde, reconhecidos pela municipalidade, sujeitos à aplicação de condições especiais de uso e ocupação do solo e incentivos estabelecidos pela presente lei, contanto que neles sejam instaladas atividades complementares aos complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde.

## 2. Criar Anexo IX – Quadro 2

A nota “b” do Quadro 2 anexo à Lei 16.050/14 passa a vigorar com a seguinte redação:

b) Os coeficientes de aproveitamento máximo poderão ser ultrapassados nas áreas de abrangência da Operação Urbana Centro e das Operações Urbanas Consorciadas e com a utilização dos benefícios estabelecidos pelos artigos 112, 114, 115 da Lei 16.402/16 ou outra que venha a substituí-la e nos empreendimentos que se beneficiarem de acréscimo da área computável obtido pela instalação de EHIS e EHMP, mediante pagamento da outorga onerosa do direito de construir nos termos do artigo 117 da Lei 16.050/14.

## 3. Criar Anexo X – Quadro 2A

A nota “c” do Quadro 2A, anexo à Lei 16.050/14, passa a vigorar com a seguinte redação:

c) Os coeficientes de aproveitamento máximo, o gabarito de altura da edificação e o número máximo de pavimentos poderão ser ultrapassados nas áreas de abrangência das operações urbanas consorciadas e com a utilização dos benefícios estabelecidos pelos artigos 112, 114, 115 da Lei 16.402/16 ou outra que venha a substituí-la e nos empreendimentos que se beneficiarem de acréscimo da área computável obtido pela instalação de EHIS e EHMP,



mediante pagamento da outorga onerosa do direito de construir nos termos do artigo 117 da Lei 16.050/14.

#### 4. INSERIR ART. XXX AO PL 127/2023:

Art. XXX, O artigo 371 da Lei 16.050/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 70 A. Ficam definidas condições especiais de uso e ocupação do solo aos complexos de saúde, educação e pesquisa em saúde existentes até 31 de julho de 2014 e às suas áreas envoltórias com o objetivo de regularizar, reformar ou construir novas edificações com a finalidade de suprir e complementar as necessidades de expansão dos complexos de saúde, educação e pesquisa em saúde existentes, reconhecidos pela municipalidade. § 1º São complexo de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde, passíveis de reconhecimento pela municipalidade, os imóveis com edificações com atividade comprovadamente existente em saúde, educação em saúde ou pesquisa em saúde classificados nos grupos de atividades de grande porte - nR3-3, nR3-8 ou nR3-9, nos termos da Lei 16.402/16 ou outra que venha a substituí-la, situados em qualquer área do município com exceção de imóveis contidos nas áreas integrantes do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres – SAPAVEL

§ 2º São áreas envoltórias dos complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde, os imóveis contidos total ou parcialmente em faixa envoltória de 150 metros medida a partir dos limites dos complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde reconhecidos pela municipalidade, sujeitos à aplicação de condições especiais de uso e ocupação do solo e incentivos estabelecidos pela presente lei, contanto que neles sejam instaladas atividades complementares aos complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde.

§ 3º Os complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde reconhecidos pela municipalidade, nos termos estabelecidos no caput deste artigo, e suas áreas envoltórias de 150m (cento e cinquenta metros) medidas a partir das suas divisas, estão sujeitos à aplicação de condições especiais de uso e ocupação do solo e incentivos para novas construções, regularizações ou reformas com ou sem ampliação de área construída e sem mudança de uso, independentemente da zona de uso onde estejam localizados, com



exceção de imóveis contidos nas áreas integrantes do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres – SAPAVEL, conforme a seguir definido:

I - serão aplicados os parâmetros de ocupação estabelecidos para a Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana - ZEU no Quadro 03 da Lei nº 16.402, de 2016, para os Complexos de Saúde, Educação em Saúde e Pesquisa em Saúde, assim como a majoração do coeficiente de aproveitamento máximo e da taxa de ocupação máxima definida para ZEU em até 50% (cinquenta por cento);

II - será admitida para as áreas envoltórias dos Complexos de Saúde, Educação em Saúde e Pesquisa em Saúde reconhecidos pela municipalidade, mediante pedido de instalação exclusivamente de atividades complementares aos referidos complexos de saúde, a majoração:

a) da taxa de ocupação máxima definida para a zona de uso em que o lote está inserido nos termos do Quadro 3 da Lei 16.402/16 em até 50% (cinquenta por cento);

b) do coeficiente de aproveitamento máximo, adicionado a 2, a partir do estabelecido pelo Quadro 3 da Lei 16.402/16 para a zona de uso em que o lote está inserido, independentemente de sua localização no território, com exceção de imóveis contidos em SAPAVEL.

d) do gabarito em até 50% daquele estabelecido para a zona de uso em que o lote está inserido a partir do Quadro 3 da Lei 16.402/16;

III – o direito de construção adicional acima do coeficiente de aproveitamento básico da zona, estabelecido pelo Quadro 3 da Lei 16.402/16 ou outra que venha a substituí-la, nos imóvel reconhecidos como complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde, bem como em suas áreas envoltórias, estará sujeito ao pagamento da outorga onerosa de potencial construtivo adicional, nos termos do artigo 117 da Lei 16.050/14, mesmo que estejam inseridos em perímetro de operação urbana ou operação urbana consorciada.

IV - ficam permitidos nas áreas envoltórias dos Complexos de Saúde, Educação em Saúde e Pesquisa em Saúde todos os usos relativos e complementares exclusivamente aos



complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde existentes, reconhecidos pela municipalidade;

V – fica permitida nas áreas envoltórias dos Complexos de Saúde, Educação em Saúde e Pesquisa em Saúde a anexação de lotes situados em quaisquer zonas de uso, inclusive distintas entre si;

§ 4º As condições de instalação estarão sujeitas ao disposto no Quadro 4A da Lei 16.402/16 ou outra que venha a substituí-la.

§ 5º Para fins de instrução do pedido, serão exigidos, no mínimo, os seguintes documentos:

I - planta com indicação dos imóveis com edificações que apresentem atividade que justifique o reconhecimento do complexo de saúde, educação em saúde ou pesquisa em saúde, existente até 31 de julho de 2014, contendo a demarcação do perímetro do complexo e de sua faixa envoltória de 150 metros;

II - cópia do IPTU, ou documento similar que comprove o número do contribuinte de cada imóvel e da respectiva atividade que justifique o reconhecimento do complexo existente;

IV - documentação que comprove o funcionamento das atividades de todos os imóveis que apresentem atividade que justifique o reconhecimento do complexo, por meio de, pelo menos, um dos seguintes documentos abaixo relacionados para cada imóvel ou conjunto de imóveis, no que couber:

a) documento expedido pela Prefeitura com permissão para atividade relacionada a serviço de saúde, educação em saúde ou pesquisa em saúde, como licença de funcionamento ou Alvará de Aprovação e Execução, ou Certificado de Regularização ou Certificado de Conclusão, independente de sua validade;

b) declaração emitida pelo órgão de ensino competente, informando autorização para funcionamento de atividade de educação em saúde e/ou pesquisa em saúde;



c) declaração emitida pelo órgão de saúde competente, informando autorização ou licença para funcionamento de atividade de prestação de serviço de saúde.

§ 6º O perímetro da faixa envoltória deverá ser contínuo, podendo abranger imóveis não contíguos, quadras fiscais adjacentes e imóveis parcialmente contidos na faixa, contanto que os acessos principais de pedestres e os acessos de autos estabelecidos em projeto estejam inseridos dentro do limite da faixa de 150m (cento e cinquenta metros), medidos a partir da demarcação do perímetro do complexo existente, reconhecido pela Prefeitura, sendo permitidos excepcionalmente acessos secundários de pedestres em testadas externas à faixa.

§ 7º A -SMUL/DEUSO poderá indicar perímetros de complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde que atendam às disposições deste artigo em consonância com as condições territoriais e urbanas.

§ 8º Os complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde reconhecidos pela Prefeitura, bem como suas áreas envoltórias, serão divulgados no site da SMUL na internet, descrevendo a relação de contribuintes integrantes passíveis da aplicação das condições especiais de uso e ocupação do solo e incentivos conforme § 3º deste artigo.

§ 9º. Os pedidos de utilização dos benefícios previstos no §3º deste artigo, nos incisos II, III e IV, a partir do reconhecimento pela SMUL de complexo de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde existente, poderão ser requeridos exclusivamente pelo(s) proprietário(s) ou operador dos complexos de saúde, educação e pesquisa em saúde existentes ou por terceiros mediante apresentação de declaração de anuência formal assinada pelo representante legal do complexo de saúde existente, com firma reconhecida.

§ 10º. Nos pedidos de alvará de obras novas, regularizações ou reformas nas áreas envoltórias dos complexos existentes, o requerente deverá apresentar juntamente com sua documentação:

i. O(s) CNPJ(s) dos proprietários do complexo existente, no caso de não ser o proprietário do imóvel;



ii. O instrumento jurídico firmado entre proprietário e operador do complexo existente, no caso de ser o operador do complexo existente;

iii. Declaração de Anuência do proprietário do complexo existente reconhecido pela Prefeitura, no caso do requerente tratar-se do operador ou de terceiros.

§ 11º. O potencial adicional de construção pleiteado a partir das condições estabelecidas por este instrumento regulamentado neste artigo, estará sujeito ao pagamento de outorga onerosa de potencial construtivo adicional, a partir do coeficiente de aproveitamento básico da zona ou daquele correspondente à edificação existente regular, nos termos estabelecidos por este Plano Diretor Estratégico, independentemente de sua localização no território.

## CONCLUSÃO

As propostas de alteração do Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo representam um passo importante na promoção da equidade, qualidade e acessibilidade nas áreas de saúde, assistência social, trabalho e geração de renda e na defesa da mulher. Essas alterações buscam garantir que os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, possam desfrutar de oportunidades iguais para o seu desenvolvimento pessoal e social.

Acolher e contemplar as demandas em saúde e a todos seus fatores determinantes e condicionantes - apontados pela Lei nº 8.800 de 19 de setembro de 1990 (Lei do SUS), sendo estes: a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais - é fundamental para o desenvolvimento humano e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao priorizar a expansão e a qualificação dos equipamentos públicos relacionados à saúde, o PDE compreende a importância desses aspectos para a promoção do bem-estar, a preservação da saúde e a qualidade de vida dos cidadãos. Além disso, essas propostas de alteração reforçam a ideia de que o planejamento urbano sustentável deve considerar todas as necessidades de todos os membros da sociedade, garantindo-lhes o acesso universal aos serviços públicos.

As propostas de alteração do PDE também visam promover a integração entre as políticas públicas de desenvolvimento urbano e a área da saúde. Essa abordagem integrada reconhece que

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo exige a articulação entre diferentes setores e políticas públicas. No entanto, ao estabelecer diretrizes e metas que incentivem a implantação de equipamentos públicos e comunitários em áreas de adensamento urbano mais vulneráveis, esse relatório busca atender as necessidades dos munícipes e promover a equidade no acesso aos serviços públicos, reforçando o compromisso de São Paulo com a construção de uma sociedade que valoriza e fomenta o desenvolvimento humano em sua totalidade.

Sala da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, em 15 de maio de 2023.

  
**Vereador GEORGE HATO**  
Sub-relator da Revisão do Plano Diretor Estratégico



## **COMISSÃO DE TRÂNSITO; TRANSPORTE; E ATIVIDADE ECONÔMICA**

### **RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI 127/2023, REVISÃO DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO, COM BASE NAS AUDIÊNCIA PÚBLICAS REALIZADAS PELA COMISSÃO DE TRÂNSITO; TRANSPORTE; E ATIVIDADE ECONÔMICA**

**2023**



## COMISSÃO DE TRÂNSITO; TRANSPORTE; E ATIVIDADE ECONÔMICA



**SENIVAL MOURA**   
Presidente



**ADILSON AMADEU**  
Vice-Presidente



**JOÃO JORGE**   
Membro e Sub Relator



**MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO**  
Membro



**CAMILO CRISTÓFARO**   
Membro



**RODOLFO DESPACHANTE**   
Membro



**DANILO DO POSTO DE SAÚDE**   
Membro



Este relatório apresenta as propostas da sociedade provenientes de audiências públicas para discussões do Projeto de Lei 127-2023 do Executivo que trata da revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, contido na Lei 16.050, de 31 de julho de 2014.

Para efeito deste relatório, a Lei nº 16.050/2014 – será denominada “PDE”, ao passo que o PL 127/2023 será denominado como “Revisão do PDE”.

A propositura foi recebida pela Câmara Municipal de São Paulo em 20 de março de 2023 e desde então tem sido discutida nas Comissões Permanentes de modo a promover a publicidade e fomentar a discussão pela população sobre o conteúdo da matéria. Conforme prevê o artigo 1º, a revisão consiste nos ajustes e adequações dos instrumentos da Política de Desenvolvimento Urbano regulados, visando ao alcance de seus objetivos até o ano de 2029.

O projeto foi inicialmente discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa e recebeu o Parecer pela Legalidade na Reunião Ordinária daquela comissão no dia 27 de março de 2023. Atualmente a propositura tramita na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e está em fase de apreciação pelas Comissões de Trânsito, Transporte, e Atividade Econômica, além dos demais colegiados em que a propositura foi designada.

Com foco nos temas de trânsito, transporte e atividade econômica evidenciados na revisão do PDE, a Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, realizou 3 audiências públicas com a sociedade civil e representantes de diferentes setores relacionados aos temas, a fim de colher subsídios para aprimorar a legislação em vigor e promover uma cidade mais justa, inclusiva, saudável e com melhor mobilidade.

Audiência Pública 1 – Penha, em 8 de maio de 2023

Audiência Pública 2 – Câmara Municipal de São Paulo, em 12 de maio de 2023

Audiência Pública 3 – CEU Jambuí, em 13 de maio de 2023

Em resumo, foram realizadas 57 propostas durante as Audiências Públicas mencionadas.

A Revisão do PDE reitera que o PDE tem como base os fundamentos expressos na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e na Lei Orgânica do Município de São Paulo de modo que considere o disposto nos planos e leis nacionais e estaduais relacionadas às políticas de desenvolvimento urbano, incluindo saneamento básico, habitação, mobilidade e ordenamento territorial, e à política de meio ambiente. Todavia, é oportuno informar que a “Revisão do PDE” adiciona



redação visando determinar que a aplicação da norma será orientada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como pelas ações para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em conformidade com acordos internacionais.

Além disso, cabe citar que o "PDE", atualmente responsável pelo papel de orientar o planejamento urbano municipal respeitando o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e o Plano de Metas, a partir de sua revisão, prevê a participação adicional do "Plano de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030" nessa estrutura orientadora.

Nesse sentido, ao artigo 4º é incluído o parágrafo 3º onde: A aplicação desta lei será orientada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como pelas ações para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em conformidade com acordos internacionais." (NR). Determina assim expressamente no texto da lei os 17 ODS da Agenda 2030 e as ações para o enfrentamento das mudanças climáticas como orientadores da aplicação da lei do Plano Diretor Estratégico.

Cabe citar que nesta Comissão, cujo mérito trata dos assuntos relacionados ao trânsito, transporte e atividade econômica teremos grande impacto nos seguintes ODS:

ODS 1 – Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

ODS 4 – Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao

ODS 7 – Energia limpa e acessível: garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

*ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.*

*ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura: construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.*



*ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.*

*ODS 12 – Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.*

*ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.*

*ODS 15 – Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.*

*ODS 17 – Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.*

No artigo nº 89 referente aos instrumentos de política urbana e gestão ambiental que serão utilizados para a efetivação dos princípios e objetivos deste Plano Diretor Estratégico, fica criado o parágrafo 2º: A utilização dos instrumentos de política urbana e gestão ambiental deverá evitar o uso de soluções que causem desequilíbrio nos ecossistemas naturais levando a um ponto de não retorno e adotar medidas de não arrependimento, em consonância com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima.” (NR); sendo a justificativa: O Plano Municipal de Mudanças climáticas, que se orientou, dentre outros, pelo Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, trata da diretriz de não se atingir pontos de não retorno (limiar crítico onde não será mais possível reverter os danos causados pelas mudanças climáticas) e da adoção de medidas de não arrependimento (medidas de adaptação urbana às mudanças climáticas). A alteração tem objetivo de reforçar essas diretrizes, por meio de sua inclusão na Lei do Plano Diretor, abordando expressamente as soluções decorrentes da aplicação dos instrumentos de política urbana e gestão ambiental.

Na política do sistema de mobilidade fica acrescentando o artigo 236-A O Executivo deverá elaborar o Plano Municipal de Rotas Acessíveis, de forma participativa e respeitando as normas vigentes, de modo a:

- I – Apontar e priorizar ações e áreas de intervenção em equipamentos, sistema de transporte público, passeios públicos e a demarcação de vagas exclusivas;
- II – Integrar equipamentos públicos e privados de interesse, bem como centralidades comerciais, culturais, dentre outras, com redes de transporte público, bem como com vagas exclusivas;



III – prever, para áreas de interesse cultural, turístico, ou de outra relevância, a implantação de sinalização, planos e mapas acessíveis;

VI – Priorizar soluções que abranjam o maior público possível, considerando todos os tipos de deficiência.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Rotas acessíveis deverá ser debatido pelo órgão colegiado municipal de acessibilidade” (NR).

Em suma, o Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo reconhece a importância da mobilidade urbana, da economia e do trânsito para o desenvolvimento urbano e humano, estabelecendo diretrizes para a promoção e valorização desses pilares fundamentais da sociedade e se comprometendo os objetivos determinados pela ONU, através dos ODS.

Os Artigos 225 e 226 do PDE fazem menção aos objetivos, diretrizes e componentes do Sistema de Mobilidade, que se define como o conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, serviços, equipamentos, infraestruturas e instalações operacionais necessários à ampla mobilidade de pessoas e deslocamento de cargas pelo território municipal, visando garantir a qualidade dos serviços, a segurança e a proteção à saúde de todos os usuários, principalmente aqueles em condição de vulnerabilidade social, além de contribuir para a mitigação das mudanças climáticas. Os componentes são o sistema viário; o sistema de circulação de pedestres; o sistema de transporte coletivo público; o sistema de transporte coletivo privado; o sistema cicloviário; o sistema hidroviário; o sistema de logística e transporte de carga; e o sistema aeroviário. Por sua vez, os artigos 227 e 228 tratam dos objetivos e das prioridades aos programas, ações e investimentos, públicos e privados do Sistema de Mobilidade.

Cabe destacar no âmbito da mobilidade, a inserção dos itens abaixo:

- Plano Municipal Hidroviário, que deverá considerar e compatibilizar suas ações com os Planos Municipais de Mobilidade Urbana, de Saneamento Ambiental Integrado, de Drenagem e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
- Plano Municipal de Rotas Acessíveis, de forma participativa e respeitando as normas vigentes, de modo a apontar e priorizar ações e áreas de intervenção em equipamentos, sistema de transporte público, passeios públicos e a demarcação de vagas exclusivas; a integração de equipamentos públicos e privados de interesse, bem como centralidades comerciais, culturais, dentre outras, com redes de transporte público, bem como com vagas exclusivas;



### Resumo das Propostas realizadas nas Audiências Públicas

|    |                                                                                                                                                                                             |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1  | Implantação de cursos profissionalizantes para adolescentes                                                                                                                                 |
| 2  | Instalação de parques lineares na região de Guaianazes, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes                                                                                                   |
| 3  | Inserção de programas de combate à aporofobia                                                                                                                                               |
| 4  | Obras de continuidade da Radial Leste                                                                                                                                                       |
| 5  | Tratamento especial para distritos limítrofes a outros municípios, com articulação metropolitana                                                                                            |
| 6  | Instalação de parques lineares na região de Guaianazes, Itaim Paulista, e Cidade Tiradentes                                                                                                 |
| 7  | Duplicação da Avenida Ragueb Chofi                                                                                                                                                          |
| 8  | Instalação de indústrias na região de Guaianazes, Itaim Paulista, e Cidade Tiradentes                                                                                                       |
| 9  | Oferta de transporte de alta capacidade até Cidade Tiradentes                                                                                                                               |
| 10 | Melhoria de mobilidade para região de Guaianazes, Itaim Paulista, e Cidade Tiradentes, inclusive ligação com o Terminal Parque Dom Pedro                                                    |
| 11 | Previsão de PIU para região de Guaianazes, Itaim Paulista, e Cidade Tiradentes                                                                                                              |
| 12 | Previsão de ações de prevenção de danos nas obras e serviços de oferta de água e coleta de esgoto caso a SABESP seja privatizada                                                            |
| 13 | Construção de postos de saúde que acompanhe o crescimento da construção de condomínios na região de Guaianazes, Itaim Paulista, e Cidade Tiradentes                                         |
| 14 | Melhoria da mobilidade na Estrada do Lajeado                                                                                                                                                |
| 15 | Implantação de Parque Linear entre Estrada do Lajeado e Dom João Neri                                                                                                                       |
| 16 | Ampliação dos programas de regularização fundiária                                                                                                                                          |
| 17 | Oferta de transportecoletivo que ligue o Terminal Parque Dom Pedro ao Jardim Iguatemi e Itaquera                                                                                            |
| 18 | Oferta de transporte público aos finais de semana no Itaim Paulista                                                                                                                         |
| 19 | Ampliação da instalação de equipamentos da GCM no Itaim Paulista                                                                                                                            |
| 20 | Melhoria da oferta de sinal de telefonia celular na região de Guaianazes, Itaim Paulista, e Cidade Tiradentes                                                                               |
| 21 | Duplicação da Rua Professor Cosme Deodato Tadeu                                                                                                                                             |
| 22 | Oferecer orçamento para que SEHAB em casos de existência de processo administrativo para regularização urbano-fundiária, execute obras de infraestrutura, como colocação de guia e sarjeta. |
| 23 | Melhoria dos mecanismos de combate às enchentes                                                                                                                                             |
| 24 | Duplicação da ponte Armelindo Cumbica (Cangaíba e Ermelino Matarazzo), pois a mesma está saturada                                                                                           |
| 25 | Linha de ônibus da Av. Boturussu até o parque Dom Pedro II.                                                                                                                                 |
| 26 | Criação de uma linha intermunicipal que passe pela av. Cangaíba e vai até Guarulhos.                                                                                                        |
| 27 | Preservação do Largo do Rosário                                                                                                                                                             |
| 28 | Mitigar o impacto de futuros empreendimentos imobiliários na região da Penha                                                                                                                |
| 29 | Preservação do patrimônio histórico e cultural do bairro da Penha                                                                                                                           |



|    |                                                                                                                                                                                                                                |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 30 | Ampliação das obras viárias para melhoria da mobilidade urbana na região da Penha                                                                                                                                              |
| 31 | Realização de investimentos e alocação de recursos orçamentários públicos para o desenvolvimento da região da Penha                                                                                                            |
| 32 | Intensificar a fiscalização dos órgãos públicos de trânsito na região da Penha                                                                                                                                                 |
| 33 | Intensificar a fiscalização dos órgãos de posturas na região da Penha                                                                                                                                                          |
| 34 | Intensificar a fiscalização dos órgãos de proteção ambiental na Penha                                                                                                                                                          |
| 35 | Preservar áreas verdes, praças e imóveis locais com base no direito à integridade do patrimônio histórico e cultural do bairro da Penha                                                                                        |
| 36 | Ação do poder público de casos de ocupação irregular de áreas públicas e de invasão e desrespeito à propriedade privada, o aumento do número de favelas, cortiços e de construções civis irregulares também devem ser cuidados |
| 37 | A questão da habitação de interesse social - HIS, sua necessidade, seus impactos e consequências negativas, bem como o emprego perto de casa                                                                                   |
| 38 | Ampliar oferta de garagens nas novas edificações                                                                                                                                                                               |
| 39 | Oferecer transportes público com boa qualidade e eficientes                                                                                                                                                                    |
| 40 | Necessidade de mecanismos de desenvolvimento na região de Cangaíba                                                                                                                                                             |
| 41 | Duplicação da pista/ ponte ermellino/cumbica                                                                                                                                                                                   |
| 42 | Ampliação de oferta de equipamentos públicos para Cangaíba                                                                                                                                                                     |
| 43 | Segunda pista para o Viaduto Aricanduva                                                                                                                                                                                        |
| 44 | Melhoria na oferta de serviços oferecidos pelo TEG na Vila Nanci                                                                                                                                                               |
| 45 | Preservação do patrimônio histórico cultural da Penha                                                                                                                                                                          |
| 46 | Políticas de atração e manutenção da população na Penha                                                                                                                                                                        |
| 47 | Políticas de geração de emprego e renda para os habitantes locais na Penha                                                                                                                                                     |
| 48 | Construção de alça do Viaduto Aricanduva para a Penha                                                                                                                                                                          |
| 49 | Oferta de falta de praças e estacionamentos que acompanhe a verticalização do bairro                                                                                                                                           |
| 50 | Revitalização do Largo do Rosário                                                                                                                                                                                              |
| 51 | Construção de alça de ligação entre Itaquera/Aricanduva                                                                                                                                                                        |
| 52 | Reformular política de HIS, sem vaga de garagens de estacionamentos, sem recuos nos prédios                                                                                                                                    |
| 53 | Melhoria da fiscalização pela CET                                                                                                                                                                                              |
| 54 | Políticas de combate à deterioração do entorno do bairro - som alto                                                                                                                                                            |
| 55 | Políticas de combate à deterioração do entorno do bairro - aumento de moradias irregulares                                                                                                                                     |
| 56 | Políticas de combate à deterioração do entorno do bairro - descumprimento de posturas municipais                                                                                                                               |
| 57 | Políticas de combate à deterioração do entorno do bairro - moradias em viadutos, com riscos de incêndios                                                                                                                       |





**Audiência Pública da Revisão Plano Diretor Estratégico para discussão do Projeto de Lei 127-2023 do Executivo que trata da revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.**

**Realizada na Sede da Associação Comercial de São Paulo Distrital Penha, localizada na Av. Gabriela Mistral 199 em 08/05/2023.**

Com foco nos temas de trânsito, transporte e atividade econômica evidenciados na revisão do PDE, a Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, realizou essa audiência pública com a sociedade civil e representantes de diferentes setores relacionados aos temas, a fim de colher subsídios para aprimorar a legislação em vigor visando promover uma cidade mais justa, inclusiva, saudável, com melhor mobilidade urbana e maior desenvolvimento sócioeconômico.

Assim, o objetivo do presente relatório trazer informações sobre a audiência pública que possam facilitar o entendimento das principais demandas apresentadas por aqueles que dela participaram. Com essa finalidade, dividiu-se o trabalho em 2 (duas) partes. Na primeira, apresenta-se um breve resumo dos principais temas debatidos. Em seguida, confecciona-se uma breve síntese das falas dos participantes da audiência.

**Breve Resumo da Audiência**

Relatório Final da Audiência Pública para a Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo: Foco nas Demandas Locais da região da Penha.

No evento, os cidadãos do Bairro da Penha, Cangaíba, Vila Matilde e adjacências, região localizada na Zona Leste de São Paulo, expressaram suas demandas e preocupações em relação ao desenvolvimento e futuro do seu bairro. O encontro foi convocado para coletar contribuições da comunidade para a revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) do município de São Paulo, projeto de lei 127/2023.

**Participação de autoridades e técnicos**

A audiência pública foi presidida pelo Vereador João Jorge que compôs a mesa com o Vereador Gilson Barreto, com o Sr. Flávio Sol - subprefeito da Penha, o Sr. Roberto Pires diretor da Associação Comercial Distrital da Penha, Sr. Marcos Gusmão representando o Presidente da CMSP - Vereador Milton Leite, o Secretário Adjunto da SMUL, Sr. Armênio e o Sr. Tales Moraes arquiteto da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento que iniciou a audiência com uma apresentação acerca das etapas processo participativo e o projeto de lei para revisão do PDE elaborado pela SMUL.

**Participação dos presentes**

A audiência pública tem como objetivo principal promover a participação popular no processo de definição do planejamento urbano da cidade. Neste sentido, a participação ativa dos cidadãos da Penha foi considerada fundamental para traçar os rumos do PDE.



Entre os temas abordados, destacam-se questões como a moradia e o adensamento populacional, mobilidade urbana, a preservação ambiental a necessidade, o impacto e consequências da habitação de interesse social e popular e a regulamentação da urbanização – lei de zoneamento, a importância de manter a qualidade de vida dos residentes, melhorar a mobilidade urbana, o saneamento ambiental e o despejo de resíduos sólidos, preservação do meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural também foram enfatizados.

### **Prioridades e Demandas da Região da Penha**

Dentre os temas que foram apresentados e discutidos na audiência, destacam-se: **a preservação do Largo do Rosário**, a necessidade de **mitigar o impacto de futuros empreendimentos imobiliários na região** e os impactos negativos e positivos da implantação de habitações sociais e respeito e integração a lei do zoneamento.

Houve também um forte apelo para o resgate do desenvolvimento econômico social com a **preservação do patrimônio histórico e cultural do bairro** e evidenciado a necessidade de **obras viárias para melhoria da mobilidade urbana**. Foram apontados a falta de fiscalização dos órgãos públicos de trânsito, de posturas e proteção ambiental.

### **Desafios e Compromissos**

**No entanto, alguns desafios foram identificados. Entre eles, a preservação das áreas verdes, a preservação de praças e imóveis locais com base no direito à integridade do patrimônio histórico e cultural do bairro. A realização de investimentos e alocação de recursos orçamentários públicos para o desenvolvimento da região foram demandados. O tratamento pelo poder público de casos de ocupação irregular de áreas públicas e de invasão e desrespeito à propriedade privada, o aumento do número de favelas, cortiços e de construções civis irregulares também devem ser cuidados.**

Além disso, a política pública do PDE de adensamento de moradias, **a questão da habitação de interesse social - HIS, sua necessidade, seus impactos e consequências negativas, bem como o emprego perto de casa** foram considerados como os grandes desafios a ser enfrentados.

A falta de garagens nas novas edificações, a carência de transportes público com boa qualidade e eficientes também foram expostos e necessitam ser melhor equacionados com urgência.

Por outro lado, a audiência também trouxe à tona o compromisso dos vereadores e da administração pública com o PDE e o desenvolvimento da Penha, demonstrando a importância dada pelos legisladores à participação popular nas discussões sobre o futuro de São Paulo.

### **Conclusão**

Em suma, a audiência pública para a revisão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo com foco nas demandas locais da Penha e arredores foi um importante exercício de democracia participativa. A participação ativa dos cidadãos, expressando suas



preocupações, necessidades e expectativas para o futuro da sua região, será fundamental para a definição do PDE.

#### **Resumo das falas:**

O **Vereador João Jorge** iniciou os trabalhos e presidiu o evento, conduzindo a discussão acerca do PL 127/2023, referente à revisão do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo, evidenciando a importância da participação da população em especial da região da Penha, Cangaíba, Vila Matilde e região apresentou diversas considerações durante o desenvolvimento dos trabalhos. Concluiu sua participação apontando as cobranças acerca da zeladoria que frequentemente faz ao Executivo, Apontou que muita coisa está sendo feita e que equacionou com o Prefeito Ricardo Nunes a questão do BRT da Radial Leste e do BRT que vai do entroncamento do Aricanduva até São Mateus, produzindo melhorias no transporte da região. Disse que o bairro tem que se desenvolver a exemplo da Itália e de outros bairros de São Paulo que aprenderam conviver com o desenvolvimento e a preservação do patrimônio histórico. Afirmou ainda que o pontapé inicial tinha sido dado e que os participantes da audiência presenciariam novamente o desenvolvimento da Penha e que todos poderiam contar ele para isso.

**Tales Moraes**, arquiteto da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, iniciou com uma apresentação acerca das etapas processo participativo e o projeto de lei para revisão do PDE elaborado pela SMUL.

**Armênio**, Secretário Adjunto da SMUL da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento que explanou sobre o que é o PDE, sobre o projeto proposto e encaminhado para a CMSP, suas diretrizes e ajustes necessários, sobre o adensamento habitacional, a ocupação racional e sustentável na cidade.

**Ivanildo França**, líder comunitário, morador do Cangaíba evidenciou as vulnerabilidades e carências da região e a necessidade de desenvolvimento da região falta comércio varejista (Mc Donalds, Magazine Luiza, etc...), de delegacia de polícia, de capes infantil, hospital, CRAS, de linha ônibus intermunicipal de ônibus, Cangaíba para Guarulhos, de uma linha de ônibus para São Miguel e da duplicação da pista/ ponte ermellino/cumbica

**Osni Pandori**, coordenador conselho participativo, explanou sobre a necessidades de solucionar problemas de mobilidade urbana que afetam a região, em especial o acesso e saída do bairro que se dá por debaixo de duas pontes pela marginal ou por uma outra rua e afirmou que há demora para o deslocamento no bairro. Quanto a atividade econômica: evidenciou que há uma verba orçamentaria pública de 200milhoes para obras para cada distrito. Que se faz necessário movimentar o comércio e fixar o consumidor no bairro. Afirmou que a penha não precisa de mais moradias, precisa de atividade econômica mais desenvolvida e comércio mais fortalecido de forma a fixar os consumidores na região. Encaminhou ao subprefeito Flávio Sol, documento dando conta que foi indicado pelo conselho participativo ao prefeito uma verba de 6 milhões para ser usada para restauração



do largo do Rosário, na primeira casa de alvenaria da Penha, no pontilhão da Penha para transforma-lo num portal.

**Vereador Gilson Barreto** destacou a importância do poder executivo em promover o desenvolvimento da zona leste de São Paulo. Quanto ao plano diretor e a lei do zoneamento temos que escrever: “o que temos e o que queremos”, e tem que haver uma interligação entre essas normas. Afirmou que deveria ser enfatizado “o que temos e o que queremos” num espectro mais amplo da cidade e que se fosse o caso fosse reivindicar algo seria a segunda pista do Viaduto Aricanduva.

**Júlio Aparecido Lisardo**, presidente da Associação 4 irmãos da Vila Nanci, reclamou sobre o cadastro no TEG e alta demanda da população pelos serviços e apontou o sentimento de medo e insegurança dos pais e usuários das creches.

**Jose Franciso Folco** representante do Memorial Penha de França apontou a necessidade de se cuidar da preservação do patrimônio histórico cultural da Penha e o cuidado com a degradação do ambiente ocasionado pela favelização do entorno do bairro e defendeu a geração de emprego e renda para os habitantes locais.

**Cacilda Pinheiro**, aposentada, perguntou por que a penha é tão abandonada, por que os prédios estão abandonados, porque os moradores estão abandonando a Penha. Externou sua preocupação com os tipos de habitação, o fechamento de lojas e comercio, que faltam construções prédios de boa qualidade.

**Luis Carlos Picone**, representante do Clube da Penha, apontou que houve uma involução comercial no bairro, que 10% do comércio de São Paulo era realizado na Penha e entorno, que no passado todos moravam e trabalhavam na Penha, hoje está faltando empreendimento para o Bairro, falta negócios e pensa na fixação do penhense no bairro na geração de emprego e renda no local. Afirmou que a lei de zoneamento e o tombamento precisa ser mudada sem perder a essência histórica do bairro. Lembrou da necessidade alça do Viaduto Aricanduva e concluiu dizendo: “o que nós queremos é crescer, manter a história, empreender e fixar no penhense no seu bairro, mas sem perder a nossa essência”.

**Dalva de Souza**, conselheira tutelar, moradora na comunidade da Caixa D'água reivindicou um ecoponto e apontou o descarte de lixo no bairro por veículos vindo de outras regiões.

**Isac Neco**, representante da Casa Civil da PMSP, disse que atuaria mais próximo da região e manifestou apoio aos trabalhos desenvolvidos pelo Executivo.

**Geraldo de Paiva**, representante do conselho Federal de Educadores e Pedagogos, apontou preocupação com a mobilidade urbana e também com verticalização das edificações e a falta de praças e estacionamentos e que o problema tem sido agravado pela nova quantidade de prédios de apartamentos construídos sem vagas de garagem e o aumento da demanda por estacionar os veículos nas ruas.

**Paulo Aguiar**, da revista City Penha, reiterou a necessidade do desenvolvimento econômico, social e urbano do bairro exemplificando a ideia de revitalização do Largo do



Rosário e a necessidade de geração de emprego renda e fortalecimento do comércio local e apontou a necessidade para evitar que os imóveis fiquem abandonados e deteriorados.

**Francisco de Assis G Leite.** Reiterou as necessidades de melhorias nas vias públicas (Alça de ligação entre Itaquera/Aricanduva). Lembrou do Rotary Tomógrafo de Inhocuné.

**Angela Maria Calabria,** ratificou algumas das posições manifestadas anteriormente, criticou: a política de adensamento do secretário adjunto da SMUL e que HIS, sem vaga, sem recuo, paredão de 10 metros, não respeitam recuo, sem garagem carro na rua nas imediações. Afirmou que lei tem que ser mudada e respeitado os recuos, área verde e o projeto construtivo. Lembrou do antigo problema em solucionar o problema de acesso do viaduto Aricanduva e apontou o problema de inobservância à proteção do patrimônio histórico cultural.

**Rosemeire de Oliveira.** Apontou o problema da dificuldade de vender seu imóvel, falta de incentivo para se manter morando na penha por causa da deterioração do entorno do bairro, relatou problemas com bailes funks, cortiços pelo aumento do número de favelas, pelos tipos de construções executadas, moradia em baixo de viadutos com incêndios e lixo, invasões de propriedades faixas de ônibus não são respeitados, **pois falta fiscalização CET.**

**Jhony Soares** defendeu mais moradias, mais prédios e desenvolvimento para Penha e pediu apoio do poder público.

**Flávio Sol,** subprefeito da Penha, falou de uma visita do prefeito Ricardo Nunes à Penha no dia 12/05/2023 e destacou as ações administrativas de sua gestão na Subprefeitura e esclareceu aos presentes sobre pontos de obras e iniciativas que estão sendo feitas na sua gestão, colocando a subprefeitura à disposição de todos.

**Roberto Pires,** diretor da Associação Comercial Distrital da Penha, fez agradecimento aos organizadores do evento e destacou a importância e o papel da Associação Comercial em vivenciar a dinâmica que é o chamado para da comunidade para discutir as necessidades e os assuntos de interesse da comunidade local, que devemos afastar o “bairrismo”, e que diversidade de ações promovidas na comunidade devem reverter em bem estar para todos. Disse que a Penha precisa ter todas as classes sociais (A, B, C, D e E) para o crescimento econômico e que a Penha já foi o maior centro comercial da zona leste e muito mais pujante, afirmou também que deve perder o discurso que deve prevalecer a “minha vontade” e que prevalecer a integração dos diversos interesses da comunidade: cultural e desenvolvimento.

**Marcos Gusmão,** representante do presidente da CMSP, defendeu que a grande maioria dos comentários já estão sendo tratados após o envio do PDE e do Zoneamento que vão acontecer simultaneamente neste primeiro semestre e que a ideia é que o contexto da cidade entre moradia e comércio sejam continuas, teremos a grande quantidade da cidade sendo continuamente alterada sem a mudança completa em função de ser uma revisão que os grandes empreendimentos precisam acontecer sempre respeitando os as



questões dos tombamentos que o é uma questão que o PDE não consegue resolver e que isso pode ser trabalhado em outro momento com o conpresp e o condephaat. Os empreendimentos precisam ter as fachadas ativas fruições públicas para que o comércio possa acontecer junto com as moradias. A câmara está à disposição e continua recebendo diariamente novas ideias e o textos vão ser revistos até o final das audiências públicas e a votação marcada para os próximos meses.



**Audiência Pública da Revisão Plano Diretor Estratégico para discussão do Projeto de Lei 127-2023 do Executivo que trata da revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.**

**Realizada no Plenário 1º. de maio da Câmara Municipal de São Paulo, em 12/05/2023.**

Presentes:

Vereador Adilson Amadeu, que presidiu a sessão

João Bonett - Secretaria Municipal de Transportes – SMT

Valtair Ferreira Valadão – CET.

Tacito Pio Silveira – SPTrans - Secretaria Mobilidade e Transito. Dialogou com o vereador presidente da sessão Adilson Amadeu sobre a implementação da linha de ônibus supramencionada.

Instituições Convidadas, mas que não enviaram representantes:

TCM

Secretaria Municipal das Subprefeituras - SMSub

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL

Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

SPTrans

Companhia de Engenharia de Tráfego - CET

REDE NOSSA SÃO PAULO

OAB

SECOVI - SP

Breve relatório:

A abertura foi feita pelo vereador que ressaltou a importância do evento e fez críticas a ausência de representantes de vários setores inclusive do setor público.

A Assessora Pamela Borges de SMUL enviou apresentação de revisão do plano diretor, porém não compareceu para a apresentação.

Senhor Ivanildo França: Líder comunitário de Cangaíba compareceu ao plenário solicitando:

**- Duplicação da ponte Armelindo Cumbica (Cangaíba e Ermelino Matarazzo), pois a mesma está saturada.**

**- Linha de ônibus da Av. Boturussu até o parque Dom Pedro II.**

**- Criação de uma linha intermunicipal que passe pela av. Cangaíba e vai até Guarulhos.**



**Audiência Pública da Revisão Plano Diretor Estratégico para discussão do Projeto de Lei 127-2023 do Executivo que trata da revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.**

**Realizada no CEU Jambreiro, localizado à Avenida José Pinheiro Borges, 60 – Guaianases, em 13/05/2023**

Composição da mesa de autoridades:

Vereador Senival Moura – Presidente da Comissão de Transito, Transporte e Atividade Econômica

Deputado Estadual Jorge do Carmo

Conselheira Tutelar Dani

Professora Iara

Arquiteto Thalles Marcius de Moraes – PLANURB - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) - Representante da Prefeitura

Posteriormente, se juntaram à mesa os Senhores Altair, chefe de gabinete do Vereador Senival Moura e o Senhor Rildo, chefe de gabinete do Deputado Estadual Jorge do Carmo

Organizações convidadas, mas que não enviaram representantes:

Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito

Subprefeito Itaim Paulista

Subprefeito Guaianazes

Subprefeito Cidade Tiradentes

Companhia de Engenharia de Tráfego – CET

Arquiteto Thalles

Bom gente bom dia a todos e a todas é um prazer enorme revisitar e voltar a uma casa que fez parte da minha vida eu fui morador de Guaianazes de 1977 até 2006 quando eu fui morar no bairro de Itaquera posteriormente eu integrei a equipe técnica de planejamento urbano da subprefeitura de Guaianazes quando eu tive a honra de ter como chefe de gabinete o Dr Jorge do Carmo e conhecer o vereador Senival Moura a quem eu agradeço imensamente pelo respeito e o carinho que eles emanaram pelo meu trabalho pela minha profissão, pela carreira dos arquitetos da prefeitura de São Paulo da prefeitura de São Paulo

Brevemente eu vou passar aqui uma apresentação destacando um breve histórico, o Processo participativo (Etapa 3) e o Projeto de Lei.

ETAPA 1 – Abril de 2022

ETAPA 2 – Setembro de 2022

ETAPA 3 – Janeiro de 2023



A revisão intermediária do plano diretor é que tem vigência de 2014 até 2029 proporcionou um aprimoramento com a realização de ajustes em dispositivos em que suas diretrizes e objetivos estratégicos sejam alcançados até 2029

ela se deu de forma participativa com a gestão feita pelo Executivo 3 etapas e possibilitou o necessário aprofundamento das análises técnicas e a liberação da proposta do projeto de lei enviado ao legislativo

Mostrando a linha do tempo a primeira etapa se deu em abril de 2022 por meio do monitoramento e diagnóstico do Plano Diretor. Os canais de participação se deram por meio de oficinas pelo PARTICIPE+, reuniões e audiências públicas, e posterior a isso, a na etapa 2, em setembro de 2022, foi elaborado o relatório de escopo da revisão do Plano Diretor Salientou que é um processo de revisão intermediária, e não um processo de uma nova elaboração de um plano diretor, que se dará em 2029,

Informou que na etapa 2, os canais de participação se deram pelo PARTICIPE+ por meio de formulários online, formulários físicos nas subprefeituras, reuniões com conselhos participativos. Destacou também que no plano foi inserida a agenda indígena, afirmando que se trata de um assunto de muita importância para o Poder Executivo Municipal, em especial a PLANURB referente ao atendimento da demanda indígena, além do seminário presencial que foi realizado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP)

A Etapa 3, que se deu em janeiro desse ano se deu por meio pelo pelos canais de participação também do PARTICIPE+, utilizando formulário online, as reuniões com conselhos, audiências públicas presenciais, e aí foi encaminhado o projeto de lei à Câmara municipal

Essa última etapa se deu por meio de um processo participativo, composta por 20 atividades participativas compreendendo uma consulta pública em meio eletrônico, 3 audiências públicas presenciais e virtuais, e debates em 16 conselhos municipais totalizando 4388 participações

O projeto de lei ele é resultado de uma combinação das contribuições da população no processo participativo e da avaliação técnica e jurídica pela pelas equipes de SMUL

Houve também a avaliação técnica por meio da PLANURB que trabalha especificamente com o plano diretor e os planos regionais das subprefeituras, com essa interlocução com os demais setores da administração pública, por exemplo, a Secretaria do Verde (SMVMA), Secretaria Municipal de Transportes (SMT) entre outras.

Informou que o projeto de lei possui 75 artigos, dividida em 12 capítulos , 5 títulos

Chamou a atenção para a integração da questão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao Plano Diretor, no título 1; Informou que no título 2 houve alguns ajustes para que ocorra maior êxito referente à produção habitacional; no título 3, que se refere à política de desenvolvimento econômico também foi uma preocupação imensa, referente à geração de emprego e renda nas regiões mais periféricas da cidade

Na gestão democrática também foram feitos alguns ajustes e aí a referente à zona especial de proteção ambiental e a zona especial de preservação



Informou que nas disposições preliminares houve uma atualização da definição da rede hídrica ambiental incluindo as águas subterrâneas e abrangendo o conjunto de partes e unidades de conservação entre outras informações

A ressaltar a importância da questão da rede hídrica ambiental, destacou a articulação com o Governo de Estado de São Paulo sobre estratégias e mecanismos para a implantação do Sistema Hidroviário nas represas da Cidade de São Paulo.

Deu ênfase à parte sobre os eixos de estruturação da transformação urbana, que estabelece os prazos para a elaboração dos PIUs Arco Leste e Arco Tietê até 2024;

Destacou a definição de critérios para elaboração das áreas de influências dos eixos em eventual caso da revisão da lei de parcelamento uso e ocupação do solo, referente ao traçado original da infra estrutura; as orientações a respeito da vigência e condições de ativação das áreas de influências que devem levar em conta somente as quadras inteiras alcançadas.

Expôs sobre a alteração na quantidade de vagas consideradas não computáveis para empreendimentos residenciais e mistos, de modo que uma vaga é não computável por unidade habitacional com área computável maior que 30 m<sup>2</sup>.

Explicou que alguns empreendimentos com área inferior a 20 m<sup>2</sup> até 15 m<sup>2</sup> é destinavam a vaga de auto para um apartamento maior, de 100 a 120 m<sup>2</sup>. Além disso é considerado vaga de auto com área não computável a situação em que a cada 60 m<sup>2</sup> de área construída computável de uso residencial descontado o somatório das áreas de unidades habitacionais com menos de 30m<sup>2</sup> de área computável e áreas ocupadas por vagas.

Para a política e Sistema de mobilidade, inclui a previsão da elaboração do plano municipal de Rotas Acessíveis, de forma participativa, com apreciação pelo órgão colegiado municipal de acessibilidade

Inclusão e previsão da elaboração do plano municipal hidroviário de forma participativa, que considere e compatibilize os Planos Municipais de Mobilidade Urbana, de Saneamento Ambiental Integrado, de Drenagem e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Citou a atualização do mapa 8, que cita as ações prioritárias na rede viária estrutural conforme informações de SIURB e CET bem como do Mapa 9, que diz respeito às ações prioritárias na rede de transporte público coletivo, de acordo com informações de SMT, SPTrans, completadas pelas organizações estaduais STM, EMTU e Metrô.

Prosseguiu a sua fala enaltecendo a utilidade do Plano Diretor, ao se lembrar de 2006, quando trabalhou na subprefeitura de Guaianases, e nessa época houve uma demanda relativa ao parque linear e sua área atual.

Naquele momento estavam ocorrendo descartes irregulares, assaltos, violências contra as mulheres o que fez com que houvesse a necessidade de se representar a subprefeitura de Guaianases levando essa demanda, informando de que havia um problema e que a solução era urgente. Citou que aquela área estava prevista como parque linear no plano diretor de 2002 que foi da da ex-prefeita Marta Suplicy, e que fazendo um paralelo, quando se prevê



uma ação em um determinado território é no plano diretor a gente acaba tendo mecanismos e até subsídios orçamentários para justamente prever esse tipo de solução no território.

Trazendo para o âmbito da Comissão de Transportes, citou pesquisa realizada referente ao corredor radial leste, de modo que existe um processo e um projeto já executivo sobre a obra que sai do parque Dom Pedro até o Mercado Municipal de Guaianazes, por meio da Radial Leste.

Ele prossegue a explanação ao citar as correlações de planos diretores, menciona o Programa de Recuperação de Fundos de Vale, de modo que a continuidade de políticas, iniciada pela previsão de implantação de parque linear, resultou na implantação do parque linear “Ribeirão Guaratiba”, viabilizado por recursos oriundos do pagamento de uma multa ambiental gerada por um TAC, e que a ideia de execução foi reunida pela SVMA. O secretário do verde à época, Eduardo Jorge informou que recursos financeiros estavam disponíveis, e a Subprefeitura de Guaianazes foi a única solicitante. Assim, o expositor, que foi morador da região, e que possui amigos ali até agora, dá clareza à importância do trabalho do planejamento urbano, que vai muito além de tratar meramente de temas como buraco na via, falta de iluminação pública segurança pública, mas que o plano diretor trata justamente de debater os problemas do bairro.

Ao final, agradeceu a plateia e desejou para as mães um feliz Dia das Mães e um ótimo final de semana.

O VEREADOR SENIVAL MOURA, ao longo da audiência pública teceu comentários sobre o Plano Diretor:

Existe uma luta muito grande, sendo tema de discussão desde a outra gestão anterior prefeito Fernando Haddad que é uma luta para **implantar o piscinão Lajeado**, diante das enchentes que ocorrem. Existe diálogo com o prefeito Ricardo Nunes, com apoio do deputado Jorge do Carmo sobre o assunto. Entende ser uma ação de fundamental importância para toda a região.

Prosseguiu ao se referir da precariedade da Travessa Seringais, Vila Isabel e Parque Central, que ainda possui mobilidade muito precária, situação que é parecida outros bairros da região. D

Informou sobre a elaboração de um projeto que está em curso, que é uma ponte bem simples, que poderá facilitar a vida de centenas e milhares de famílias que moram ali.

O nobre vereador também mencionou como lamento, as obras paradas da perimetral leste. Trata-se de regularização urbana e fundiária que também é tema de plano diretor de revisão de plano diretor mas temos aqui imensos lugares vários lugares que precisam passar por revisão precisa ter regularização e eu vou citar o local que nós atuamos muito infelizmente na última campanha a gente acabou não é atuando, que é a **Jardim Roseira**, que foi objeto de muitas reuniões, inclusive com a CDHU, envolvendo outros órgãos e técnicos para garantir a moradia definitivo, tanto é que o bairro hoje ele já tem uma infraestrutura básica energia, água, pavimentação precária mas tem, sendo necessário garantir moradias definitivas. Teve uma ação de uma ação de desapropriação e porém essa ação de



desapropriação, promovida pela CDHU, que tem o interesse de fazer a **regularização fundiária** pois é humanamente impossível tirar as pessoas de lá.

Citou o Campo de futebol do Guaianazes, local tradicional do bairro há mais de 30, 40 anos. É uma área particular que tem um passivo de IPTU e está buscando que se faça uma doação do terreno para a municipalidade, que ao acolher a ideia, deverá transformá-la em estádio do bairro, pois entendeu que esporte é vida, é saúde pública, inclusão social, é formar e transformar uma sociedade.

O vereador leu relatório que trata do orçamento da cidade. Informou que a arrecadação da prefeitura de São Paulo cresce acima da inflação nos últimos 5 anos chegando a 92.5 bilhões de reais em 2022, por outro lado o percentual de investimento do orçamento, de 2017 a 2021 ficou abaixo da média dos últimos 20 anos.

O forte crescimento de receitas, associado ao fraco desempenho de investimentos gerou o maior caixa da história da cidade. O prefeito fechou o caixa da prefeitura com 31,4 bilhões de reais em 2022 e a situação piora esse ano. Em fevereiro o volume de recursos em caixa chegou a 35,8 bilhões de reais.

A prefeitura encerrou o ano com 16,8 bilhões de reais de recursos não vinculados, ou seja disponível para aplicação em qualquer política pública, bem feitoria para o povo.

Mencionou os recursos não aplicados no FUNDURB ao final de 2022. E logo após mencionou a grande quantidade de contratos emergenciais sem licitação de 11 milhões de reais em 2017 para 2 bilhões de reais em 2018.

O DEPUTADO JORGE DO CARMO saudou os presentes, ressaltando a importância de sugerir realizar a audiência no território na região leste, lembrando evidentemente que essa audiência não é só de Guaianazes.

A manifestou que a comunidade tem dificuldades para discutir o plano por seu algo essencialmente técnico, sendo um conjunto de normas que planeja cidade e que a cada 10, 15 anos é discutido novamente, sendo imprescindível a participação popular, e que lamentavelmente ocorreram algumas audiências públicas com pouquíssimas pessoas, mas é fundamental que as pessoas compreendam o tema, usando uma linguagem um tanto popular evidentemente para que as pessoas entendam que a revisão do plano diretor é a oportunidade que nós temos de dizer apontar qual é a cidade que nós queremos. Foi apontada a cidade que nós queremos em 2014.

Apresentou questão sobre a construção de unidades habitacionais e o direito à garagem para as pessoas. Observou a falta de espaço para o estacionamento de veículos, próximo a conjuntos habitacionais, sejam públicos ou privados, entendendo ser um absurdo. O carro é uma necessidade, pois o transporte público na periferia é insuficiente.

O plano de 2014 previa uma cidade com menor dependência do transporte individual, mas não foi o que se concretizou. É bem verdade que a gente viu um potencial construtivo aumentando e muitos apartamentos e muitos empreendimentos cresceram nessa região.



O PDE de 2014 aumentou o potencial construtivo no eixo onde tem o transporte, o metrô e os corredores, para facilitar a vida das pessoas, para que as pessoas não tenham que se deslocar tanto para chegar ao trabalho.

Mesmo porque na região da periferia da cidade – Cidade Tiradentes, Itaim Paulista, Lajeado, Guaianazes - nessa região não tem muito emprego as pessoas têm que sair daqui se deslocar ficando 2, 3 horas no transporte público.

A política dos planos de bairros também não foi executada – o que permitiria para a gente saber qual é a política, por exemplo, de combate às enchentes. Foi mencionado aqui a Perimetral de São Mateus, o piscinão Lajeado, porém, foi a falta de gestão de impediu que se fizessem os planos de regionais que não foram executados.

Não faltou dinheiro e não falta dinheiro no orçamento o orçamento da cidade de São Paulo, que a cada ano aumenta mais.

Mencionou discordar de projeto de lei discutido na cidade de São Paulo para tirar o repasse do recurso do FUNDURB para fazer tapa buraco, pavimentação de ruas, e deveria servir para fazer moradias e promover regularização fundiária. Na sua visão, falta vontade política para se fazer os planos de bairros, as políticas públicas para combater as enchentes, para a regularização fundiária, para complementar a Radial Leste, que só chega até o CEU.

Em seu ponto de vista, o orçamento está sendo mal utilizado, faltando serem dadas diretrizes corretamente, cada secretaria fazendo o planejamento alinhado, por exemplo nas áreas de infraestrutura, habitação, para fazer jus à cidade que foi planejada em 2014. A cidade tem planejamento, em 2002 e em 2014, mas não houve continuidade. No Itaim Paulista, combate às enchentes, faz um polder, mas é algo paliativo fazendo curativo, não é essa cidade que nós queremos, não é essa cidade que nós pensamos e não é essa cidade que nós queremos ter no futuro.

Eu tô falando é da oportunidade ímpar pra gente falar desses problemas da cidade e de entender o por que que nós queremos.

E é por isso que quando nós vamos votar no prefeito ou no vereador nós queremos saber dele o que que ele pensa da cidade, que cidade que ele quer daqui a 4 anos, daqui a 8 anos, daqui a 10 anos, daqui a 20 anos.

Nós queríamos e queremos uma cidade planejada. Não faltam instrumentos políticos para fazer corredores de ônibus, corredor aqui na Cidade Líder. Parou tudo. Falta vontade política. Não é falta de dinheiro, não é por falta de recurso que Guaianazes não tem as políticas que precisa. Em São Mateus, na comunidade do Caboré tem problemas de enchentes, na divisa de Itaquera com São Mateus. Quando acontecem as enchentes dá um colchão, um cobertor e uma cesta básica, solução paliativa, social, emergencial. O que precisa ali é resolver de vez por todas e, para resolver, tem que ter investimento na cidade que nós queremos, que nós pensamos. Por isso, por peço companheiras e companheiros do Itaim Paulista, do Jardim Helena, do Lajeado, dessa região toda, de Cidade Tiradentes, Guaianazes, Itaquera, de São Mateus.



Tem um plano diretor, um projeto, definir os instrumentos para regularização, para investimento e não executar porque não tem dinheiro, é uma coisa.

Inscritos:

- 1) Sr. Carlos Bispo dos Santos Jr: eu venho falar aqui da nossa comunidade, da passagem Funda, Jardim São Carlos, estamos na Vila Marilene. Foram enviados alguns ofícios em nosso nome agradeço, mas a gente não tem resposta. A fala do vereador Senival Moura complementa no sentido de esclarecer de que se trata de uma obra na Vila Mariene, de uma ligação do bairro. O participante informa que existe um córrego que precisa de limpeza, manutenção; também foi solicitado um escadão, coisas que não se vê realizadas. O vereador Senival Moura informa que esses assuntos são de zeladoria, e competem à subprefeitura.
- 2) Conselheira Dani: Saudou a todos e celebrou o dia das mães. Pediu maior atenção às crianças e adolescentes e pediu pela paralização da implantação de SAICAS, que são casas de acolhimento institucional para a criança e adolescente. Como alternativa sugere implantarmos planos de futuros cidadãos, planos de capacitação profissional, afirmando que hoje em dia para um adolescente conseguir um emprego de jovem aprendiz é somente com indicação. A roda do sistema faz com que o pobre seja cada vez mais pobre. Como conselheira tutelar e como mãe, pediu oportunidades aos jovens, capacitação profissional, estudo e qualificação. Os jovens se tornando futuros cidadãos, as famílias em vulnerabilidade deixarão essa situação. Em Guaianazes não existe o **CEDESP, Cursos Profissionalizantes para adolescentes**. Atualmente, para fazer encaminhamento para algum adolescente é só a partir de Itaquera.
- 3) Professor Alexandre: **Citou terreno ao lado de fábrica de plástico na Rua Inacio Monteiro, 6724. Área virou ZEIS 2 e pede revisão para área nR1, pois ela não pode ser mexida.**
- 4) Professora Iara: eu vou nem porque como eu falo demais pra ficar bem bom primeiramente gostaria de lamentar nessa audiência de revisão do plano diretor de São Paulo quando o assunto é muito importante para atender as necessidades coletivas da população. Sua proposta diz respeito à **instalação dos parques lineares** porque eles podem ajudar na diminuição das enchentes, dar opção para as mães levarem suas crianças e ser um espaço de lazer também para os adolescentes. O plano Diretor precisa pensar em **criar um espaço público ou privado antirracista e que o plano não seja aporofóbico** (raiva e desprezo às pessoas em situação de vulnerabilidade).
- 5) Sr. Cícero Petri: Revisão do PDE é fundamental para oferecer qualidade de vida às periferias. Apontou como necessidades **a continuidade da Radial Leste, passando pelo CEU Jambeiro, centro de Guaianazes, pelo Jardim Fanganiello e chegando na Região Metropolitana em Ferraz de Vasconcelos, chegando em Poá,**



conectando com o Rodoanel. Do outro lado, pediu conexão que englobe a Saturnino Pereira, Estrada do Iguatemi, se ligando com o ABC. Citou a construção de Parque Linear, Piscinão, ciclovias para dar mobilidade. Além disso, fez um pedido que as regiões limítrofes com outros municípios tenha tratamento especial de planejamento regional com o Governo Estadual, semelhante ao que a extinta Emplasa promovia.

Defendeu que saia de Guaianazes uma linha estruturante de Metrô ou Trem que chegue até Cidade Tiradentes. Se não tiver transporte para a população que reside ali, não há qualidade de vida.

Lamentou que os serviços da CET não funcionam em Guaianazes.

- 6) Sr. Altair, chefe de gabinete do Vereador Senival Moura informou que **os problemas de Itaim Paulista, Guaianazes e Cidade Tiradentes são muito parecidos**. A população trabalhadora merece a atenção dos governos municipal e estadual. Defendeu que essas regiões tenham as seguintes diretrizes para a melhora da qualidade de vida da população local: **Industrialização, Transporte coletivo (ou de alta capacidade) de qualidade (não é monotrilho, pois ele é insuficiente), e ampliação dos programas de regularização fundiária**. A Radial Leste precisa ampliada e a Ragueb Chofi precisa ser duplicada.
- 7) Sr. Zildo Almeida: A mobilidade está ruim. **Não tem nenhum PIU para trazer benefícios para Guaianazes e Zona Leste**.
- 8) Sr. Rildo (chefe de gabinete do vereador Jorge do Carmo) defendeu ampliar a conexão entre a CPTM e a mobilidade municipal. Toda vez que ocorre uma falha nos trens, o viário municipal é prejudicado imediatamente. **Outra questão manifestada foi a questão da água (abastecimento e esgoto), sendo que o município pode ser prejudicado caso a SABESP seja privatizada**.
- 9) Sr. Aprício dos Seringais: Temas abordados foram a **melhoria da mobilidade** – considerando o grande número de prédios erguidos na região. Assim, sugeriu a **melhoria do Terminal de ônibus ao lado da Radial Leste, sendo fundamental que se ligue Iguatemi e Itaquera ao Parque Dom Pedro II**. Defendeu a **construção de uma nova UBS**, pois a UBS Vila Solange está muito cheia.
- 10) Sr. Robson Sales: Lamentou a ausência dos subprefeitos da região. Em seguida, apresentou como prioridade na sua fala a defesa do **combate às enchentes**. **Afirmou que a mobilidade na Estrada do Lajeado está muito ruim**. Sugeriu a construção



de Parque Linear entre Estrada do Lajeado e Dom João Neri, uma área privada que poderia ser uma área de lazer para a periferia.

- 11) Sr. José Ivo: Demonstrou indignação diante da ausência dos subprefeitos. Afirmou querer ver o PDE colocado em prática porque “na hora de colocar em prática infelizmente não é bem assim”. Prosseguiu na sua manifestação sobre a questão dos condomínios que estão sendo erguidos na região, com grande demanda de garagens. Alertou sobre uma questão que está sendo esquecida, que são as unidades de saúde – UBS - nas regiões onde esses condomínios são sendo construídos. Mostrou como exemplo que nos últimos 15 anos foram construídos na rua Cruz Espírito Santo no mínimo 10 condomínios. Para ele, **a construção de condomínios tem que ser proporcional à oferta nos serviços do posto de saúde**, pois hoje não acontece. Defendeu o **aumento da oferta de áreas de lazer**.
- 12) Sr. Vicente: Informou que a situação de segurança no Itaim Paulista está ruim, que o transporte público não funciona no fim de semana. A manutenção da passarela está ruim e da iluminação pública.
- 13) Sr. José Fernandes Martins: os problemas da cidade nunca vão terminar, importante ter consciência disso, pois ocorrem problemas de planejamento. Lamentou que os prefeitos só têm interesse em investir no centro da cidade. Na periferia falta escola, falta posto de saúde falta, tudo. **Existe preconceito também quem mora na área ocupada, mesmo para quem paga impostos, pois eles falam quem mora na área ocupada é bandido**.
- 14) Sr. Genildo: Lamentou a ausência de políticas públicas de **Guaianazes até Cidade Tiradentes, inclusive a mobilidade ruim entre essas localidades** próximas. **Pediu ampliação de antenas de celulares, pois os celulares funcionam mal**.
- 15) Sra. Demezina Felix: Lamentou a ausência das subprefeituras. Agradeceu os apoios de regularização fundiária. Ressaltou a importância das políticas públicas de inclusão.
- 16) Sr. Elias Nascimento – Jamaica: **Rua Professor Cosme Deodato Tadeu precisa ser duplicada, pois caminhões passam por lá com dificuldade**.
- 17) Fábio Cleiton: Apontou a questão da regularização fundiária como urgente para a região de Guaianazes – desde 2002 tem se buscado diminuir os processos irregulares daquele local - parcelamento irregular de solo ou ocupação irregular.



Todavia, algumas questões dependem de pequenas obras de infraestrutura –. Todavia, o ponto de vista da subprefeitura em muitas ocasiões sugere a solicitação de emendas parlamentares ao invés de usar recursos diretos da prefeitura.

**Oferecer orçamento para que SEHAB em casos de existência de processo administrativo para a regularização urbano-fundiária, execute obras de infraestrutura, como colocação de guia e sarjeta.**

- 18) Sr. Zé (Morador de Cidade Kemel, divisa de São Paulo, Itaim Paulista, Ferraz de Vasconcelos e Poá). O PDE não chega às periferias da mesma maneira como chega no centro da cidade. **Pediu melhoria no combate às enchentes e oferta de HIS (moradia) para tirar as pessoas que moram irregularmente à beira dos córregos.**
- 19) Sr. Mauro Carvalho: Informou que os problemas da Zona Norte de São Paulo – Tucuruví – são comuns aos da Zona Leste.